



CFC

E-BOOK

Exame CFC 2025.1

PROVA COMENTADA

Olá, futuro Contador!

É com imensa satisfação que apresentamos o e-book da prova do Concurso do Exame CFC 2025.1! Nossos melhores professores resolveram essa prova, explicando cuidadosamente os assuntos mais difíceis!

Como, ao longo de sua preparação, é fundamental que você resolva diversas questões de concursos passados, sabemos que este material será de grande utilidade. Nosso objetivo é proporcionar mais uma valiosa ferramenta de estudo para deixá-lo mais perto de sua aprovação.

Estamos com você nesta jornada rumo ao seu registro profissional!
Sucesso nos estudos!

Faça parte do grupo de estudos do Estratégia CFC no WhatsApp!
Use o QRCode abaixo e entre agora mesmo no grupo do CFC.



LISTA DE QUESTÕES COMENTADAS

01. Um cartaz, na porta de um supermercado, dizia:

“Compre hoje! Amanhã pode estar mais caro!”

Esse cartaz

- A) aconselha o cliente a economizar.
- B) dá ordem ao cliente para ganhar tempo.
- C) chama a atenção do cliente para a possível falta de produtos.
- D) pretende ensinar o cliente a controlar seu orçamento

Comentários:

A questão analisa a mensagem veiculada em um cartaz de supermercado sob a perspectiva da comunicação mercadológica e seus efeitos psicológicos no consumidor. É uma questão meramente interpretativa.

Vamos examinar cada alternativa:

(A) aconselha o cliente a economizar.

Alternativa correta. A mensagem "Compre hoje! Amanhã pode estar mais caro!" sugere implicitamente ao cliente que ele pode evitar gastos futuros maiores realizando a compra no momento atual. Trata-se de uma estratégia de vendas que apela ao senso de economia do consumidor, mesmo que seu objetivo primário seja estimular vendas imediatas.

(B) dá ordem ao cliente para ganhar tempo.

Alternativa incorreta. Embora a mensagem tenha caráter imperativo "Compre hoje!", seu propósito não está relacionado à gestão do tempo do cliente, mas sim a criar urgência de compra baseada em possíveis aumentos de preço.

(C) chama a atenção do cliente para a possível falta de produtos.

Alternativa incorreta. A mensagem não faz qualquer referência à disponibilidade de estoque ou possibilidade de falta de produtos. Seu foco está exclusivamente na variação de preços.

(D) pretende ensinar o cliente a controlar seu orçamento.

Alternativa incorreta. Apesar de tangenciar questões financeiras, o objetivo da mensagem não é educacional.

Trata-se claramente de uma tática de vendas para induzir compras imediatas, não de uma orientação sobre gestão financeira pessoal.

A alternativa A é a única que capta adequadamente o sentido implícito da mensagem, que utiliza o argumento do possível aumento de preços como forma de aconselhar o consumidor a realizar economias através da compra imediata, ainda que seu objetivo final seja comercial. As demais alternativas atribuem intenções à mensagem que não estão presentes no contexto analisado.

Gabarito: A

02. Um famoso escritor falou sobre a leitura:

“A leitura é para a mente o que a ginástica é para o corpo.”

Com essa frase, o autor quer dizer que

- A) exercícios físicos devem ser feitos todos os dias.
- B) a leitura, como a ginástica, deve ser feita diariamente.
- C) a leitura enriquece o nosso conhecimento.
- D) exercícios físicos e leitura fortalecem o corpo.

Comentários:

Essa questão apresenta uma metáfora clássica sobre os benefícios da leitura, comparando-a aos efeitos da ginástica no corpo. A análise requer compreensão da figura de linguagem e sua aplicação conceitual. Entretanto, essa questão foi anulada pela banca examinadora, então vamos examinar cada alternativa e os possíveis motivos para a sua anulação.

(A) exercícios físicos devem ser feitos todos os dias.

Alternativa incorreta. A frase não trata da frequência dos exercícios físicos, mas sim do efeito da leitura na mente, usando a ginástica como analogia. A alternativa desvia completamente do foco da metáfora, que é comparar os benefícios (não a periodicidade) das atividades.

(B) a leitura, como a ginástica, deve ser feita diariamente.

Alternativa incorreta. Embora pareça captar a comparação, ainda se fixa indevidamente na questão da frequência "diariamente", que não é o cerne da mensagem original. A metáfora não estabelece um paralelo quanto à regularidade, mas sim à função de desenvolvimento (mente/corpo).

(C) a leitura enriquece o nosso conhecimento.

Potencialmente correta. Essa alternativa capta a essência da metáfora: assim como a ginástica desenvolve o corpo, a leitura desenvolve a mente; nesse caso, especificamente por meio do enriquecimento do conhecimento. No entanto, pode ser considerada incompleta, pois a metáfora é mais abrangente (desenvolvimento mental como um todo, não apenas conhecimento).

(D) exercícios físicos e leitura fortalecem o corpo.

Alternativa incorreta. Interpreta erroneamente a metáfora ao sugerir que a leitura fortalece o corpo, quando na verdade a comparação é entre leitura/mente e ginástica/corpo. Há uma inversão conceitual na interpretação.

A anulação provavelmente ocorreu devido à impossibilidade de definir uma única resposta correta de forma incontroversa. A metáfora admite interpretações diversas, e as alternativas misturam análises conceituais (C) com extrapolações práticas (B), sem que nenhuma delas seja claramente superior às demais no contexto da questão. Além disso, a própria formulação da pergunta "o autor quer dizer que..." é problemática, pois sugere que há uma única interpretação possível para uma figura de linguagem intrinsecamente aberta.

Gabarito: Anulada

03. Uma caixa contém seis bolas brancas e quatro bolas azuis, todas do mesmo tamanho.

Se sortearmos ao acaso 3 dessas bolas, sem reposição, a probabilidade de que todas sejam brancas é igual a

- A) $1/3$.
- B) $1/4$.
- C) $1/5$.
- D) $1/6$.

Comentários:

Essa questão avalia o conhecimento sobre probabilidade em eventos dependentes, sem reposição, utilizando um cenário clássico de extração de bolas de uma caixa.

Vamos analisar passo a passo:

O cenário apresenta uma caixa com 6 bolas brancas e 4 azuis, totalizando 10 bolas, e questiona sobre a probabilidade de se retirar 3 bolas brancas consecutivamente sem reposição.

Para resolver corretamente, é essencial entender que cada extração altera a composição da caixa, caracterizando eventos dependentes, ou seja, ao retirar uma bola já não tenho mais 10 bolas na caixa, mas apenas 9, pois os eventos são sem reposição.

A probabilidade é calculada multiplicando as chances de cada evento sequencial: na primeira extração temos 6/10 (ou 3/5) de chance, na segunda 5/9 (já que uma bola branca foi removida), e na terceira 4/8 (ou 1/2). Multiplicando essas probabilidades, chegamos ao resultado exato de 1/6.

$$\frac{3}{5} \times \frac{5}{9} \times \frac{1}{2} = \frac{3 \times 5 \times 1}{5 \times 9 \times 2} = \frac{15}{90} = \frac{1}{6}$$

Dessa forma, temos que:

(A) 1/3.

Alternativa incorreta. Poderia enganar quem considera eventos independentes com reposição.

(B) 1/4.

Alternativa incorreta. Parece um valor arbitrário sem relação com o cálculo executado.

(C) 1/5.

Alternativa incorreta. Aproxima-se do cálculo com reposição, mas sem ser exato.

(D) 1/6.

Alternativa correta. É a única que reflete precisamente o resultado do cálculo passo a passo.

Gabarito: D

04. Em 2023, uma universidade tradicional que, até então, só ofertava cursos presenciais de graduação, resolveu se arriscar em um novo projeto. Tratava-se da abertura de seu primeiro curso 100% à distância a ser disponibilizado ao mercado. Para tal, ainda em 2023, foram investidos R\$ 100.000,00 para a estruturação do referido curso.

Além disso, foram estimadas despesas e receitas anuais conforme dados apresentados na sequência:

Ano	Receitas	Despesas
2024	R\$ 50.000,00	R\$ 35.000,00
2025	R\$ 65.000,00	R\$ 30.000,00
2026	R\$ 80.000,00	R\$ 30.000,00
2027	R\$ 90.000,00	R\$ 20.000,00
2028	R\$ 90.000,00	R\$ 20.000,00

Considerando as informações apresentadas, é possível determinar que o *payback* simples ocorreu em

- A) 2025.
- B) 2026.
- C) 2027.
- D) 2028.

Comentários:

A universidade realizou um investimento inicial de R\$ 100.000,00 em 2023 para lançar seu primeiro curso EAD. O *payback* simples considera o momento em que o somatório dos fluxos de caixa iguala o investimento inicial. Essa técnica apresenta três limitações: (I) Não se considera o valor do dinheiro no tempo; (II) Desprezam-se os fluxos futuros após o capital ter sido recuperado, isto é, não considera as entradas que ocorrem após o investimento inicial ter sido recuperado; e (III) o *payback* não mede a rentabilidade, apenas o tempo de retorno.

Apenas a título de curiosidade, pois não é o solicitado por esta questão, também temos o *payback* descontado, que é uma forma de mitigar a limitação do *payback* simples. No *payback* descontado, como o próprio nome sugere, estima-se o tempo de retorno de um investimento descontando o fluxo de caixa a valor presente. Dessa forma, o *payback* descontado sempre será maior que o *payback* simples.

Pois bem, os fluxos de caixa anuais (receitas - despesas) são calculados com base na tabela fornecida:

Ano	Receitas	Despesas	Fluxo de Caixa	Payback
2024	R\$ 50.000,00	R\$ 35.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00
2025	R\$ 65.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 35.000,00	R\$ 50.000,00
2026	R\$ 80.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 50.000,00	R\$100.000,00
2027	R\$ 90.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 70.000,00	R\$170.000,00
2028	R\$ 90.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 70.000,00	R\$ 240.000,00

Desse modo, perceba que no ano do investimento (2023) não há retorno, mas que a partir de 2024, acumulando os Fluxos de Caixa, temos um retorno total dos R\$ 100.000,00 investidos inicialmente ao final de 2026.

Dessa forma, vamos às alternativas:

(A) 2025.

Alternativa incorreta. O acumulado em 2025 é R\$ 50.000,00. Desse modo, não cobre o investimento inicial.

(B) 2026.

Alternativa correta. Em 2026, o acumulado atinge R\$ 100.000,00, zerando o saldo do investimento inicial. Não é necessário prosseguir para anos posteriores.

(C) 2027.

Alternativa incorreta. O *payback* já ocorreu em 2026.

(D) 2028.

Alternativa incorreta. O *payback* já ocorreu em 2026.

Gabarito: B

05. Avalie se os princípios da Administração Pública incluem:

- I. a legalidade;
- II. a moralidade;
- III. a livre concorrência;
- IV. a publicidade.

São de fato princípios da Administração Pública os itens

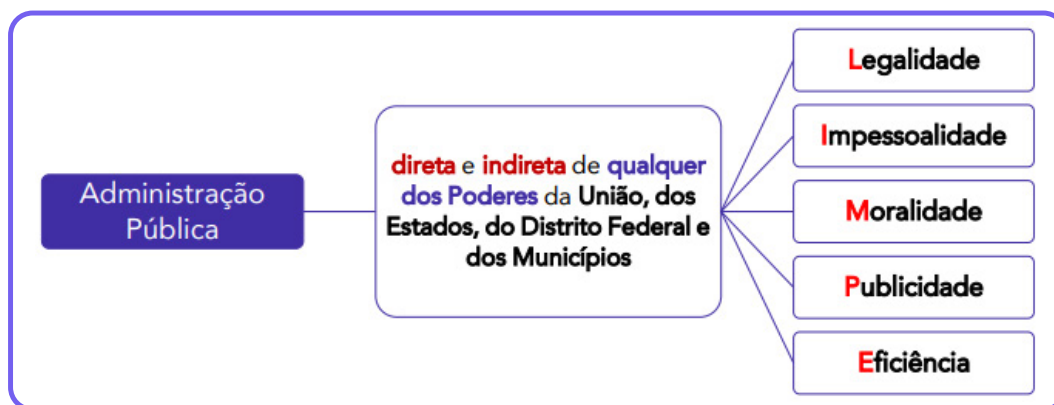
- A) I e II, apenas.
- B) II, III e IV, apenas.
- C) I, II e IV, apenas.
- D) I, II, III e IV.

Comentários:

A questão avalia o conhecimento sobre os princípios da Administração Pública, conforme estabelecidos no Art. 37 da Constituição Federal de 1988, o nosso famoso mnemônico LIMPE: **L**egalidade, **I**mpessoalidade, **M**oralidade, **P**ublicidade e **E**ficiência.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de **legalidade**, **impessoalidade**, **moralidade**, **publicidade** e **eficiência** e, também, ao seguinte: (...)

Ou ainda, para esquematizar:



Além disso, a livre concorrência é um princípio relacionado à ordem econômica (Art. 170, IV, CF/88), mas não é um princípio específico da Administração Pública.

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

(...)

IV - livre concorrência;

Desse modo, vamos analisar cada alternativa:

I. a legalidade;

Afirmativa correta. É um dos princípios basilares da Administração Pública, previsto no Art. 37 da CF/88, determinando que o administrador público só pode agir conforme a lei, diferentemente do particular, que pode fazer tudo o que a lei não proíba.

II. a moralidade;

Afirmativa correta. Também está previsto no rol do Art. 37 da CF/88, exigindo que a atuação do agente público se pautar por valores éticos e probidade.

III. a livre concorrência;

Afirmativa incorreta. Embora seja um princípio importante na ordem econômica (Art. 170, IV, CF/88), não é um princípio da Administração Pública. Ele se aplica mais a licitações e políticas de mercado, mas não está no rol do Art. 37.

IV. a publicidade.

Afirmativa correta. Previsto no Art. 37 da CF/88, determina que os atos administrativos devem ser divulgados, salvo exceções legais, como sigilo em casos de segurança nacional, por exemplo.

Além dos princípios expostos, ainda temos como princípios da Administração Pública os princípios da impessoalidade e da eficiência.

O princípio da impessoalidade determina que a Administração Pública deve atuar com neutralidade, sem favorecimentos pessoais, tratando todos de forma igualitária.

Por outro lado, o princípio da eficiência exige que o serviço público seja prestado com qualidade, produtividade e economicidade, visando o melhor resultado para a sociedade.

Analisando as alternativas da questão:

(A) I e II, apenas.

Alternativa incorreta. Exclui a publicidade (IV), que também é um princípio expresso da Administração Pública.

(B) II, III e IV, apenas.

Alternativa incorreta. Inclui a livre concorrência (III), que não é princípio da Administração Pública, e exclui a legalidade (I), que é essencial.

(C) I, II e IV, apenas.

Alternativa correta. Abrange os princípios corretos (legalidade, moralidade e publicidade) e exclui a livre concorrência, que não faz parte do Art. 37.

(D) I, II, III e IV.

Alternativa incorreta. Inclui a livre concorrência (III), que não é um princípio da Administração Pública.

Gabarito: C

06. Entre as limitações ao poder de tributar, previstas na Constituição Federal de 1988, estão os princípios gerais do Direito Tributário que, além de estabelecer limites ao poder de tributar, garantem segurança jurídica e justiça fiscal.

Sobre esse tema, assinale a afirmativa correta.

- A) O princípio da anterioridade nonagesimal ou noventena estabelece que nenhum tributo pode ser cobrado antes de decorridos 90 dias da data da publicação da sua instituição ou majoração, exceto as contribuições sociais, que podem ser exigidas imediatamente.
- B) O princípio da legalidade tributária determina que nenhum tributo pode ser instituído ou majorado sem previsão em lei complementar.
- C) O princípio da isonomia garante tratamento igualitário a todos que se encontram em situação equivalente, sendo proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.
- D) O princípio da irretroatividade veda a aplicação da lei a ato ou fato pretérito, ainda que a lei seja expressamente interpretativa.

Comentários:

A questão aborda os princípios constitucionais tributários, que limitam o poder de tributar do Estado e garantem direitos aos contribuintes. Vamos analisar cada alternativa com base na Constituição Federal de 1988 (CF/88) e no Código Tributário Nacional (CTN).

(A) O princípio da anterioridade nonagesimal ou noventena estabelece que nenhum tributo pode ser cobrado antes de decorridos 90 dias da data da publicação da sua instituição ou majoração, exceto as contribuições sociais, que podem ser exigidas imediatamente.

Alternativa incorreta. O princípio da anterioridade nonagesimal (Art. 150, III, "c", CF/88) exige um intervalo mínimo de 90 dias entre a publicação da lei e a cobrança do tributo.

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

[...]

III - cobrar tributos:

[...]

c) antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea b;

Entretanto, possui exceções que vão além das contribuições sociais (PIS/COFINS), como por exemplo os empréstimos compulsórios, o IOF e os impostos extraordinários de guerra. Segue abaixo um esquema para ajudar na memorização das exceções ao princípio da anterioridade nonagesimal:

II/IE/IOF	• Tributos Extrafiscais (IPI não é exceção)
• Impostos Extraordinários de Guerra • Empréstimos Compulsórios (somente para guerra e calamidade)	• Situações que demandam urgência
Imposto de Renda	• Memorize: ocorre o oposto em relação ao IPI
• Base de Cálculo do IPTU • Base de Cálculo do IPVA	• Características específicas (somente para base de cálculo)
Alíquotas de referência do IBS	

(B) O princípio da legalidade tributária determina que nenhum tributo pode ser instituído ou majorado sem previsão em lei complementar.

Alternativa incorreta. O princípio da legalidade (Art. 150, I, CF/88) exige lei em sentido formal (ordinária ou complementar) para criar ou aumentar tributos, mas nem todos os tributos exigem lei complementar, apenas os casos expressos na Constituição.

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I - exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

Existem seis tributos, cuja alteração de alíquotas (e não as bases de cálculos) está excetuada da legalidade, que são: II, IE, IPI, IOF, CIDE-Combustíveis e ICMS-Combustíveis.

(C) O princípio da isonomia garante tratamento igualitário a todos que se encontram em situação equivalente, sendo proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.

Alternativa correta. O princípio da isonomia (Art. 150, II, CF/88) veda tratamento desigual entre contribuintes em situação equivalente.

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

[...]

II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

Desse modo, ele proíbe discriminações baseadas em profissão, função ou forma jurídica dos rendimentos. Por exemplo, não pode tributar mais um médico só por ser médico, se sua renda for igual à de outros profissionais. Assim, esse princípio busca assegurar uma justiça fiscal entre os contribuintes e trazer maior segurança jurídica para as transações.

(D) O princípio da irretroatividade veda a aplicação da lei a ato ou fato pretérito, ainda que a lei seja expressamente interpretativa.

Alternativa incorreta. O princípio da irretroatividade (Art. 150, III, "a", CF/88) veda a cobrança de tributos sobre fatos geradores ocorridos antes da lei, mas possui exceções como as leis interpretativas, que podem retroagir (Art. 106, CTN), pois apenas esclarecem o sentido de normas já existentes.

(CF/88) Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

[...]

III - cobrar tributos:

a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

(CTN) Art. 106. A lei aplica-se a ato ou fato pretérito:

I - em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados;

II - tratando-se de ato não definitivamente julgado:

a) quando deixe de defini-lo como infração;

b) quando deixe de tratá-lo como contrário a qualquer exigência de ação ou omissão, desde que não tenha sido fraudulento e não tenha implicado em falta de pagamento de tributo;

c) quando lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo da sua prática.

Gabarito: C

07. A empresa Alfa Indústria Ltda. realizou, ao final do mês de julho, o levantamento de suas obrigações tributárias, verificando os seguintes tributos devidos:

- ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços): incidente sobre as operações de vendas realizadas no período.
- ISS (Imposto sobre Serviços): devido pelos serviços prestados.
- IRPJ (Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas): apurado sobre a renda tributável do exercício.

Com base nessas informações, a contabilidade da empresa elaborou um demonstrativo das obrigações tributárias a pagar.

De acordo com os conceitos de obrigação tributária e tributo, assinale a afirmativa correta.

- A) O ISS e o ICMS são impostos de mesma competência tributária, pois ambos são devidos aos Estados.
- B) A obrigação tributária principal consiste no pagamento do tributo devido, enquanto a obrigação tributária acessória está relacionada a deveres instrumentais, como a emissão de notas fiscais e declarações ao Fisco.
- C) O IRPJ, por ser um imposto sobre a renda, é classificado como um tributo indireto, pois seu ônus pode ser repassado ao consumidor.
- D) O fato gerador do ICMS ocorre quando a empresa apura seus lucros ao final do exercício contábil.

Comentários:

A questão aborda conceitos fundamentais do Direito Tributário, como classificação de tributos, obrigações tributárias (principal e acessória) e fatos geradores. Vamos analisar cada alternativa com base na Constituição Federal de 1988 (CF/88) e no Código Tributário Nacional (CTN).

(A) O ISS e o ICMS são impostos de mesma competência tributária, pois ambos são devidos aos Estados.

Alternativa incorreta. Essa alternativa trata das competências tributárias. Antes de tecer maiores comentários, vamos analisar como funciona a competência ativa dos impostos, de acordo com a CF/88:

União	Estados e Distrito Federal	Municípios e Distrito Federal
Imposto de Importação	ICMS	ISS
Imposto de Exportação	ITCMD	ITBI
Imposto de Renda	IPVA	IPTU
IPI	IBS (Competência Compartilhada)	
IOF	-	-
ITR	-	-
IGF	-	-
Impostos Residuais		
Impostos Extraordinários		
Imposto Seletivo		

Desse modo, vemos que na verdade, nossa Constituição Federal estabelece uma clara divisão de competências: o ICMS é imposto estadual (artigo 155, II), enquanto o ISS é municipal (artigo 156, III). Essa distinção é fundamental no sistema tributário brasileiro, pois determina qual ente federativo tem poder para legislar sobre cada tributo.

(B) A obrigação tributária principal consiste no pagamento do tributo devido, enquanto a obrigação tributária acessória está relacionada a deveres instrumentais, como a emissão de notas fiscais e declarações ao Fisco.

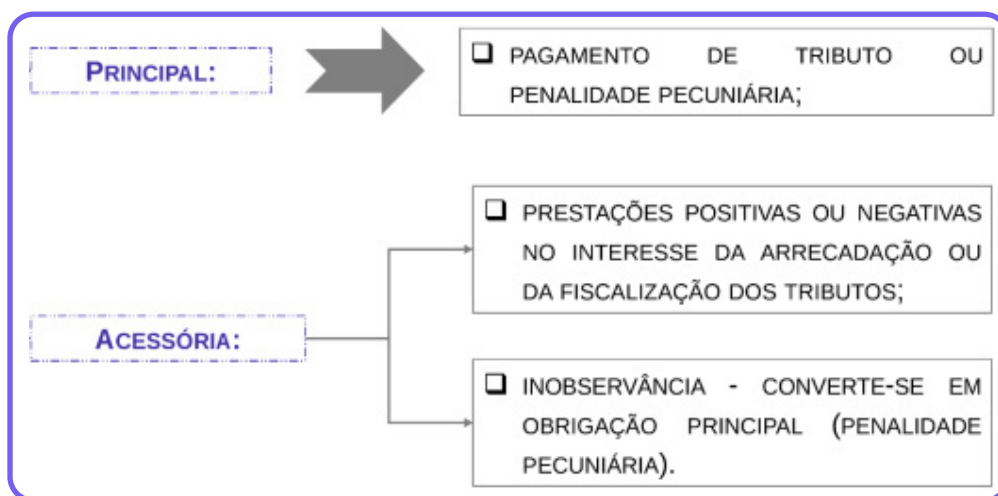
Alternativa correta. Apresenta com precisão a distinção entre obrigação tributária principal e acessória. Conforme o CTN, a obrigação principal consiste efetivamente no pagamento do tributo (artigo 113, §1º), enquanto as obrigações acessórias compreendem todos os deveres formais advindos da legislação tributária, como emissão de documentos fiscais, escrituração de livros e prestação de informações ao fisco (artigo 113, §2º).

Art. 113. A obrigação tributária é principal ou acessória.

§ 1º A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.

§ 2º A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.

§ 3º A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.



(C) O IRPJ, por ser um imposto sobre a renda, é classificado como um tributo indireto, pois seu ônus pode ser repassado ao consumidor.

Alternativa incorreta. Na realidade, o Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas é o exemplo clássico de tributo direto, pois incide diretamente sobre a capacidade contributiva do titular do patrimônio ou da renda, sem possibilidade de transferência do ônus tributário a terceiros. Já os tributos indiretos, como ICMS e IPI, são aqueles que podem ser repassados aos preços das mercadorias e serviços, ou seja, repassados a terceiros.

(D) O fato gerador do ICMS ocorre quando a empresa apura seus lucros ao final do exercício contábil.

Alternativa incorreta. Totalmente desconexa da realidade. Esse imposto não tem qualquer relação com a apuração de lucros, que é fato gerador do IRPJ e da CSLL. O ICMS incide sobre a circulação de mercadorias e alguns serviços específicos, sendo seu fato gerador completamente distinto e anterior à apuração de resultados do exercício, ocorrendo sobre o faturamento bruto da entidade.

Gabarito: B

08. De acordo com o CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO CONTADOR, em seu item 3:

“Este código de ética profissional do contador se aplica também ao _____, no exercício de suas prerrogativas profissionais.”

A lacuna fica corretamente preenchida por

- A) empresário contábil.
- B) técnico em contabilidade.
- C) administrador de empresas.
- D) gestor financeiro.

Comentários:

A questão é estilo decoreba e avalia o conhecimento sobre o alcance do Código de Ética Profissional do Contador (NBC PG 01/2019), especificamente quanto aos profissionais aos quais suas disposições se aplicam. Conforme o item 3 da NBC PG 01/2019, o código não se restringe apenas aos contadores graduados, mas também se estende ao técnico em contabilidade, desde que esteja no exercício de suas prerrogativas profissionais.

3. Este Código de Ética Profissional do Contador se aplica também ao técnico em contabilidade, no exercício de suas prerrogativas profissionais.

Essa inclusão é fundamental, pois reconhece que tanto contadores quanto técnicos em contabilidade desempenham atividades regulamentadas pelos Conselhos de Contabilidade, portanto, devem seguir os mesmos preceitos éticos.

Dessa forma, vamos às alternativas:

(A) empresário contábil.

Alternativa incorreta. O empresário contábil não é uma categoria profissional reconhecida pela legislação contábil.

(B) técnico em contabilidade.

Alternativa correta. Reproduz exatamente o texto normativo, mencionando o técnico em contabilidade como sujeito às regras do Código de Ética, dentre os seus demais objetivos:

Objetivo

Esta Norma tem por objetivo fixar a conduta do contador, quando no exercício da sua atividade e nos assuntos relacionados à profissão e à classe.

A conduta ética do contador deve seguir os preceitos estabelecidos nesta Norma, nas demais Normas Brasileiras de Contabilidade e na legislação vigente.

Este Código de Ética Profissional do Contador se aplica também ao técnico em contabilidade, no exercício de suas prerrogativas profissionais. (grifo nosso)

(C) administrador de empresas.

Alternativa incorreta. Os administradores de empresas são profissionais de outras áreas, regidos por códigos de ética específicos de sua profissão, como o Código de Ética do Administrador, por exemplo.

(D) gestor financeiro.

Alternativa incorreta. Do mesmo modo que os administradores de empresas, os gestores financeiros são regidos por outros códigos específicos de sua profissão, não sendo especificamente regidos pelo Código de Ética do Contador.

Gabarito: B

09. A NBC PG 01 tem por objetivo fixar a conduta do contador, quando no exercício da sua atividade e nos assuntos relacionados à profissão e à classe.

Com base na NBC PG 01, é correto afirmar que o contador pode

- A) se utilizar de posição ocupada em entidades de classe para benefício próprio ou para proveito pessoal.
- B) fazer afirmações desproporcionais sobre os serviços que oferece, sua capacitação ou sobre a experiência que possui.
- C) se apropriar de trabalhos, iniciativas ou de soluções encontradas por colegas, dos quais não tenha participado, apresentando-os como próprios.
- D) indicar, em qualquer modalidade ou veículo de comunicação, os títulos, as especializações, os serviços oferecidos, os trabalhos realizados e a relação de clientes, quando ela for autorizada por eles.

Comentários:

A questão aborda as permissibilidades éticas estabelecidas pela NBC PG 01/2019 (Código de Ética Profissional do Contador), destacando condutas permitidas aos profissionais da contabilidade. A análise deve ser feita com base no texto normativo, que estabelece tanto deveres e vedações quanto ações permitidas.

Vamos examinar cada alternativa:

(A) se utilizar de posição ocupada em entidades de classe para benefício próprio ou para proveito pessoal.

Alternativa incorreta. O item 19 “g” da NBC PG 01/2019 expressamente veda ao contador "utilizar-se de posição ocupada em entidades de classe para benefício próprio ou para proveito pessoal". Essa proibição visa garantir a transparência e a imparcialidade nas atividades de representação da classe contábil, evitando conflitos de interesse.

19. O contador deve, com relação à classe, observar as seguintes normas de conduta:

[...]

(g) jamais se utilizar de posição ocupada em entidades de classe para benefício próprio ou para proveito pessoal.

(B) fazer afirmações desproporcionais sobre os serviços que oferece, sua capacitação ou sobre a experiência que possui.

Alternativa incorreta. O item 15 “a” proíbe o contador de "fazer afirmações desproporcionais sobre os serviços que oferece, sua capacitação ou sobre a experiência que possui". Nesse item, a norma busca coibir a autopromoção exagerada ou enganosa, preservando a credibilidade da profissão e a confiança do público.

15. É vedado efetuar ações publicitárias ou manifestações que denigrem a reputação da ciência contábil, da profissão ou dos colegas, entre as quais:

(a) fazer afirmações desproporcionais sobre os serviços que oferece, sua capacitação ou sobre a experiência que possui;

(C) se apropriar de trabalhos, iniciativas ou de soluções encontradas por colegas, dos quais não tenha participado, apresentando-os como próprios.

Alternativa incorreta. O item 18 “c” da NBC PG 01/2019 veda ao contador "apropriar-se de trabalhos, iniciativas ou de soluções encontradas por colegas, que deles não tenha participado, apresentando-os como próprios".

Essa regra reforça os princípios de honestidade intelectual e respeito aos colegas, essenciais para a harmonia da classe.

18. O contador deve, em relação aos colegas, observar as seguintes normas de conduta:

[...]

(c) jamais se apropriar de trabalhos, iniciativas ou de soluções encontradas por colegas, que deles não tenha participado, apresentando-os como próprios;

(D) indicar, em qualquer modalidade ou veículo de comunicação, os títulos, as especializações, os serviços oferecidos, os trabalhos realizados e a relação de clientes, quando ela for autorizada por eles.

Alternativa correta. O item 6 “d” da NBC PG 01/2019 permite ao contador “indicar, em qualquer modalidade ou veículo de comunicação, títulos, especializações, serviços oferecidos, trabalhos realizados e a relação de clientes, esta quando autorizada por estes”. Essa permissão está condicionada à autorização prévia dos clientes para divulgação de seus nomes, alinhando-se aos princípios de publicidade moderada (itens 11 e 12) e respeito ao sigilo (item 4 “c”).

6. O contador pode:

[...]

(d) indicar, em qualquer modalidade ou veículo de comunicação, títulos, especializações, serviços oferecidos, trabalhos realizados e a relação de clientes, esta quando autorizada por estes

Desse modo, a alternativa D é a única correta, pois está em conformidade com as permissibilidades éticas previstas no Código de Ética, item 6 “d”. As demais alternativas descrevem condutas expressamente vedadas pela NBC PG 01/2019, configurando infrações éticas passíveis de penalidades.

Gabarito: D

10. Para que um passivo se qualifique para reconhecimento, é necessário haver não somente uma obrigação presente, mas também a probabilidade de saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar essa obrigação.

No caso de uma Provisão, o reconhecimento se dá quando:

- (a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- (b) seja provável uma necessária saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

Em relação ao reconhecimento de um PASSIVO CONTINGENTE, de acordo com a NBC TG 25 (R2), é correto afirmar que

- A) não é reconhecido e nem divulgado em notas explicativas.
- B) não é reconhecido, mas é divulgado em notas explicativas.
- C) é reconhecido e divulgado em notas explicativas.
- D) é reconhecido, mas não é divulgado em notas explicativas.

Comentários:

A questão aborda o tratamento contábil de passivos contingentes, conforme a NBC TG 25 (R2), que estabelece as regras para provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. Primeiramente, precisamos diferenciar Provisão de Passivo Contingente.

De acordo com a norma, uma provisão é um passivo de prazo ou de valor incerto. Uma provisão é reconhecida nas demonstrações contábeis quando há uma (I) obrigação presente (legal ou implícita) decorrente de evento passado; (II) probabilidade de saída de recursos; e (III) possibilidade de estimativa confiável de valor. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

Por outro lado, um passivo contingente é uma (I) obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou (II) uma obrigação presente que não atende aos critérios de reconhecimento, seja porque a saída de recursos é improvável, seja porque o valor não pode ser mensurado com confiabilidade.

Além disso, a NBC TG 25 (R2) estabelece expressamente no item 27 que: “A entidade não deve reconhecer um passivo contingente”. Ademais, o item 28 da norma menciona que: “O passivo contingente é divulgado em notas explicativas, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos.”

Desse modo, o tratamento contábil para um passivo contingente vai depender da sua probabilidade de ocorrência:



Assim, vamos à análise de cada alternativa:

(A) não é reconhecido e nem divulgado em notas explicativas.

Alternativa incorreta. O passivo contingente não é reconhecido, mas deve ser divulgado (exceto se a probabilidade for remota).

(B) não é reconhecido, mas é divulgado em notas explicativas.

Alternativa correta. Reflete exatamente o que a norma determina: sem reconhecimento contábil, porém com divulgação obrigatória (a menos que a saída de recursos seja remota).

(C) é reconhecido e divulgado em notas explicativas.

Alternativa incorreta. Passivos contingentes nunca são reconhecidos no balanço, apenas divulgados (quando aplicável).

(D) é reconhecido, mas não é divulgado em notas explicativas.

Alternativa incorreta. Contrária à norma: não há reconhecimento, e a divulgação é obrigatória (salvo casos remotos).

Gabarito: B

11. Um supermercado funciona na região sul do país. Em maio de 2024, devido às fortes chuvas, o supermercado perdeu todo o seu estoque. Nas demonstrações contábeis mensais, em 31/05/24, o supermercado optou por baixar todo o estoque, mesmo sem ter recebido um laudo oficial, de modo a tornar as demonstrações mais úteis aos tomadores de decisões. A informação apresenta a seguinte característica qualitativa:

- A) neutralidade.
- B) materialidade.
- C) verificabilidade.
- D) tempestividade.

Comentários:

A questão aborda a qualidade da informação contábil em uma situação em que um supermercado, afetado por enchentes, optou por baixar todo o estoque perdido em maio/2024, antes mesmo de receber um laudo oficial, visando tornar suas demonstrações mais úteis aos tomadores de decisão.

Inicialmente, vamos relembrar quais são as características qualitativas da informação contábil (fundamentais e de melhoria), nos termos da NBC TG 00 (R2) – Estrutura Conceitual.

Características Qualitativas Fundamentais	
Característica	Conceito
Relevância	Informação financeira relevante é aquela capaz de fazer diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários. Devem possuir valor preditivo ou valor confirmatório, ou ambos .
Representação Fidedigna	Para ser representação perfeitamente fidedigna, a realidade retratada precisa ter três atributos. Ela tem que ser <u>completa, neutra e livre de erro (isenta de erros)</u> .

Características Qualitativas de Melhoria	
Característica	Conceito
Comparabilidade	Permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles.
Capacidade de Verificação	Significa que diferentes observadores bem informados e independentes podem chegar ao <u>consenso</u> , embora não a acordo necessariamente completo, de que a representação específica é representação fidedigna.
Tempestividade	Significa disponibilizar informações aos tomadores de decisões a tempo para que sejam capazes de influenciar suas decisões. Quanto mais antiga a informação, menos útil ela é.
Compreensibilidade	Classificar, caracterizar e apresentar informações de modo claro e conciso as torna compreensíveis.

Desse modo, vamos à análise de cada alternativa:

(A) neutralidade.

Alternativa incorreta. Neutralidade refere-se à imparcialidade na apresentação dos dados. Está mais ligada ao princípio da prudência. O caso não trata de distorção ou viés, mas sim do momento em que a informação foi registrada.

(B) materialidade.

Alternativa incorreta. A perda do estoque certamente é material (relevante), mas o foco da questão está no critério temporal (reconhecimento antecipado para maior utilidade), não na magnitude do prejuízo.

(C) verificabilidade.

Alternativa incorreta. Verificabilidade exige que a informação possa ser confirmada por evidências externas. Aqui, o supermercado não esperou pelo laudo, justamente o oposto de uma informação verificável no momento do registro.

(D) tempestividade.

Alternativa correta. O supermercado priorizou disponibilizar a informação rapidamente, mesmo sem documentação formal, para que os usuários tivessem dados atualizados sobre o impacto das enchentes. Isso se alinha perfeitamente com o conceito de tempestividade, senão vejamos:

Item 2.33 da NBC TG 00 (R2) – Estrutura Conceitual: “*Tempestividade significa disponibilizar informações aos tomadores de decisões a tempo para que sejam capazes de influenciar suas decisões. De modo geral, quanto mais antiga a informação, menos útil ela é. Contudo, algumas informações podem continuar a ser tempestivas por muito tempo após o final do período de relatório porque, por exemplo, alguns usuários podem precisar identificar e avaliar tendências.*”

Gabarito: D

12. De acordo com a NBC TG Estrutura Conceitual - ESTRUTURA CONCEITUAL PARA RELATÓRIO FINANCEIRO, as demonstrações contábeis consolidadas fornecem informações sobre os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas

- A) apenas das controladas.
- B) apenas da controladora.
- C) da controladora e de suas controladas, como entidades independentes.
- D) da controladora e de suas controladas, como uma única entidade que reporta.

Comentários:

A questão explora o conceito fundamental das demonstrações contábeis consolidadas, conforme definido pela NBC TG Estrutura Conceitual, destacando como os dados da controladora e suas controladas são apresentados aos usuários das demonstrações.

De acordo com o item 3.15 da NBC TG Estrutura Conceitual: *“As demonstrações contábeis consolidadas fornecem informações sobre os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas tanto da controladora como de suas controladas como uma única entidade que reporta.”*

O principal objetivo da consolidação é eliminar as transações intragrupos e apresentar a realidade econômica do grupo como um todo, ignorando fronteiras jurídicas individuais.

Desse modo, vamos às alternativas:

(A) apenas das controladas.

Alternativa incorreta. A consolidação não se limita às controladas; inclui obrigatoriamente a controladora.

(B) apenas da controladora.

Alternativa incorreta. Ignora as controladas, contrariando o propósito da consolidação, que é agregar todas as entidades do grupo.

(C) da controladora e de suas controladas, como entidades independentes.

Alternativa incorreta. Apesar de mencionar ambas, a consolidação não trata as entidades como independentes. Pelo contrário, combina seus dados e elimina operações entre elas.

(D) da controladora e de suas controladas, como uma única entidade que reporta.

Alternativa correta. Reproduz exatamente o texto normativo. A consolidação unifica as informações do grupo, apresentando-o como se fosse uma só entidade econômica.

Gabarito: D

13. De acordo com a NBC TG Estrutura Conceitual - ESTRUTURA CONCEITUAL PARA RELATÓRIO FINANCEIRO, patrimônio líquido é a participação nos ativos da entidade após

- A) a dedução de seus passivos.
- B) a dedução de suas despesas.
- C) o acréscimo de suas receitas.
- D) o acréscimo de seus passivos.

Comentários:

A questão aborda um dos pilares fundamentais da contabilidade: a definição de patrimônio líquido conforme estabelecido pela NBC TG Estrutura Conceitual.

Segundo o item 4.63 do referido dispositivo legal: *“Patrimônio líquido é a participação residual nos ativos da entidade após a dedução de todos os seus passivos.”*

Dessa forma, o patrimônio líquido representa o valor que efetivamente pertence aos sócios/acionistas da entidade. Também pode ser chamado de Situação Líquida; Capital Próprio; Recursos Próprios; Passivo Não Exigível; ou Riqueza Própria (Líquida).

Analisando as alternativas:

(A) a dedução de seus passivos.

Alternativa correta. Reproduz exatamente o item 4.63 da NBC TG 00 (R2) – Estrutura Conceitual. O PL é o valor residual após pagar todas as dívidas (passivos).

(B) a dedução de suas despesas.

Alternativa incorreta. Despesas afetam o resultado do período, mas não definem diretamente o PL. Além disso, despesas já estão refletidas na variação do ativo/passivo.

(C) o acréscimo de suas receitas.

Alternativa incorreta. Receitas aumentam o PL, mas não são parte de sua definição conceitual básica.

(D) o acréscimo de seus passivos.

Alternativa incorreta. Absurdo conceitual. Aumentar passivos reduziria o PL, nunca poderia ser parte de sua definição.

Gabarito: A

14. Segundo a NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL, para a representação dos relatórios financeiros ser fidedigna, ela precisa ser

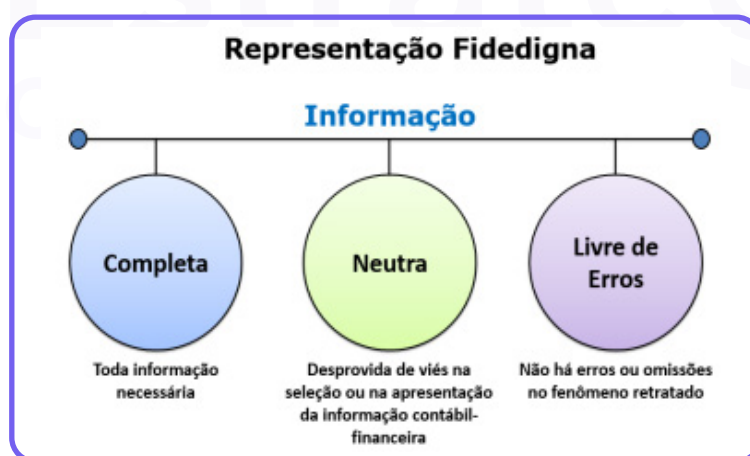
- A) completa, neutra e isenta de erros.
- B) confiável, tempestiva e com erros mínimos.
- C) tempestiva, útil e comparável.
- D) consistente, completa e compreensível.

Comentários:

A questão aborda um dos pilares da qualidade da informação contábil: os requisitos para que a representação nos relatórios financeiros seja considerada fidedigna, conforme a NBC TG Estrutura Conceitual.

Segundo o item 4.63 do referido dispositivo legal: *“Para ser representação perfeitamente fidedigna, a representação tem três características. Ela é completa, neutra e isenta de erros. Obviamente, a perfeição nunca ou raramente é atingida. O objetivo é maximizar essas qualidades tanto quanto possível.”*

Ademais, o esquema a seguir apresenta de modo mais didático essa definição:



Assim, vamos às alternativas:

(A) completa, neutra e isenta de erros.

Alternativa correta. Reproduz exatamente os três atributos exigidos pela norma para representação fidedigna.

(B) confiável, tempestiva e com erros mínimos.

Alternativa incorreta. Confiável é um termo antigo, empregado pela antiga Estrutura Conceitual, sendo que recentemente esse termo foi substituído pelo termo “fidedigno”. Tempestiva possui relação com outra característica qualitativa, a tempestividade, não fidedignidade. Além disso, erros mínimos não significa o mesmo que isenção de erros.

(C) tempestiva, útil e comparável.

Alternativa incorreta. Conforme já mencionado na alternativa anterior, tempestividade não possui relação direta com fidedignidade. Útil é muito amplo, engloba relevância e fidedignidade. Ademais, comparável possui relação com outra característica qualitativa: a comparabilidade.

(D) consistente, completa e compreensível.

Alternativa incorreta. Consistência não é um atributo da fidedignidade, sendo mais voltada (mas não a mesma coisa) para a comparabilidade. Desse modo, consistência refere-se ao uso dos mesmos itens, seja de período a período ou em um único período para diferentes entidades. Completa realmente seria um atributo da representação fidedigna, porém os outros dois itens estão incorretos. Compreensível está relacionado com compreensibilidade, outra característica qualitativa da informação contábil.

Gabarito: A

15. Segundo a NBC TG 26 (R5) - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, quando da elaboração de demonstrações contábeis, a administração deve avaliar a capacidade de a entidade continuar em operação no futuro previsível, o que significa que as demonstrações contábeis devem ser elaboradas no pressuposto da

- A) continuidade, a menos que a administração tenha a intenção de liquidar a entidade ou cessar seus negócios, ou ainda não possua uma alternativa realista senão a descontinuidade de suas atividades.
- B) competência, sendo os itens reconhecidos como ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas, inclusive para a demonstração de fluxo de caixa.
- C) materialidade e agregação, tendo a entidade que apresentar conjuntamente nas demonstrações contábeis cada classe material de itens semelhantes, aglutinando os de natureza ou função distinta mesmo que sejam materiais.
- D) compensação de valores, ativos e passivos ou receitas e despesas devem ser compensados, exceto quando permitido exclusivamente por norma.

Comentários:

A questão aborda um dos princípios fundamentais da contabilidade: o pressuposto da continuidade, conforme estabelecido na NBC TG 26 (R5) - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Segundo o item 25 da referida normativa: *“Quando da elaboração das demonstrações contábeis, a administração deve fazer a avaliação da capacidade da entidade continuar em operação no futuro previsível. As demonstrações contábeis devem ser elaboradas no pressuposto da continuidade, a menos que: (I) a administração tenha intenção de liquidar a entidade ou cessar seus negócios, ou ainda (II) não possua uma alternativa realista senão a descontinuidade de suas atividades”.*

Dessa forma, o pressuposto da continuidade é um princípio fundamental da contabilidade, que assume que a entidade continuará suas operações normais no futuro previsível, sem a intenção ou necessidade de encerrar suas atividades ou entrar em liquidação. Se a continuidade estiver comprometida, a contabilidade deve refletir essa situação, ajustando a forma de mensuração e divulgação dos ativos e passivos.

Desse modo, vamos à análise das alternativas:

(A) continuidade, a menos que a administração tenha a intenção de liquidar a entidade ou cessar seus negócios, ou ainda não possua uma alternativa realista senão a descontinuidade de suas atividades.

Alternativa correta. Reproduz literalmente o texto normativo, contemplando as duas exceções ao princípio da continuidade.

(B) competência, sendo os itens reconhecidos como ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas, inclusive para a demonstração de fluxo de caixa.

Alternativa incorreta. Trata-se do regime de competência, não relacionado à continuidade, e comete erro ao incluir a DFC, que segue regime de caixa.

(C) materialidade e agregação, tendo a entidade que apresentar conjuntamente nas demonstrações contábeis cada classe material de itens semelhantes, aglutinando os de natureza ou função distinta mesmo que sejam materiais.

Alternativa incorreta. Foca em critérios de apresentação, agregação de itens, e ainda comete erro ao sugerir aglutinar itens distintos.

(D) compensação de valores, ativos e passivos ou receitas e despesas devem ser compensados, exceto quando permitido exclusivamente por norma.

Alternativa incorreta. Aborda princípio da não compensação, ou seja, itens não devem ser compensados, salvo exceções normativas, tema completamente distinto.

Gabarito: A

16. Sobre a classificação e mensuração de ativos não circulantes mantidos para a venda, de acordo com a NBC TG 31 (R4) - ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA E OPERAÇÃO DESCONTINUADA, analise as seguintes afirmativas:

I. Os ativos não circulantes mantidos para a venda, desde que satisfeitos os critérios de classificação, são realocados para o ativo circulante da entidade.

II. A classificação, a apresentação e a mensuração requeridas pela NBC TG 31 aplicáveis a ativo não circulante classificado como mantido para venda também se aplicam a ativo não circulante que seja classificado como destinado a ser distribuído aos sócios na sua condição de proprietários.

III. O ativo não circulante mantido para venda será mensurado pelo maior entre o seu valor contábil e o valor justo, menos as despesas de venda.

Está correto o que se afirma em

- A) I, somente.
- B) I e II, somente.
- C) I, II e III.
- D) II, somente.

Comentários:

A NBC TG 31 (R4) estabelece os critérios para classificação e mensuração de ativos não circulantes mantidos para venda.

Os ativos não circulantes mantidos para a venda são classificados no ativo circulante de forma separada no balanço patrimonial. Com isso, a sua venda deve ser altamente provável.

A normativa contábil estabelece alguns requisitos para que a venda possa ser considerada altamente provável:

- O nível hierárquico de gestão apropriado deve estar comprometido com o plano de venda do ativo;
- Deve ter sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e concluir o plano;
- O ativo mantido para venda deve ser efetivamente colocado à venda por preço que seja razoável em relação ao seu valor justo corrente;
- Em regra, deve-se esperar que a venda se qualifique como concluída em até 01 ano a partir da data da classificação;
- As ações necessárias para concluir o plano devem indicar que é improvável que possa haver alterações

significativas no plano ou que o plano possa ser abandonado.

Além disso, se a entidade tiver classificado um ativo como mantido para venda, mas os critérios acima estudados já não estiverem mais satisfeitos, a entidade deve deixar de classificar o ativo como mantido para venda.

Por fim, a entidade deve mensurar o ativo ou o grupo de ativos não circulantes classificado como mantido para venda pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda.

Revisados esses pontos, vamos ao julgamento dos itens:

I. Os ativos não circulantes mantidos para a venda, desde que satisfeitos os critérios de classificação, são realocados para o ativo circulante da entidade.

Alternativa correta. Reproduz o item 3 da norma que diz: *“Os ativos classificados como não circulantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, não devem ser reclassificados para ativos circulantes enquanto não satisfizerem aos critérios de classificação como mantidos para venda de acordo com este Pronunciamento. Os ativos de uma classe que a entidade normalmente consideraria como não circulante, e que sejam adquiridos para revenda, não devem ser classificados como circulantes, a não ser que satisfaçam aos critérios de classificação como mantidos para venda de acordo com este Pronunciamento Técnico”.*

II. A classificação, a apresentação e a mensuração requeridas pela NBC TG 31 aplicáveis a ativo não circulante classificado como mantido para venda também se aplicam a ativo não circulante que seja classificado como destinado a ser distribuído aos sócios na sua condição de proprietários.

Alternativa correta. Reproduz o item 5 “a” da NBC TG 31 (R4): *“A classificação, a apresentação e a mensuração requeridas neste Pronunciamento Técnico aplicáveis a ativo não circulante (ou grupo de ativos) classificado como mantido para venda também se aplicam a ativo não circulante (ou grupo de ativos) que seja classificado como destinado a ser distribuído aos sócios na sua condição de proprietários (mantido para distribuição aos proprietários)”.*

III. O ativo não circulante mantido para venda será mensurado pelo maior entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda.

Alternativa incorreta. Na verdade, a norma exige o MENOR valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda, conforme o item 15: *“A entidade deve mensurar o ativo ou o grupo de ativos não circulantes classificado como mantido para venda pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda”.*

Gabarito: B

17. A NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL descreve uma série de conceitos utilizados para a elaboração de relatórios financeiros para fins gerais.

Relacione cada elemento a seguir com sua correta definição, segundo a Estrutura Conceitual.

Elemento	Definição
a. Despesa	I. Aumentos nos ativos, ou reduções nos passivos, que resultam em aumento no patrimônio líquido.
b. Patrimônio Líquido	II. Reduções nos ativos, ou aumentos nos passivos, que resultam em reduções no patrimônio líquido.
c. Receita	III. Participação residual nos ativos da entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os elementos a, b e c correspondem, respectivamente, às definições

- A) II – III – I.
 B) I – III – II.
 C) II – I – III.
 D) I – II – III.

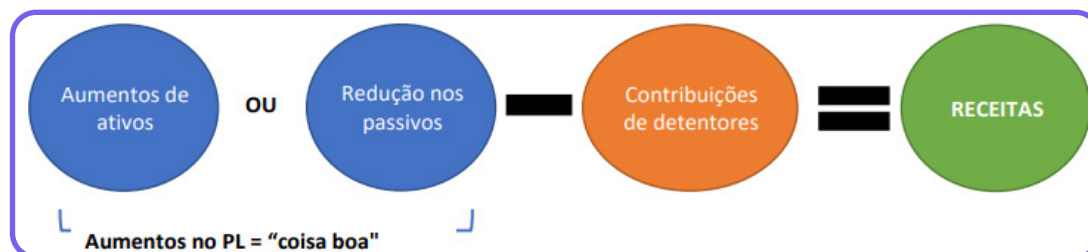
Comentários:

A questão aborda conceitos básicos da NBC TG 00 (R2) – Estrutura Conceitual, especificamente sobre os elementos das demonstrações contábeis.

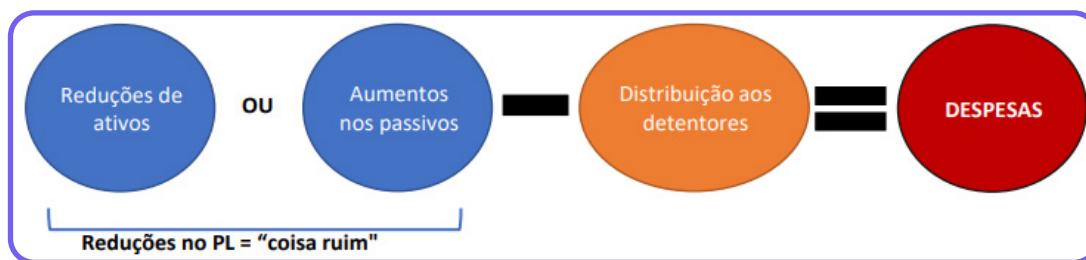
De acordo com a referida norma:

Item 4.63: “Patrimônio líquido é a participação residual nos ativos da entidade após a dedução de todos os seus passivos.”

Item 4.68: “Receitas são aumentos nos ativos, ou reduções nos passivos, que resultam em aumentos no patrimônio líquido, exceto aqueles referentes a contribuições de detentores de direitos sobre o patrimônio.”



Item 4.69: “Despesas são reduções nos ativos, ou aumentos nos passivos, que resultam em reduções no patrimônio líquido, exceto aqueles referentes a distribuições aos detentores de direitos sobre o patrimônio.”



Dessa forma, vamos relacionar cada elemento com a sua respectiva definição:

Despesa – II. Reduções nos ativos, ou aumentos nos passivos, que resultam em reduções no patrimônio líquido.

Patrimônio Líquido – III. Participação residual nos ativos da entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Receita – I. Aumentos nos ativos, ou reduções nos passivos, que resultam em aumento no patrimônio líquido.

Assim, analisando as alternativas:

- (A) II – III – I. **Alternativa correta.** Correlação de acordo com o solicitado.
- (B) I – III – II. **Alternativa incorreta.** Inverteu o conceito de Despesa e Receita.
- (C) II – I – III. **Alternativa incorreta.** Inverteu todos os conceitos.
- (D) I – II – III. **Alternativa incorreta.** Inverteu todos os conceitos.

Gabarito: A

18. De acordo com a NBC TG 25 (R2) - PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES, provisão é um passivo de prazo incerto ou de valor incerto.

Considere que a sociedade empresária Beta tenha recebido um laudo de seu advogado sobre um provável pagamento de processo trabalhista, entretanto com mensuração ainda não confiável.

Nesse caso, o seu reconhecimento nas demonstrações financeiras deve ser

- A) como apropriação por competência no balanço patrimonial.
- B) como provisão trabalhista no balanço patrimonial.
- C) não realizar reconhecimento de provisão trabalhista no balanço patrimonial e não divulgar em nota explicativa.
- D) não realizar reconhecimento de provisão trabalhista no balanço patrimonial, mas divulgar em nota explicativa como passivo contingente.

Comentários:

A questão aborda o tratamento contábil de passivos contingentes, conforme a NBC TG 25 (R2), que estabelece as regras para provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. Primeiramente, precisamos diferenciar Provisão de Passivo Contingente.

De acordo com a norma, uma provisão é um passivo de prazo ou de valor incerto. Uma provisão é reconhecida nas demonstrações contábeis quando há uma (I) obrigação presente (legal ou implícita) decorrente de evento passado; (II) probabilidade de saída de recursos; e (III) possibilidade de estimativa confiável de valor. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

Por outro lado, um passivo contingente é uma (I) obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou (II) uma obrigação presente que não atende aos critérios de reconhecimento, seja porque a saída de recursos é improvável, seja porque o valor não pode ser mensurado com confiabilidade.

Além disso, a NBC TG 25 (R2) estabelece expressamente no item 27 que: “A entidade não deve reconhecer um passivo contingente. Ademais, o item 28 da norma menciona que: *o passivo contingente é divulgado em notas explicativas, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos*”.

Desse modo, o tratamento contábil para um passivo contingente vai depender da sua probabilidade de ocorrência:

	Provável	Possível	Remoto
Registro Contábil	Sim	Não	Não
Divulgação em Notas Explicativas	Sim	Sim	Não

Assim, vamos à análise de cada alternativa:

(A) deve se dar como apropriação por competência no balanço patrimonial.

Alternativa incorreta. Essa alternativa viola o princípio da confiabilidade da mensuração, um dos requisitos essenciais para reconhecimento de provisões conforme a NBC TG 25 (R2). A apropriação por competência exige que o valor possa ser mensurado com razoável segurança, o que não ocorre no caso apresentado, uma vez que a mensuração não é confiável.

(B) deve ocorrer como provisão trabalhista no balanço patrimonial.

Alternativa incorreta. Essa alternativa desrespeita o item 14 “c” da NBC TG 25 (R2), que exige estimativa confiável para reconhecimento. A norma é clara ao estabelecer que todos os três critérios (obrigação presente, saída provável de recursos e mensuração confiável) devem ser cumulativamente atendidos. Registrar como provisão sem atender a esse requisito caracterizaria superestimação de passivos, ferindo o princípio da prudência.

(C) não deve realizar reconhecimento de provisão trabalhista no balanço patrimonial nem divulgar em nota explicativa.

Alternativa incorreta. O quesito ignora a obrigação de divulgação de passivos contingentes prevista no item 86 da norma, que exige a divulgação quando a saída de recursos é provável, como no caso do laudo do advogado. Porém, apesar de divulgável, o passivo contingente não deve ser reconhecido nas demonstrações contábeis, pois não pode ser mensurado com confiabilidade.

(D) não deve realizar reconhecimento de provisão trabalhista no balanço patrimonial, mas divulgar em nota explicativa como passivo contingente.

Alternativa correta. Reproduz o disposto na NBC TG 25 (R2) proibindo o reconhecimento quando há falta de estimativa confiável; cumpre a exigência de divulgação como passivo contingente; e mantém a utilidade da informação para os usuários.

Gabarito: D

19. De acordo com a NBC TG 09 (R1) - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO, a referida Demonstração (DVA) está relacionada com informações econômicas e com a comunicação de elementos ambientais, sociais e de governança (ASG), e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela entidade e sua distribuição, durante determinado período.

Nesse sentido, considerando que a sociedade empresária “B” possui reversão de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, essa informação deve ser apresentada, em sua DVA, do seguinte modo:

- A) em remuneração de capitais próprios, na segunda parte da DVA.
- B) em remuneração de capitais de terceiros, na segunda parte da DVA.
- C) em valor adicionado recebido em transferência, na primeira parte da DVA.
- D) em riqueza criada pela própria entidade, na primeira parte da DVA.

Comentários:

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA), regulamentada pela NBC TG 09 (R1), possui uma estrutura bem definida que separa claramente a geração da riqueza (primeira parte) de sua distribuição (segunda parte). A reversão de Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) é um item que gera muita confusão quanto ao seu correto enquadramento nesta demonstração. Porém, vejamos como está disposta a estrutura da DVA:

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**1 - RECEITAS**

- 1.1 - Venda de mercadorias, produtos e serviços
- 1.2 - Outras receitas
- 1.3 - Receitas relativas à construção de ativos próprios
- 1.4 - Provisão para créditos de liquidação duvidosa

2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (incluindo impostos)

- 2.1 - CMV / CPV / CSV
- 2.2 - Materiais, energia, serviços de terceiros e outros
- 2.3 - Perda / recuperação de valores ativos

3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)**4 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO****5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)****6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA**

- 6.1 - Resultado de equivalência patrimonial
- 6.2 - Receitas financeiras

7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)**8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO**

- 8.1 – Pessoal
- 8.2 - Impostos, taxas e contribuições
- 8.3 - Remuneração de capitais de terceiros
- 8.4 - Remuneração de capital próprio

Revisada sua estrutura, vamos às alternativas:

(A) em remuneração de capitais próprios, na segunda parte da DVA.

Alternativa incorreta. A reversão de PECLD não se relaciona com a distribuição de riqueza aos acionistas ou proprietários. A segunda parte da DVA destina-se exclusivamente a mostrar como o valor adicionado foi distribuído entre os diversos *stakeholders* (empregados, governo, financiadores e acionistas). A reversão de PECLD, por ser um ajuste de natureza operacional que aumenta o resultado da empresa, deve constar na primeira parte da demonstração, que trata justamente da formação do valor adicionado.

(B) em remuneração de capitais de terceiros, na segunda parte da DVA.

Alternativa incorreta. Essa opção também está errada por dois motivos principais: primeiro, porque coloca o item na parte de distribuição (segunda parte) quando ele deveria estar na geração (primeira parte); segundo, porque a reversão de PECLD não representa um pagamento ou obrigação para com terceiros financiadores. A remuneração de capitais de terceiros inclui itens como juros sobre empréstimos e financiamentos, que são efetivamente saídas de recursos para credores, situação completamente diversa da reversão de provisões.

(C) em valor adicionado recebido em transferência, na primeira parte da DVA.

Alternativa incorreta. Embora essa alternativa acerte ao localizar o item na primeira parte da DVA, ela erra ao classificá-lo como "valor adicionado recebido em transferência". Esse grupo contempla receitas que não decorrem diretamente da atividade-fim da empresa, como resultados de equivalência patrimonial ou receitas financeiras. A reversão de PECLD, por outro lado, está intrinsecamente ligada às operações principais da entidade, representando um ajuste de natureza operacional que afeta diretamente a riqueza gerada pela empresa em suas atividades centrais.

(D) em riqueza criada pela própria entidade, na primeira parte da DVA.

Alternativa correta. Essa é a única alternativa que atende plenamente às disposições da NBC TG 09 (R1). O item 14 da norma é explícito ao determinar que tanto a constituição quanto a reversão de PECLD devem ser apresentadas como parte da riqueza criada pela entidade na primeira parte da DVA. Essa classificação faz todo sentido conceitual, pois a reversão de provisões representa um ganho que aumenta o valor adicionado gerado pelas operações da empresa, devendo, portanto, constar no cálculo da riqueza efetivamente produzida pela entidade em seu período de apuração.

14. A DVA, em sua primeira parte, deve apresentar de forma detalhada a riqueza criada pela entidade. Os principais componentes da riqueza criada estão apresentados a seguir:

Receitas Receita de contrato com cliente – inclui os valores dos tributos incidentes sobre essas receitas (por exemplo, ICMS, IPI, PIS e COFINS), ou seja, corresponde ao ingresso bruto ou faturamento bruto, mesmo quando na Demonstração do Resultado do Período tais tributos estejam fora do cômputo dessas receitas.

Outras receitas – da mesma forma que o item anterior, inclui os tributos incidentes sobre essas receitas, quando aplicável.

Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa – Constituição/Reversão – inclui os valores relativos à constituição e reversão dessas perdas estimadas. (grifo nosso)

Gabarito: D

20. A Demonstração do Valor Adicionado proporciona aos usuários das demonstrações contábeis informações relativas à riqueza criada pela entidade em determinado período e à forma como tais riquezas foram distribuídas.

Na distribuição do valor adicionado, o total de “Remuneração de capitais próprios” deve ser igual

- A) às reservas de lucro reportadas no Balanço Patrimonial.
- B) ao pagamento de dividendos reportado na Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- C) ao resultado líquido do exercício reportado na Demonstração do Resultado do Período.
- D) à distribuição de dividendos reportada na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Comentários:

Questão aborda detalhes da NBC TG 09 (R1), que trata sobre a Demonstração do Valor Adicionado (DVA). A normativa contábil estabelece critérios específicos para esta demonstração, particularmente no item 15, que trata da remuneração de capitais próprios.

Desse modo, vamos às análises sobre o que deve ser igual a “Remuneração de capitais de próprios”:

(A) às reservas de lucro reportadas no Balanço Patrimonial.

Alternativa incorreta. Esta alternativa está incorreta porque as reservas de lucro representam apenas uma parte da remuneração dos capitais próprios. A DVA considera a totalidade do resultado líquido do exercício como remuneração dos capitais próprios, que inclui não apenas as reservas constituídas, mas também os dividendos distribuídos e os juros sobre capital próprio. As reservas de lucro são apenas uma parcela dessa remuneração global, correspondendo à parte do lucro que foi retida na empresa.

(B) ao pagamento de dividendos reportado na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Alternativa incorreta. Esta opção está errada por três motivos: (1) considera apenas os dividendos, ignorando outras formas de remuneração como lucros retidos e JCP; (2) o valor dos dividendos pagos pode não corresponder ao do período corrente, pois podem ser relativos a lucros de exercícios anteriores; e (3) a DFC registra o efetivo pagamento, enquanto a DVA trabalha com o conceito de competência, considerando a remuneração gerada no período independentemente de seu pagamento.

(C) ao resultado líquido do exercício reportado na Demonstração do Resultado do Período.

Alternativa correta. O item 15 da norma estabelece explicitamente que o total da remuneração de capitais próprios na DVA deve ser igual ao resultado líquido do exercício reportado na Demonstração do Resultado. Isso ocorre porque, conceitualmente, todo o lucro do período está disponível para remunerar os acionistas, seja através de distribuição imediata (dividendos), seja através de retenção na empresa (reservas de lucros).

15. A segunda parte da DVA deve apresentar de forma detalhada como a riqueza obtida pela entidade foi distribuída. Os principais componentes dessa distribuição estão apresentados a seguir:

[...]

Remuneração de capitais próprios – valores relativos à remuneração atribuída aos sócios e acionistas. O total desse grupo deve ser igual ao resultado líquido do exercício, reportado na Demonstração do Resultado do Período. (grifo nosso)

(D) à distribuição de dividendos reportada na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Alternativa incorreta. Esta alternativa está incorreta porque se limita à parcela distribuída de dividendos, não considerando a totalidade da remuneração dos capitais próprios. A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido mostra como foi feita a distribuição dos lucros, mas não reflete o valor total disponível para remuneração, que é exatamente o resultado líquido do exercício. Além disso, a DMPL pode incluir distribuições relativas a períodos anteriores, não refletindo necessariamente a remuneração gerada no período corrente.

Gabarito: C

21. Uma loja que vende produtos de escritório apresentava os seguintes saldos em 31/12/2023:

• Custo da mercadoria vendida (inclui os valores dos impostos recuperáveis):	R\$ 80.000,00
• Despesa de depreciação dos ativos imobilizados:	R\$ 15.000,00
• Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa:	R\$ 6.000,00
• Perdas por desvalorização dos ativos imobilizados:	R\$ 10.000,00
• Receita de contrato com clientes:	R\$ 200.000,00

Assinale a opção que indica o saldo do valor adicionado líquido produzido pela loja, apresentado em sua Demonstração do Valor Adicionado em 31/12/2023.

- A) R\$ 89.000,00.
- B) R\$ 114.000,00.
- C) R\$ 104.000,00.
- D) R\$ 194.000,00.

Comentários:

Questão simples para quem conhece a estrutura da DVA:

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

1 - RECEITAS

- 1.1 - Venda de mercadorias, produtos e serviços**
- 1.2 - Outras receitas**
- 1.3 - Receitas relativas à construção de ativos próprios**
- 1.4 - Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (incluindo impostos)

- 2.1 - CMV / CPV / CSV**
- 2.2 - Materiais, energia, serviços de terceiros e outros**
- 2.3 - Perda / recuperação de valores ativos**

3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)

4 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO

5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)

6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA

- 6.1 - Resultado de equivalência patrimonial**
- 6.2 - Receitas financeiras**

7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)

8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO

- 8.1 – Pessoal**
- 8.2 - Impostos, taxas e contribuições**
- 8.3 - Remuneração de capitais de terceiros**
- 8.4 - Remuneração de capital próprio**

De posse da estrutura, vamos calcular o valor adicionado líquido produzido pela loja:

1 - RECEITAS	R\$ 194.000,00
1.1) Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviço	R\$ 200.000,00
1.4) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	-R\$ 6.000,00
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	R\$ 90.000,00
2.1) Custos dos Produtos, das Mercadorias e dos Serviços Prestados	R\$ 80.000,00
2.3) Perda/Recuperação de Valores Ativos	R\$ 10.000,00
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1 - 2)	R\$ 104.000,00
4 - RETENÇÕES - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	R\$ 15.000,00
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3 - 4)	R\$ 89.000,00

Analisando as alternativas:

(A) R\$ 89.000,00.

Alternativa correta. Exemplificada no cálculo acima.

(B) R\$ 114.000,00.

Alternativa incorreta. Não considerou as retenções.

(C) R\$ 104.000,00.

Alternativa incorreta. Mostra apenas o valor bruto, sem deduzir depreciação.

(D) R\$ 194.000,00.

Alternativa incorreta. Refere-se às receitas líquidas, não ao valor adicionado.

Gabarito: A

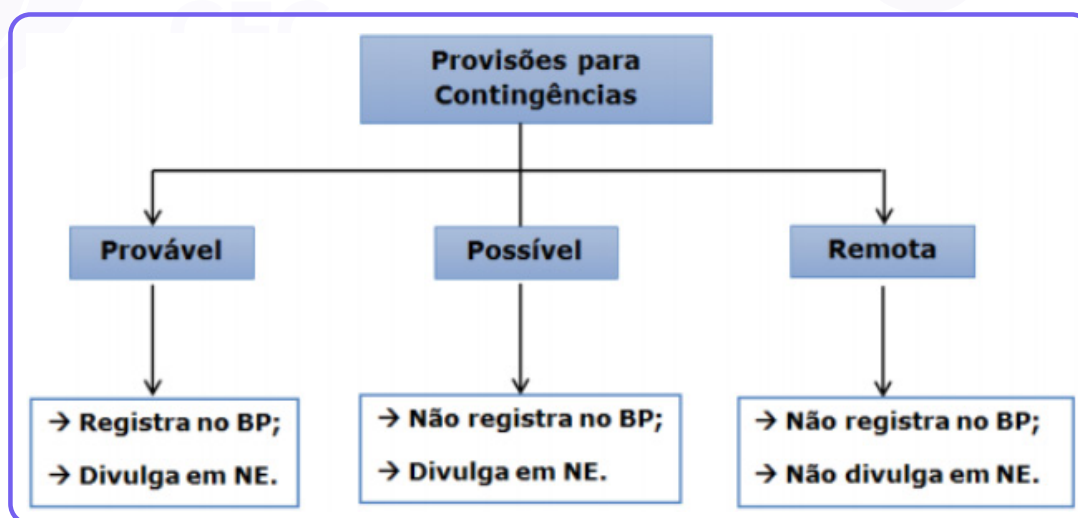
22. De acordo com a NBC TG 25 (R2) - PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES, a entidade deve divulgar, em notas explicativas, para cada classe de passivo contingente na data do balanço, uma breve descrição da natureza do passivo contingente, a menos que a possibilidade de ocorrer qualquer desembolso na liquidação seja

- A) remota.
- B) possível.
- C) provável.
- D) possível e provável.

Comentários:

A NBC TG 25 (R2) estabelece que os passivos contingentes devem ser divulgados em notas explicativas, exceto quando a possibilidade de saída de recursos for remota (item 86). Esta regra visa garantir transparência sobre obrigações potenciais que podem impactar significativamente a posição financeira da entidade.

Desse modo:



Assim, analisando as alternativas:

(A) remota.

Alternativa correta. Essa é a única situação em que a NBC TG 25 (R2) realmente dispensa a divulgação, quando a probabilidade é classificada como "remota" (geralmente entendida como 5% ou menos de chance de ocorrência).

Essa exceção está claramente estabelecida no item 86, "*a menos que seja remota a possibilidade*", e reflete o princípio da materialidade, ou seja, não se exige divulgação de eventos com impacto insignificante. As demais alternativas falham por não reconhecer esse limite estabelecido pela norma.

(B) possível.

Alternativa incorreta. Essa alternativa está incorreta porque, segundo o item 86 da NBC TG 25 (R2), quando a possibilidade de saída de recursos é classificada como "possível" (ou seja, maior que remota mas não provável), a entidade tem a obrigação explícita de divulgar o passivo contingente em notas explicativas. O erro aqui está justamente em sugerir que seria uma situação de não divulgação, quando na verdade é exatamente o oposto, a divulgação é compulsória para passivos contingentes com probabilidade possível.

(C) provável.

Alternativa incorreta. Essa opção é incorreta por confundir os tratamentos contábeis. Quando a probabilidade de saída de recursos é "provável" (acima de 50%), o item 14 da norma exige que o valor seja reconhecido como uma provisão no balanço patrimonial, deixando de ser um passivo contingente. Portanto, sugerir que essa seria uma situação de não divulgação como contingente demonstra desconhecimento da diferença fundamental entre provisões (reconhecidas no BP) e passivos contingentes (divulgados em notas).

(D) possível e provável.

Alternativa incorreta. Essa alternativa está duplamente errada. Primeiro, por combinar duas classificações de probabilidade que são mutuamente excludentes: um passivo não pode ser simultaneamente "possível" e "provável". Segundo, porque ambas as situações exigiriam manifestação nas demonstrações: no caso de "provável" como provisão no BP, e no caso de "possível" como divulgação em notas. A redação da alternativa cria uma categoria híbrida inexistente na norma.

Gabarito: A

23. A sociedade empresária Solar administra a carreira de influenciadores digitais.

As empresas interessadas em divulgar o seu produto ou serviço por meio dos influenciadores devem pagar para a Solar R\$ 20.000,00 por um pacote que consiste em oito inserções em redes sociais, sendo quatro ao mês.

Em 01/05/2024, a Cia Yellow assinou contrato e pagou, à vista, R\$ 20.000,00 para a Cia Solar. Foram realizadas quatro inserções em junho e quatro em julho. A Cia Yellow estimou que, por conta da divulgação, o seu faturamento aumentou em R\$ 15.000,00 em agosto e em R\$ 18.000,00 em setembro.

De acordo com o Regime de Competência, a despesa com a divulgação deve ser reconhecida pela Cia Yellow do seguinte modo:

- A) R\$ 20.000,00 em maio.
- B) R\$ 10.000,00 em junho e R\$ 10.000,00 em julho.
- C) R\$ 10.000,00 em agosto e R\$ 10.000,00 em setembro.
- D) R\$ 5.000,00 em cada um dos meses de junho a setembro.

Comentários:

Vamos lá, pessoal! O regime de competência, conforme a NBC TG 00 (R2) – Estrutura Conceitual, determina que as despesas devem ser reconhecidas no período em que os serviços são efetivamente prestados, independentemente de quando ocorre o pagamento (maio) ou quando se manifestam os resultados da companhia (agosto/setembro).

Dessa forma, foram contratadas 8 inserções por R\$ 20.000,00, sendo 4 inserções realizadas em junho (50%) e 4 inserções realizadas em julho (50%). Assim, os lançamentos contábeis seriam os seguintes:

Maio

D – Despesas Antecipadas (Ativo Circulante) – R\$ 20.000,00

C – Caixa/Bancos (Ativo Circulante) – R\$ 20.000,00

Junho

D – Despesa com Marketing (Resultado) – R\$ 10.000,00

C - Despesas Antecipadas (Ativo Circulante) – R\$ 10.000,00

Julho

D – Despesa com Marketing (Resultado) – R\$ 10.000,00

C - Despesas Antecipadas (Ativo Circulante) – R\$ 10.000,00

Com relação ao aumento de faturamento, a banca examinadora colocou esses dados apenas para confundir os candidatos, pois não possui aplicação para o que está sendo solicitado na questão.

Após essas conferências, vamos às alternativas:

(A) R\$ 20.000,00 em maio.

Alternativa incorreta. A opção confunde regime de competência com regime de caixa. O pagamento antecipado em maio não significa que o serviço foi prestado nesse mês. O correto seria registrar um ativo (despesas antecipadas).

(B) R\$ 10.000,00 em junho e R\$ 10.000,00 em julho.

Alternativa correta. Conforme os lançamentos apresentados acima, metade dos serviços foram prestados em junho e a outra metade em julho, caracterizando as despesas de acordo com o regime de competência. Lembrando que, como a despesa já havia sido paga em maio, a conta creditada é despesas antecipadas (ativo).

(C) R\$ 10.000,00 em agosto e R\$ 10.000,00 em setembro.

Alternativa incorreta. Essa alternativa está errada por associar o reconhecimento das despesas aos resultados obtidos pela companhia. Perceba que o aumento de faturamento é uma consequência das inserções, mas não o fato gerador.

(D) R\$ 5.000,00 em cada um dos meses de junho a setembro.

Alternativa incorreta. Alternativa sem pé nem cabeça, realiza uma distribuição arbitrária e não vinculada ao regime de competência.

Gabarito: B

24. Em 01/09/2024, uma sociedade empresária localizada em Belo Horizonte adquiriu aparelhos de informática de Manaus por R\$ 40.000,00. O frete para a entrega por caminhão era de R\$ 2.000,00. No entanto, para receber os aparelhos mais rápido, a sociedade empresária solicitou a entrega por avião e pagou o valor de R\$ 5.500,00 pelo frete.

A instalação dos aparelhos no escritório custou R\$ 1.000,00. Ainda, foram gastos R\$ 2.000,00 com testes para verificar se os aparelhos estavam funcionando corretamente.

O valor dos aparelhos de informática a serem registrados no ativo imobilizado da sociedade empresária é de

- A) R\$ 43.000,00.
- B) R\$ 45.000,00.
- C) R\$ 46.500,00.
- D) R\$ 48.500,00.

Comentários:

Essa questão aborda o reconhecimento e a mensuração de ativos imobilizados, nos termos da NBC TG 27, mais precisamente o que deve ou não compor o custo de aquisição.

Nos termos do item 16 da NBC TG 27 – Ativo Imobilizado:

16. O custo de um item do ativo imobilizado compreende:

- (a) seu preço de aquisição, acrescido de impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos;*
- (b) quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração;*
- (c) a estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do item e de restauração do local (sítio) no qual este está localizado. Tais custos representam a obrigação em que a entidade incorre quando o item é adquirido ou como consequência de usá-lo durante determinado período para finalidades diferentes da produção de estoque durante esse período.*

Além disso, o item 17 traz exemplos de custos diretamente atribuíveis a um ativo imobilizado:

17. Exemplos de custos diretamente atribuíveis são:

- (a) custos de benefícios aos empregados (tal como definidos no Pronunciamento Técnico CPC 33 – Benefícios a Empregados) decorrentes diretamente da construção ou aquisição de item do ativo imobilizado;*
- (b) custos de preparação do local;*
- (c) custos de frete e de manuseio (para recebimento e instalação);*
- (d) custos de instalação e montagem;*
- (e) custos com testes para verificar se o ativo está funcionando corretamente (ou seja, avaliar se o desempenho técnico e físico do ativo é capaz de ser usado na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguel a terceiros ou para fins administrativos);*
- (f) honorários profissionais.*

Por fim, o item 19 ainda detalha exemplos do que não são custos de um ativo imobilizado:

19. Exemplos que não são custos de um item do ativo imobilizado são:

- (a) custos de abertura de nova instalação;*
- (b) custos incorridos na introdução de novo produto ou serviço (incluindo propaganda e atividades promocionais);*

(c) custos da transferência das atividades para novo local ou para nova categoria de clientes (incluindo custos de treinamento); e

(d) custos administrativos e outros custos indiretos.

Para facilitar a visualização, vejamos o quadro abaixo:

INCLUI	NÃO INCLUI
(+) PREÇO DE AQUISIÇÃO + IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO + IMPOSTOS NÃO RECUPERÁVEIS	(-) DESCONTOS COMERCIAIS E ABATIMENTOS
(+) PREPARAÇÃO DO LOCAL	(-) CUSTOS DE ABERTURA DE NOVA INSTALAÇÃO
(+) FRETE E MANUSEIO POR CONTA DO COMPRADOR	(-) FRETE POR CONTA DO VENDEDOR
(+) INSTALAÇÃO E MONTAGEM	(-) PROPAGANDA E ATIVIDADES PROMOCIONAIS
(+) TESTES	(-) CUSTOS DE TREINAMENTO
(+) BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS (CPC 33)	(-) TRANSFERÊNCIA POSTERIOR (NOVO LOCAL)
(+) HONORÁRIOS PROFISSIONAIS (ENGENHEIROS, ARQUITETOS, ETC)	(-) CUSTOS ADMINISTRATIVOS
(+) CUSTOS DE DESMONTAGEM (TRAZIDOS A VALOR PRESENTE)	(-) OUTROS CUSTOS INDIRETOS
(+) CUSTO DE REMOÇÃO (TRAZIDO A VALOR PRESENTE)	(-) REMOÇÃO E DESMONTAGEM DE MÁQUINAS ANTIGAS
(+) OUTROS CUSTOS DIRETAMENTE ATRIBUÍVEIS	

Perceba que a maior dúvida aqui residiria no valor do frete. A questão menciona que o frete para entrega de caminhão “seria” de R\$ 2.000,00, porém, para agilizar a entrega foi contratado um avião e foi pago R\$ 5.500,00. Esse último é o valor efetivamente desembolsado pela entidade para ter o ativo em condições de uso.

Logo:

- Preço de Aquisição: R\$ 40.000,00;
- Frete Aéreo: R\$ 5.500,00;
- Instalação: R\$ 1.000,00;
- Testes de Funcionamento: R\$ 2.000,00.

Valor total do Ativo Imobilizado:

$R\$ 40.000,00 + R\$ 5.500,00 + R\$ 1.000,00 + R\$ 2.000,00 = R\$ 48.500,00.$

Realizados os cálculos, vamos às alternativas:

(A) R\$ 43.000,00.

Alternativa incorreta. Essa alternativa provavelmente considerou apenas o preço de aquisição, a instalação e os testes de funcionamento, ignorando o frete.

(B) R\$ 45.000,00.

Alternativa incorreta. Diferentemente da alternativa anterior, aqui houve a consideração do frete, porém, o frete do caminhão, e não o avião, de modo que a resposta está errada.

(C) R\$ 46.500,00.

Alternativa incorreta. Essa alternativa provavelmente considerou apenas o preço de aquisição, o frete aéreo e a instalação, mas deixou de lado os testes de funcionamento, motivo pelo qual está incorreta.

(D) R\$ 48.500,00.

Alternativa correta. Abrange todos os custos necessários para deixar o ativo em condições de uso: preço de aquisição, frete efetivamente pago (aéreo), instalação e testes. Está em conformidade com o NBC TG 27.

Gabarito: D

25. Em janeiro de 2025, um artista, que possui uma empresa, estava em um evento estratégico em um resort na Bahia. Ao voltar da viagem, descobriu que um influenciador digital, que também estava no evento, divulgou fotos e vídeos do artista em redes sociais.

A empresa do artista entrou na justiça por quebra de privacidade contra o resort e contra o influenciador, pedindo, respectivamente, R\$ 10.000,00 e R\$ 15.000,00.

Os advogados da empresa do artista julgaram que as chances de ganho das causas eram, respectivamente, remota e possível.

Com base no julgamento dos advogados, a empresa deve apresentar, em suas demonstrações contábeis, um ativo contingente

- A) igual a zero.
- B) de R\$ 10.000,00.
- C) de R\$ 15.000,00.
- D) de R\$ 25.000,00.

Comentários:

O ativo contingente refere-se a um possível benefício econômico futuro que depende de eventos incertos, como um processo judicial. O tratamento contábil desse item é regulado pela NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, que estabelece regras claras para seu reconhecimento e divulgação.

Segundo a NBC TG 25 (R2), Ativo Contingente é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

Além disso, a norma destaca que a entidade não deve reconhecer um ativo contingente. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é contingente e o seu reconhecimento é adequado.

Desse modo, temos que:

Ativo Contingente		
São caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, há um ativo possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.		
A entrada de benefícios econômicos é praticamente certa.	A entrada de benefícios econômicos é provável, mas não praticamente certa.	A entrada não é provável.
O ativo não é contingente.	Nenhum ativo é reconhecido.	Nenhum ativo é reconhecido.
	Divulgação é exigida.	Nenhuma divulgação é exigida.

No caso em análise, temos duas ações judiciais:

1. Contra o resort: valor reclamado de R\$ 10.000,00 com probabilidade remota;
2. Contra o influenciador digital: valor reclamado de R\$ 15.000,00 com probabilidade possível.

Portanto, como nenhuma das probabilidades é provável ou praticamente certa, nenhum valor deve ser reconhecido ou evidenciado como ativo contingente nas demonstrações contábeis.

Vamos às alternativas:

(A) igual a zero.

Alternativa correta. Como nenhum dos processos tem probabilidade "praticamente certa" ou "provável", não há reconhecimento ou divulgação de ativo contingente. O valor correto a ser apresentado é zero.

(B) de R\$ 10.000,00.

Alternativa incorreta. Apesar de ser o valor reclamado contra o resort, a probabilidade remota impede qualquer registro contábil.

(C) de R\$ 15.000,00.

Alternativa incorreta. Embora a ação contra o influenciador tenha chance possível, esse nível de probabilidade ainda é insuficiente para reconhecimento ou divulgação.

(D) de R\$ 25.000,00.

Alternativa incorreta. Não se somam valores de processos contingentes quando nenhum deles atende aos critérios de reconhecimento ou divulgação.

Gabarito: A

26. A Cia Lua atua no setor de comércio de relógios e tem 20 empregados. Todos os anos, na primeira semana de janeiro, a empresa contrata uma equipe de médicos para ir ao escritório realizar exames de rotina em seus empregados.

Em janeiro de 2025, os gastos com os médicos foram de R\$ 6.000,00. Do valor, 20% são pagos pelos empregados, enquanto o restante é pago pela empresa.

O impacto do atendimento médico na Demonstração do Resultado da Cia Lua em janeiro de 2025, de acordo com o Regime de Competência, foi de

- A) -R\$ 400,00.
- B) -R\$ 500,00.
- C) -R\$ 4.800,00.
- D) -R\$ 6.000,00.

Comentários:

A questão aborda o reconhecimento de despesas segundo o Regime de Competência, um princípio contábil fundamental que determina que as transações devem ser registradas no período a que se referem, independentemente do fluxo de caixa. Vamos analisar o caso e as alternativas:

A Cia Lua realizou exames médicos para seus funcionários em janeiro/2025, com os seguintes dados:

Reconhecimento da despesa total (R\$ 6.000,00):

- A empresa registra R\$ 6.000,00 como despesa (DRE), mesmo que parte seja reembolsada pelos funcionários.

Reconhecimento da parcela paga pelos funcionários (R\$ 6.000,00 x 20% = R\$ 1.200,00):

- Esse valor é tratado como recuperação de despesa (receita operacional), reduzindo o impacto líquido na DRE.

Impacto final na DRE:

- Despesa total R\$ 6.000,00 – Recuperação R\$ 1.200,00 = **R\$ 4.800,00.**

Assim, vamos às alternativas:

(A) -R\$ 400,00.

Alternativa incorreta. Não há nenhum cálculo que justifique esse valor. Pode ser um erro de interpretação da participação dos funcionários.

(B) -R\$ 500,00.

Alternativa incorreta. Assim como a alternativa A, não corresponde a nenhuma proporção lógica dos valores envolvidos.

(C) -R\$ 4.800,00.

Alternativa correta. Reflete o correto impacto líquido da despesa total na DRE, conforme o cálculo exemplificado acima.

(D) -R\$ 6.000,00.

Alternativa incorreta. Ignora a recuperação dos R\$ 1.200,00 dos funcionários, considerando apenas o valor bruto pago pela empresa.

Gabarito: C

27. Em fevereiro de 2025, um hotel adquiriu um televisor de 98 polegadas para que os seus hóspedes assistissem à cerimônia do Oscar, em março. O preço do televisor era de R\$ 40.000,00.

Na data da compra foi acordado com o fornecedor que o pagamento seria realizado por Pix e, em decorrência, o hotel obteve uma redução de 5% sobre o preço original.

Assinale a opção que indica a contrapartida da diminuição de R\$ 38.000,00 na conta “Disponibilidades”, nas demonstrações contábeis do hotel.

- A) Ativo imobilizado de R\$ 38.000,00.
- B) Ativo imobilizado de R\$ 40.000,00 e receita financeira de R\$ 2.000,00.
- C) Ativo imobilizado de R\$ 40.000,00 e outras receitas de R\$ 2.000,00.
- D) Ativo imobilizado de R\$ 40.000,00 e retificação do ativo imobilizado de R\$ 2.000,00.

Comentários:

A questão aborda a contabilização da aquisição de um ativo imobilizado com desconto comercial, seguindo as normas da NBC TG 27 - Ativo Imobilizado. Vamos analisar o caso e as alternativas:

O hotel adquiriu um televisor por R\$ 40.000,00, porém, obteve um desconto comercial pelo pagamento à vista via PIX de 5%, ou seja, R\$ 2.000,00. Logo, o valor efetivamente pago pelo televisor foi de R\$ 38.000,00.

Nos termos do item 16 da NBC TG 27 – Ativo Imobilizado:

16. O custo de um item do ativo imobilizado compreende:

- (a) seu preço de aquisição, acrescido de impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos;*
- (b) quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração;*
- (c) a estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do item e de restauração do local (sítio) no qual este está localizado. Tais custos representam a obrigação em que a entidade incorre quando o item é adquirido ou como consequência de usá-lo durante determinado período para finalidades diferentes da produção de estoque durante esse período.*

Dessa forma, conforme a alínea “a”, o desconto comercial não é tratado como receita, mas sim como redução do custo do ativo. Sendo assim, o hotel prosseguiria com o seguinte lançamento contábil:

D – Ativo Imobilizado (Televisor) – R\$ 38.000,00.

C – Disponibilidades (Bancos) – R\$ 38.000,00.

Analisando as alternativas:

(A) Ativo imobilizado de R\$ 38.000,00.

Alternativa correta. Reflete o tratamento adequado conforme a NBC TG 27, sendo o ativo registrado pelo valor que efetivamente foi pago, já deduzido do desconto comercial.

(B) Ativo imobilizado de R\$ 40.000,00 e receita financeira de R\$ 2.000,00.

Alternativa incorreta. Descontos comerciais não são receitas financeiras. A NBC TG 27 exige que o desconto seja deduzido diretamente do custo do ativo.

(C) Ativo imobilizado de R\$ 40.000,00 e outras receitas de R\$ 2.000,00.

Alternativa incorreta. Da mesma forma, o desconto não pode ser classificado como "outras receitas". Isso distorceria o valor do ativo e a DRE.

(D) Ativo imobilizado de R\$ 40.000,00 e retificação do ativo imobilizado de R\$ 2.000,00.

Alternativa incorreta. Não há necessidade de "retificar" o ativo, pois o desconto já reduz o custo de aquisição diretamente. A normativa contábil não prevê esse tratamento.

Gabarito: A

28. Uma empresa de doces e bolos possui em 31/12/X0 os seguintes saldos em seu Balanço Patrimonial:

- Caixa e equivalentes de caixa: R\$ 100.000,00;
- Empréstimos a pagar de curto prazo: R\$ 250.000,00;
- Financiamentos a pagar de longo prazo: R\$ 330.000,00;
- Imobilizado: R\$ 450.000,00;
- Intangível: R\$ 320.000,00;
- Estoques: R\$ 250.000,00;
- Capital Social: R\$ 540.000,00.

Com base nesses saldos, o valor do ativo não circulante da empresa é

- A) R\$ 770.000,00.
- B) R\$ 350.000,00.
- C) R\$ 1.020.000,00.
- D) R\$ 450.000,00.

Comentários:

A questão exige o cálculo do Ativo Não Circulante com base nos saldos apresentados no Balanço Patrimonial, seguindo a estrutura definida pelo art. 178 da Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A.). Vamos analisar passo a passo: Segundo o art. 178 da Lei nº 6.404/76:

§ 1º No ativo, as contas serão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados, nos seguintes grupos:

I – ativo circulante; e

II – ativo não circulante, composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.

Dessa forma, temos o seguinte:

Ativo Circulante (AC)		Passivo Circulante (PC)	
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 100.000,00	Emprést. a Pagar de CP	R\$ 250.000,00
Estoques	R\$ 250.000,00		
Total AC	R\$ 350.000,00	Total PC	R\$ 250.000,00
Ativo Não Circulante (ANC)		Passivo Não Circulante (PNC)	
Imobilizado	R\$ 450.000,00	Financ. a Pagar LP	R\$ 330.000,00
Intangível	R\$ 320.000,00		
Total ANC	R\$ 770.000,00	Total PNC	R\$ 330.000,00
		Patrimônio Líquido (PL)	
		Capital Social	R\$ 540.000,00
		Total PL	R\$ 540.000,00
TOTAL	R\$ 1.120.000,00	TOTAL	R\$ 1.120.000,00

Analisando as alternativas:

(A) R\$ 770.000,00.

Alternativa correta. Reflete a soma correta do ANC (Imobilizado + Intangível).

(B) R\$ 350.000,00.

Alternativa incorreta. Esse valor corresponde ao Ativo Circulante (Caixa + Estoques), não ao Ativo Não Circulante.

(C) R\$ 1.020.000,00.

Alternativa incorreta. Essa opção revela o Ativo Total menos o Caixa e Equivalentes de caixa, não correspondendo ao total do Ativo Não Circulante.

(D) R\$ 450.000,00.

Alternativa incorreta. Corresponde apenas ao Imobilizado, ignorando o Intangível.

Gabarito: A

29. A empresa ABC S.A. comprou materiais, em agosto de X1, com a finalidade de utilizá-los em suas atividades.

O pagamento foi realizado em novembro de X1, e os materiais foram utilizados na prestação de serviços em setembro de X1.

Esses materiais devem ser reconhecidos como despesa no mês de

- A) novembro de X1.
- B) setembro de X1.
- C) agosto de X1.
- D) dezembro de X1.

Comentários:

A questão aborda o reconhecimento de despesas segundo o Regime de Competência, um princípio contábil fundamental que determina que as transações devem ser registradas no período a que se referem, independentemente do fluxo de caixa. Vamos analisar o caso e as alternativas:

Agosto de X1:

Compra dos materiais, indo para a composição dos estoques:

D – Estoque de Materiais (Ativo Circulante)

C – Fornecedores (Passivo Circulante)

Setembro de X1:

Utilização dos materiais, momento em que os materiais são consumidos e geram benefício econômico (fato gerador):

D – Custo ou Despesa (Resultado)

C - Estoque de Materiais (Ativo Circulante)

Novembro de X1:

Pagamento dos materiais. Irrelevante para o reconhecimento da despesa, pois o regime de competência independe do fluxo de caixa. Esse é o momento do pagamento dos fornecedores.

D - Fornecedores (Passivo Circulante)

C – Caixa e Equivalentes de Caixa (Ativo Circulante)

Desse modo, temos que:

(A) novembro de X1.

Alternativa incorreta. Reflete o regime de caixa (data do pagamento), não o regime de competência exigido pela questão.

(B) setembro de X1.

Alternativa correta. Os materiais foram utilizados na prestação de serviços nesse mês, caracterizando o consumo do recurso e o reconhecimento da despesa.

(C) agosto de X1.

Alternativa incorreta. Na data da compra, os materiais ainda não haviam sido utilizados. Eram apenas um estoque.

(D) dezembro de X1.

Alternativa incorreta. Não há relação com nenhum evento econômico relevante (uso ou pagamento).

Gabarito: B

30. Relacione as contas contábeis do balanço patrimonial apresentadas a seguir com seus respectivos grupos contábeis.

1. Empréstimos a pagar após 12 meses.

2. Contas a receber em 5 meses.

3. Contas a pagar em 3 meses.

4. Imóveis para uso por 10 anos.

() Ativo Circulante.

() Ativo Não Circulante.

() Passivo Circulante.

() Passivo Não Circulante.

A relação correta, na ordem apresentada, é

A) 4 – 2 – 1 – 3.

B) 2 – 4 – 3 – 1.

C) 3 – 1 – 2 – 4.

D) 1 – 3 – 4 – 2.

Comentários:

A questão exige a correta classificação das contas contábeis nos grupos do Balanço Patrimonial, conforme a Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A.).

Segundo o art. 178 da Lei nº 6.404/76:

§ 1º No ativo, as contas serão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados, nos seguintes grupos:

I – ativo circulante; e

II – ativo não circulante, composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.

§ 2º No passivo, as contas serão classificadas nos seguintes grupos:

I – passivo circulante;

II – passivo não circulante; e

III – patrimônio líquido

Além disso, os ativos e passivos de uma empresa são classificados no balanço patrimonial em circulantes e não circulantes, com base no prazo em que se espera que sejam realizados (ativos) ou liquidados (passivos).

Assim, são ativos circulantes os recursos que a empresa espera converter em dinheiro ou consumir dentro de 12 meses após a data das demonstrações contábeis ou no curso do ciclo operacional da entidade, caso esse seja superior a 12 meses. Por outro lado, são ativos não circulantes os bens e direitos com prazo de realização superior a 12 meses ou além do ciclo operacional mencionado acima.

Ademais, os passivos circulantes são obrigações que a empresa deve pagar dentro de 12 meses a contar da data do balanço patrimonial ou dentro do ciclo operacional da entidade. Ao contrário disso, os passivos não circulantes são dívidas e compromissos com vencimento acima de 12 meses, como financiamentos de longo prazo, debêntures e provisões para aposentadoria.

Dessa forma, vamos classificar as contas:

Empréstimos a pagar após 12 meses:

- **Passivo Não Circulante** (dívida com vencimento além de 12 meses).

Contas a receber em 5 meses:

- **Ativo Circulante** (direito realizável no curso do exercício seguinte).

Contas a pagar em 3 meses:

- **Passivo Circulante** (obrigação com vencimento no exercício seguinte).

Imóveis para uso por 10 anos:

- **Ativo Não Circulante - Imobilizado** (bens utilizados nas operações da empresa por longo prazo).

Analisando as alternativas:

(A) 4 – 2 – 1 – 3.

Alternativa incorreta. Classifica imóveis como Ativo Circulante e empréstimos como Passivo Circulante, o que está errado.

(B) 2 – 4 – 3 – 1.

Alternativa correta. Reflete a classificação correta: Ativo Circulante (2), Ativo Não Circulante (4), Passivo Circulante (3), Passivo Não Circulante (1).

(C) 3 – 1 – 2 – 4.

Alternativa incorreta. Inverte Passivo Circulante com Não Circulante e Ativo Circulante com Não Circulante.

(D) 1 – 3 – 4 – 2.

Alternativa incorreta. Classifica empréstimos como Ativo Circulante e contas a receber como Passivo Não Circulante, totalmente equivocado.

Gabarito: B

31. Assinale a opção que contempla apenas componentes do Patrimônio Líquido, descritos na Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores.

- A) Capital Social – Investimentos – Ações em Tesouraria.
- B) Capital Social – Dividendos Obrigatórios a Pagar – Ajustes de Avaliação Patrimonial.
- C) Reservas de Capital – Reservas de Lucros – Ações em Tesouraria.
- D) Ajustes de Avaliação Patrimonial – Capital Social – Debêntures.

Comentários:

A questão aborda os componentes do Patrimônio Líquido (PL) conforme a Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A.) e suas alterações.

Vamos analisar cada alternativa com base no art. 178, § 2º, III da lei:

III – patrimônio líquido, dividido em capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados. (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

Assim, analisando as alternativas, temos que:

(A) Capital Social – Investimentos – Ações em Tesouraria.

Alternativa incorreta. Embora Capital Social e Ações em Tesouraria sejam efetivamente componentes do Patrimônio Líquido, o item “Investimentos” não pertence a essa categoria. Os investimentos são classificados no Ativo Não Circulante, representando aplicações em outras empresas ou direitos de qualquer natureza que não se destinem à manutenção da atividade principal da companhia.

(B) Capital Social – Dividendos Obrigatórios a Pagar – Ajustes de Avaliação Patrimonial.

Alternativa incorreta. Capital Social e Ajustes de Avaliação Patrimonial são, de fato, contas do Patrimônio Líquido. No entanto, Dividendos Obrigatórios a Pagar é uma obrigação financeira da empresa para com seus acionistas, classificada no Passivo Circulante (quando o pagamento ocorrerá dentro de 12 meses) ou Passivo Não Circulante (se o prazo for superior). Conforme o art. 182, §5º da Lei 6.404/76, os dividendos declarados constituem dívida da companhia, não integrando o PL. Assim, a inclusão desse item torna a alternativa inválida.

(C) Reservas de Capital – Reservas de Lucros – Ações em Tesouraria.

Alternativa correta. Todos os componentes listados são partes integrantes do Patrimônio Líquido:

Reservas de Capital: São valores recebidos pela empresa, originado de sócios ou de terceiros, que não transitam pelo resultado do exercício, ou seja, contabilizados diretamente no PL. Por exemplo, Ágio na Emissão de Ações; Alienação de Partes Beneficiárias; e Bônus de Subscrição.

Somente poderão ser utilizadas para:

- a) Absorção de prejuízos que ultrapassem os Lucros Acumulados e a Reserva de Lucros;
- b) Resgate, reembolso ou compra de ações;
- c) Resgate de Partes Beneficiárias;
- d) Incorporação no Capital Social;
- e) Pagamento de Dividendos a ações preferenciais quando essa vantagem lhes for assegurada.

Reservas de Lucros: são valores que possuem o objetivo de preservar o Patrimônio Líquido.

Ações em Tesouraria: representam ações readquiridas pela própria emissora.

(D) Ajustes de Avaliação Patrimonial – Capital Social – Debêntures.

Alternativa incorreta. Embora Ajustes de Avaliação Patrimonial (variações em investimentos avaliados a valor justo) e Capital Social sejam contas do PL, as debêntures são títulos de dívida emitidos pela empresa, classificáveis no Passivo (Circulante ou Não Circulante, dependendo do vencimento). O art. 52 da Lei 6.404/76 define debêntures como valores mobiliários representativos de dívida, sem qualquer relação com o Patrimônio Líquido. Portanto, sua presença descaracteriza a alternativa.

Gabarito: C

32. A companhia investidora Alfa S.A., obrigada legalmente a elaborar demonstrações financeiras consolidadas, possui a seguinte participação societária nas empresas:

Investida	% de participação de Alfa S.A.	PL da investida em 31/12/2023
Kappa (controlada)	90	R\$ 1.000.000,00
Sigma (controlada)	70	R\$ 700.000,00
Zeta (coligada)	25	R\$ 600.000,00
Delta (sem influência significativa)	15	R\$ 900.000,00

Com base exclusivamente nas informações acima, o montante registrado na conta de participação de acionistas não controladores no balanço consolidado da investidora Alfa S.A. em 31/12/2023 deverá ser de

- A) R\$ 100.000,00.
- B) R\$ 310.000,00.
- C) R\$ 760.000,00.
- D) R\$ 1.525.000,00.

Comentários:

A questão exige o cálculo da participação de acionistas não controladores (PNC) no balanço consolidado da controladora Alfa S.A., conforme as regras da NBC TG 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas. Vamos analisar passo a passo:

Investida	% Participação	PL em 31/12/2023	Tipo de Relação
Kappa (controlada)	90%	R\$ 1.000.000,00	Controle (consolida)
Sigma (controlada)	70%	R\$ 700.000,00	Controle (consolida)
Zeta (coligada)	25%	R\$ 600.000,00	Coligada (não consolida)
Delta (sem influência)	15%	R\$ 900.000,00	Investimento (não consolida)

Segundo a NBC TG 36 (R3), empresas controladas devem ser consolidadas integralmente e a participação dos acionistas não controladores é calculada sobre a parcela do PL que não pertence à controladora.

Por outro lado, empresas coligadas ou sem influência significativa não são consolidadas. As coligadas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, não afetando a participação dos não controladores. Já os investimentos sem influência significativa são avaliados pelo custo ou pelo valor justo, não afetando também a participação dos não controladores.

Dessa forma, para sabermos a participação dos não controladores das empresas Kappa e Sigma, realizamos o seguinte cálculo:

Kappa (Controlada 90%)

- PL da Kappa (R\$ 1.000.000,00) x PNC (10%) = **R\$ 100.000,00.**

Sigma (Controlada 70%)

- PL da Sigma (700.000,00) x PNC (30%) = **R\$ 210.000,00.**

Total da Participação de Acionistas Não Controladores:

R\$ 100.000,00 (Kappa) + R\$ 210.000,00 (Sigma) = **R\$ 310.000,00.**

Vamos às alternativas:

(A) R\$ 100.000,00.

Alternativa incorreta. Considera apenas a PNC de Kappa, ignorando Sigma.

(B) R\$ 310.000,00.

Alternativa correta. Soma corretamente a participação dos não controladores de Kappa e Sigma.

(C) R\$ 760.000,00.

Alternativa incorreta. Parece somar partes incorretas do PL ou incluir empresas não consolidadas.

(D) R\$ 1.525.000,00.

Alternativa incorreta. Possivelmente soma todos os PLs das investidas sem critério de consolidação.

Gabarito: B

33. Uma empresa adquiriu uma máquina e registrou na contabilidade os seguintes dispêndios:

- Preço de aquisição: R\$ 500.000,00;
- Imposto de importação: R\$ 50.000,00 (não recuperável);
- Preparação do local: R\$ 100.000,00;
- Custo com materiais consumido na realização de testes de funcionamento: R\$ 50.000,00;
- Honorários dos técnicos que realizaram os testes: R\$ 60.000,00;
- Vida útil estimada: 10 anos;
- Valor residual: R\$ 100.000,00.

De acordo com a NBC TG 27 (R4) - ATIVO IMOBILIZADO, o custo da máquina, ou seja, o valor contábil de registro inicial desse imobilizado, será de

- A) R\$ 500.000,00.
- B) R\$ 550.000,00.
- C) R\$ 650.000,00.
- D) R\$ 760.000,00.

Comentários:

A empresa adquiriu uma máquina e incorreu em diversos gastos relacionados a essa aquisição. O objetivo é determinar o valor contábil inicial desse ativo imobilizado, conforme as normas da NBC TG 27 (R4) - Ativo Imobilizado, que estabelece os critérios para reconhecimento e mensuração desses ativos.

Nos termos do item 16 da NBC TG 27 (R4) – Ativo Imobilizado:

16. O custo de um item do ativo imobilizado compreende:

- (a) seu preço de aquisição, acrescido de impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos;*
- (b) quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração;*
- (c) a estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do item e de restauração do local (sítio) no qual este está localizado. Tais custos representam a obrigação em que a entidade incorre quando o item é adquirido ou como consequência de usá-lo durante determinado período para finalidades diferentes da produção de estoque durante esse período.*

Além disso, o item 17 traz exemplos de custos diretamente atribuíveis a um ativo imobilizado:

17. Exemplos de custos diretamente atribuíveis são:

- (a) custos de benefícios aos empregados (tal como definidos no Pronunciamento Técnico CPC 33 – Benefícios a Empregados) decorrentes diretamente da construção ou aquisição de item do ativo imobilizado;
- (b) custos de preparação do local;
- (c) custos de frete e de manuseio (para recebimento e instalação);
- (d) custos de instalação e montagem;
- (e) custos com testes para verificar se o ativo está funcionando corretamente (ou seja, avaliar se o desempenho técnico e físico do ativo é capaz de ser usado na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguel a terceiros ou para fins administrativos);
- (f) honorários profissionais.

Por fim, o item 19 ainda detalha exemplos do que não são custos de um ativo imobilizado:

19. Exemplos que não são custos de um item do ativo imobilizado são:

- (a) custos de abertura de nova instalação;
- (b) custos incorridos na introdução de novo produto ou serviço (incluindo propaganda e atividades promocionais);
- (c) custos da transferência das atividades para novo local ou para nova categoria de clientes (incluindo custos de treinamento); e
- (d) custos administrativos e outros custos indiretos.

Para facilitar a visualização, vejamos o quadro abaixo:

INCLUI	NÃO INCLUI
(+) PREÇO DE AQUISIÇÃO + IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO + IMPOSTOS NÃO RECUPERÁVEIS	(-) DESCONTOS COMERCIAIS E ABATIMENTOS
(+) PREPARAÇÃO DO LOCAL	(-) CUSTOS DE ABERTURA DE NOVA INSTALAÇÃO
(+) FRETE E MANUSEIO POR CONTA DO COMPRADOR	(-) FRETE POR CONTA DO VENDEDOR
(+) INSTALAÇÃO E MONTAGEM	(-) PROPAGANDA E ATIVIDADES PROMOCIONAIS
(+) TESTES	(-) CUSTOS DE TREINAMENTO
(+) BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS (CPC 33)	(-) TRANSFERÊNCIA POSTERIOR (NOVO LOCAL)
(+) HONORÁRIOS PROFISSIONAIS (ENGENHEIROS, ARQUITETOS, ETC)	(-) CUSTOS ADMINISTRATIVOS
(+) CUSTOS DE DESMONTAGEM (TRAZIDOS A VALOR PRESENTE)	(-) OUTROS CUSTOS INDIRETOS
(+) CUSTO DE REMOÇÃO (TRAZIDO A VALOR PRESENTE)	(-) REMOÇÃO E DESMONTAGEM DE MÁQUINAS ANTIGAS
(+) OUTROS CUSTOS DIRETAMENTE ATRIBUÍVEIS	

Dessa forma, vamos classificar os custos dessa máquina e descobrir o seu valor de registro original.

- Preço de aquisição: R\$ 500.000,00 – É o valor base da máquina e compõe o custo do ativo;
- Imposto de importação: R\$ 50.000,00 (não recuperável) – Como não é recuperável, integra o custo do ativo;
- Preparação do local: R\$ 100.000,00 – Custo diretamente atribuível para colocar o ativo em condições de uso;

- Custo com materiais consumido na realização de testes de funcionamento: R\$ 50.000,00 – Esses materiais foram utilizados para verificar o funcionamento adequado da máquina, sendo um custo diretamente atribuível;
- Honorários dos técnicos que realizaram os testes: R\$ 60.000,00 – Honorários pagos aos técnicos que realizaram os testes também são custos diretamente atribuíveis;
- Vida útil estimada: 10 anos – Não compõem o custo inicial do ativo, mas será utilizado posteriormente para calcular a depreciação;
- Valor residual: R\$ 100.000,00 – Não compõem o custo inicial do ativo, mas será utilizado posteriormente para calcular a depreciação.

Desse modo temos que:

Preço de Aquisição (R\$ 500.000,00) + Impostos de Importação (R\$ 50.000,00) + Preparação do Local (R\$ 100.00,00) + Materiais em Testes (R\$ 50.000,00) + Honorários Técnicos (R\$ 60.000,00) = **R\$ 760.000,00.**

Vamos às alternativas:

(A) R\$ 500.000,00.

Alternativa incorreta. Considera apenas o preço de aquisição, ignorando os demais custos necessários para colocar o ativo em uso.

(B) R\$ 550.000,00.

Alternativa incorreta. Inclui o preço de aquisição e o imposto de importação, mas omite os custos diretamente atribuíveis.

(C) R\$ 650.000,00.

Alternativa incorreta. Parece incluir alguns custos diretamente atribuíveis, mas não todos.

(D) R\$ 760.000,00.

Alternativa correta. Abrange todos os componentes do custo inicial conforme a NBC TG 27 (R4).

Gabarito: D

34. Uma empresa adquiriu uma máquina em 01/01/2020 pelo custo total de R\$ 240.000,00. No registro inicial da máquina no imobilizado, a empresa estimou a vida útil da máquina em 8 anos, sem valor residual. Na data da aquisição, a empresa iniciou a depreciação pelo método linear.

Em 31/12/2024, a empresa reavaliou a vida útil para 10 anos, aumentando em 2 anos a vida útil inicialmente estimada. Além disso, verificou que o valor residual da máquina passou a ser de R\$ 40.000,00.

Com base exclusivamente nos dados acima apresentados, o valor anual da despesa de depreciação a ser contabilizada a partir das alterações ocorridas em 31/12/2024 deve ser de

- A) R\$ 40.000,00.
- B) R\$ 30.000,00.
- C) R\$ 18.000,00.
- D) R\$ 10.000,00.

Comentários:

Nessa questão, primeiramente precisamos depreciar a máquina no período de 01/01/2020 a 31/12/2024 e descobrir o seu valor contábil líquido, para depois pensarmos na reavaliação.

Desse modo, temos que o custo inicial da máquina era de R\$ 240.000,00 e não havia valor residual. Dessa forma, todo o valor será utilizado para cálculos de depreciação. Como a vida útil da máquina era de 8 anos, vamos dividir o seu custo inicial (R\$ 240.000,00) pela sua vida estimada, gerando um valor de depreciação anual de R\$ 30.000,00.

Perceba que, de 01/01/2020 a 31/12/2024, passaram-se cinco anos, de modo que a depreciação anual encontrada deve ser multiplicada por cinco ($R\$ 30.000,00 \times 5 = R\$ 150.000,00$), R\$ 150.000,00 é o valor da depreciação acumulada, registrada no Balanço Patrimonial.

Desse modo, o valor contábil líquido desse ativo imobilizado é de:

$R\$ 240.000,00 - R\$ 150.000,00 = R\$ 90.000,00$ em 31/12/2024.

Ocorre que nessa data, houve uma reestimativa pela empresa, sendo que a vida útil da máquina passou de oito para dez anos e a máquina passou a ter um valor residual de R\$ 40.000,00.

Dessa forma, o novo valor depreciável não será mais o custo inicial da máquina, mas sim o seu valor contábil líquido no momento da reestimativa menos o seu novo valor residual ($R\$ 90.000,00 - R\$ 40.000,00 = R\$ 50.000,00$). Além disso, a vida útil do bem para fins de cálculo não é mais oito anos, muito menos dez, pois já se passaram cinco anos desde a aquisição do imobilizado. Dessa forma, o restante da vida útil do bem é de (10 anos – 05 anos já passados de 2020 a 2024 = 05 anos).

Por fim, basta dividir o novo valor depreciável de R\$ 50.000,00 pelos cinco anos restantes da vida útil do bem, chegando à nova depreciação de **R\$ 10.000,00** anuais.

Considerando as alternativas:

(A) R\$ 40.000,00.

Alternativa incorreta. Não considera o valor contábil atual e o valor residual.

(B) R\$ 30.000,00.

Alternativa incorreta. Mantém a depreciação original, desconsiderando a revisão.

(C) R\$ 18.000,00.

Alternativa incorreta. Parece considerar uma vida útil total de 10 anos desde a aquisição, mas não ajusta o valor depreciável corretamente.

(D) R\$ 10.000,00.

Alternativa correta. Reflete o cálculo ajustado com base no valor contábil atual da máquina, seu novo valor residual e sua vida útil remanescente.

Gabarito: D

35. A Indústria Cadeiras Maceió Ltda. produz e comercializa cadeiras de escritório. No mês de setembro de X4, a empresa produziu 30.000 cadeiras e não possuía estoque inicial. No mês, vendeu 24.000 unidades a um preço unitário de R\$ 100,00. Os custos variáveis totais, incluindo matéria-prima, mão de obra direta e outros custos variáveis, somaram R\$ 1.800.000,00. Os custos fixos, compostos principalmente por aluguel da fábrica, depreciação do maquinário e salários fixos dos supervisores da produção, totalizaram R\$ 200.000,00. As despesas fixas, como gastos com administração e vendas, somaram R\$ 100.000,00.

Com base nessas informações, o lucro obtido com as vendas, aplicando o método de custeio variável, foi de

A) R\$ 660.000,00.

B) R\$ 960.000,00.

C) R\$ 700.000,00.

D) R\$ 300.000,00.

Comentários:

A Indústria Cadeiras Maceió Ltda. produziu e vendeu cadeiras de escritório em setembro/X4 e precisamos calcular o lucro utilizando o método de custeio variável. Esse método considera apenas os custos variáveis como custos dos produtos, tratando os custos fixos como despesas do período.

Pois bem, a receita de vendas é fácil de calcular; precisamos multiplicar a quantidade de cadeiras vendidas pelo seu preço de venda unitário: 24.000 unidades x R\$ 100,00 preço de venda unitário = **R\$ 2.400.000,00**.

O passo seguinte é calcular o Custo Variável Unitário, para descobrirmos quanto custou cada cadeira vendida e quanto permaneceu em estoque na empresa. Para isso, vamos dividir os Custos Variáveis totais pela quantidade de cadeiras produzidas: R\$ 1.800.000,00 / 30.000 unidades = **R\$ 60,00 por unidade**.

Agora, vamos descobrir o valor do Custo Variável Total da parte que foi vendida, multiplicando o custo por unidade pelo total de cadeiras vendidas: R\$ 60,00 por unidade x 24.000 unidades vendidas = **R\$ 1.440.000,00**.

Lembrando que os custos fixos e as despesas fixas vão direto para o resultado, ainda temos R\$ 200.000,00 de custos fixos + R\$ 100.000,00 de despesas fixas = **R\$ 300.000,00**.

Montando a DRE pelo Custeio Variável, temos:

RESULTADO PELO CUSTEIO VARIÁVEL		
1	Receita de Vendas	R\$ 2.400.000,00
2	Custos e Despesas Variáveis	R\$ 1.440.000,00
3	Margem de Contribuição (1-2)	R\$ 960.000,00
4	Custos e Despesas Fixas	R\$ 300.000,00
5	Lucro (3-4)	R\$ 660.000,00

Desse modo, vamos às alternativas:

(A) R\$ 660.000,00.

Alternativa correta. Reflete o cálculo adequado pelo custeio variável, deduzindo custos e despesas fixas da margem de contribuição.

(B) R\$ 960.000,00.

Alternativa incorreta. Representa apenas a margem de contribuição, sem considerar a dedução dos custos e despesas fixas.

(C) R\$ 700.000,00.

Alternativa incorreta. Parece incluir um erro no tratamento dos custos fixos, possivelmente alocando-os parcialmente aos produtos.

(D) R\$ 300.000,00.

Alternativa incorreta. Pode ter considerado todos os custos (fixos e variáveis) como CPV, distorcendo o método de custeio variável.

A título de complemento, apresentamos um conceito interessante sobre Margem de Contribuição. A Margem de Contribuição representa o valor que sobra da receita de venda após a dedução dos custos e despesas variáveis, indicando quanto cada produto ou serviço contribui para cobrir os custos e despesas fixas e, posteriormente, gerar lucro.

Gabarito: A

36. Em janeiro de 2024, uma fábrica que produz bolas de futebol incorreu nos seguintes gastos: aluguel do imóvel e das máquinas: R\$ 30.000,00; embalagens indispensáveis ao produto final: R\$ 2.000,00; matéria-prima: R\$ 10.000,00; seguro do imóvel: R\$ 5.000,00.

Assinale a opção que indica os custos fixos da fábrica no mês.

- A) R\$ 5.000,00.
- B) R\$ 30.000,00.
- C) R\$ 35.000,00.
- D) R\$ 45.000,00.

Comentários:

A fábrica de bolas de futebol teve diversos gastos em janeiro/2024, e precisamos identificar quais deles são custos fixos. Os custos fixos são aqueles que não variam com o volume de produção, diferentemente dos custos variáveis, que mudam conforme a quantidade produzida.

Dessa forma, vamos analisar cada item com base em sua variação ou não de acordo com o nível de produção:

- **Aluguel do imóvel e das máquinas: R\$ 30.000,00** – Perceba que o aluguel é um valor contratual que não se altera com a quantidade produzida. Tanto faz se a fábrica produz 10.000 bolas ou 50.000 bolas, o valor do aluguel permanece o mesmo. Dessa forma, é um Custo Fixo.
- **Embalagens indispensáveis ao produto final: R\$ 2.000,00** – Aqui temos gastos com embalagens. Veja que o gasto com embalagens está diretamente ligado à produção. Quanto mais bolas produzidas, mais embalagens serão usadas. Logo, é um Custo Variável, pois varia conforme o nível de produção.
- **Matéria-prima: R\$ 10.000,00** - A matéria-prima é um custo diretamente relacionado à produção. Quanto mais bolas, mais matéria-prima consumida. Desse modo, também é um Custo Variável.
- **Seguro do imóvel: R\$ 5.000,00** – Mais um valor que é predeterminado por contrato e não varia conforme o nível de produção. Ou seja, se produz mais ou produz menos bolas, isso não influencia no valor do seguro do imóvel, logo é um Custo Fixo.

Assim, temos como Custos Fixos:

Aluguel do Imóvel e das Máquinas de R\$ 30.000,00 + Seguro do Imóvel de R\$ 5.000,00 = **R\$ 35.000,00.**

Agora, vamos analisar as alternativas:

(A) R\$ 5.000,00.

Alternativa incorreta. Considera apenas o seguro, ignorando o aluguel.

(B) R\$ 30.000,00.

Alternativa incorreta. Inclui apenas o aluguel, deixando de fora o seguro.

(C) R\$ 35.000,00.

Alternativa correta. Abrange ambos os custos fixos (aluguel + seguro).

(D) R\$ 45.000,00.

Alternativa incorreta. Inclui valores que não são custos fixos (como matéria-prima e embalagens).

Gabarito: C

37. Leia o fragmento a seguir: “Departamento é a unidade _____ administrativa para a Contabilidade de Custos, representada, na maioria dos casos, por pessoas e máquinas, em que se desenvolvem atividades _____.”

Assinale a opção cujos itens completam corretamente as lacunas do fragmento.

- A) padrão – heterogêneas
- B) mínima – homogêneas
- C) máxima – complementares
- D) padrão – complementares

Comentários:

O enunciado apresenta a definição de departamento na Contabilidade de Custos, com duas lacunas a serem preenchidas. Precisamos identificar os termos que melhor completam o sentido do texto, considerando os conceitos básicos da área.

Considerando a primeira lacuna, temos que na Contabilidade de Custos, um departamento é tratado como a menor unidade de acumulação de custos (unidade mínima). Dessa forma, “padrão”, apesar de não usual nesse contexto, poderia ser utilizado para suprir a lacuna, ou “mínima”, que parece mais adequado tecnicamente. Mas ainda assim ficaríamos entre três alternativas. Desse modo, vamos à segunda lacuna.

Um departamento geralmente agrupa atividades homogêneas (semelhantes ou relacionadas entre si) para facilitar a alocação de custos. Por exemplo, em um departamento de montagem, todas as atividades ali desempenhadas são de montagem. Assim, “heterogêneas” e “complementares” não são tecnicamente adequadas para essa definição.

Analisando criteriosamente cada alternativa:

(A) padrão – heterogêneas

Alternativa incorreta. “Padrão” não é o termo técnico usado para definir departamentos, e “Heterogêneas” contradiz o princípio de agrupar atividades similares em departamentos.

(B) mínima – homogêneas

Alternativa correta. "Mínima" reflete que o departamento é a menor unidade de acumulação de custos, e "Homogêneas" indica que as atividades dentro do departamento são similares, por exemplo: apenas corte, apenas montagem.

(C) máxima – complementares

Alternativa incorreta. "Máxima" é incorreto, pois departamentos são unidades básicas, não máximas, e "Complementares" não é o termo técnico usado para descrever atividades departamentais.

(D) padrão – complementares

Alternativa incorreta. "Padrão" não é o termo correto para definir a unidade departamental, e "Complementares" não descreve adequadamente as atividades de um departamento.

Gabarito: B

38. Gasto pode ser definido como o sacrifício financeiro necessário para obter um produto ou serviço, representado pela entrega ou promessa de entrega de ativos. Assim, custos, despesas, investimentos e desembolsos são tipos de gastos.

Em relação ao tema, analise as afirmativas a seguir.

I. Custo é um gasto diretamente relacionado a um bem ou serviço utilizado na produção de outros bens e serviços.

II. Despesa é um gasto com bens ou serviços consumidos direta ou indiretamente para obtenção de receitas.

III. Investimento é um gasto que se tornou um item do patrimônio líquido em função da expectativa de geração futura de caixa para a entidade ou em função de sua vida útil.

IV. Desembolso é um gasto que ocorre quando bens ou serviços são consumidos de forma anormal e/ou involuntária que afetam diretamente o resultado da entidade.

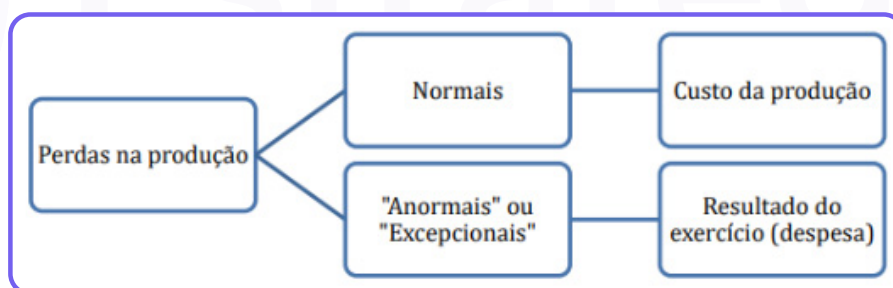
Estão corretas as afirmativas

- A) III e IV, apenas.
- B) I, II e III, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.

Comentários:

A questão aborda os diferentes tipos de gastos na contabilidade (custos, despesas, investimentos e desembolsos), também chamamos de “terminologias de custos”, e exige a análise de quatro afirmativas sobre esses conceitos. Segundo o renomado livro “Contabilidade de Custos”, do referenciado Dr. Eliseu Martins – 9ª Edição – São Paulo: Atlas (2003):

- CUSTO - é o gasto relativo à bem ou serviço utilizado na produção de outros bens ou serviços.
- GASTO - compra de um produto ou serviço qualquer, que gera sacrifício financeiro para a entidade (desembolso), sacrifício esse representado por entrega ou promessa de entrega de ativos (normalmente dinheiro).
- DESEMBOLSO – pagamento resultante de aquisição do bem ou serviço.
- INVESTIMENTO – gasto ativado em função de sua vida útil ou de benefícios atribuíveis a futuros períodos.
- DESPESA – bem ou serviço consumido direta ou indiretamente para obtenção de receitas.
- Todo produto vendido provoca despesa. Normalmente, chamamos de CPV, e é assim que aparece na DRE. Mas o correto seria: “Despesa que é o somatório dos itens que compuseram o custo de fabricação do produto ora vendido.”
- PERDA – bem ou serviço consumidos de forma anormal e involuntária.



Agora que já revisamos as definições, vamos avaliar cada uma das alternativas:

I. Custo é um gasto diretamente relacionado a um bem ou serviço utilizado na produção de outros bens e serviços.

Alternativa correta. Custos são gastos associados à produção (ex.: matéria-prima, mão de obra direta) e estão diretamente vinculados à transformação de insumos em produtos finais.

II. Despesa é um gasto com bens ou serviços consumidos direta ou indiretamente para obtenção de receitas.

Alternativa correta. Despesas são gastos não ligados à produção, mas à geração de receitas ou à administração da empresa. Podem ser diretas (como comissões de vendas) ou indiretas (como salários da administração).

III. Investimento é um gasto que se tornou um item do patrimônio líquido em função da expectativa de geração futura de caixa para a entidade ou em função de sua vida útil.

Alternativa incorreta. Investimentos são gastos ativados em função de sua vida útil ou de benefícios atribuíveis a futuros períodos. Por exemplo, quando você adquire uma matéria-prima para produção de algum bem, essa

aquisição inicialmente é um investimento. Posteriormente, quando você utiliza essa matéria-prima na produção de outro bem, se torna um custo. Quando esse produto está novamente pronto, volta a ser um investimento. E por fim, quando é vendido, torna-se uma despesa.

IV. Desembolso é um gasto que ocorre quando bens ou serviços são consumidos de forma anormal e/ou involuntária que afetam diretamente o resultado da entidade.

Alternativa incorreta. Desembolso é simplesmente o pagamento (saída de caixa), independentemente do tipo de gasto. Não está necessariamente ligado a consumo anormal ou involuntário, que seria uma perda, e não desembolso.

Assim, temos que:

(A) III e IV, apenas.

Alternativa incorreta. Ambas as afirmativas estão erradas.

(B) I, II e III, apenas.

Alternativa incorreta. A afirmativa III está errada.

(C) I e II, apenas.

Alternativa correta. As únicas afirmativas tecnicamente corretas.

(D) II, III e IV, apenas.

Alternativa incorreta. Apenas a II está correta; III e IV estão erradas.

Gabarito: C

39. Em 01/01/2024, uma loja de teclados apresentava os seguintes saldos em seu balanço patrimonial:

- Disponibilidades: R\$ 60.000,00;
- Estoque: R\$ 240.000,00;
- Patrimônio Líquido: R\$ 300.000,00.

O estoque era composto por 400 unidades de teclado, sendo que cada uma era vendida por R\$ 1.000,00.

No primeiro semestre de 2024, os gastos fixos, considerando a loja e o escritório, foram os seguintes:

- Aluguel: R\$ 36.000,00;
- Depreciação: R\$ 30.000,00;
- Salários: R\$ 60.000,00.

Além disso, foi paga, antecipadamente, uma despesa de R\$ 4.000,00 relacionada ao segundo semestre do ano.

O ponto de equilíbrio contábil da loja, em unidades, no primeiro semestre de 2024, foi de

- A) 240.
- B) 300.
- C) 315.
- D) 375.

Comentários:

Vamos resolver a questão passo a passo, analisando cada componente necessário para calcular o Ponto de Equilíbrio Contábil (PEC) em unidades.

Primeiramente, Ponto de Equilíbrio Contábil (PEC) é o ponto em que o lucro da empresa é zero, ou seja, é o ponto no qual a receita total é igual aos custos e despesas totais. Também chamado de *Break-Even Point* ou Ponto de Ruptura ou Ponto Crítico, podendo ser expresso pela seguinte fórmula:

$$PEC = \frac{\text{Custos Fixos} + \text{Despesas Fixas}}{\text{Margem de Contribuição Unitária}}$$

Além do PEC ainda temos o Ponto de Equilíbrio Econômico (PEE) e o Ponto de Equilíbrio Financeiro (PEF).

O PEE, além dos custos fixos, inclui o lucro mínimo desejado pelo investidor (custo de oportunidade). Mostra quanto vender para valer a pena o negócio.

$$\text{PEE} = \frac{\text{Custos Fixos} + \text{Despesas Fixas} + \text{Custo de Oportunidade}}{\text{Margem de Contribuição Unitária}}$$

Por outro lado, o PEF considera apenas os gastos que efetivamente saem do caixa, exclui depreciação, por exemplo, sendo útil para analisar liquidez.

$$\text{PEF} = \frac{\text{Custos Fixos} + \text{Despesas Fixas} - \text{Depreciação, Amortização e Exaustão}}{\text{Margem de Contribuição Unitária}}$$

Relembradas as definições sobre pontos de equilíbrio, vamos a questão.

O preço de venda de cada teclado é o mais fácil de identificar na questão, sendo de **R\$ 1.000,00 por teclado**.

O estoque inicial da loja era de 400 teclados e o valor total do estoque era de R\$ 240.000,00. Logo, o custo unitário do estoque era de R\$ 240.000,00 / 400 = **R\$ 600,00 por teclado**.

Os gastos fixos no 1º semestre de 2024 foram de:

- Aluguel: R\$ 36.000,00;
- Depreciação: R\$ 30.000,00; e
- Salários: R\$ 60.000,00.

Dessa forma, o total de gastos fixos foi de: R\$ 36.000,00 + R\$ 30.000,00 + R\$ 60.000,00 = **R\$ 126.000,00**.

Perceba que a despesa antecipada não entrou no cálculo dos gastos fixos, pois se refere ao 2º semestre de 2024, e não ao 1º semestre de 2024, não impactando no cálculo do ponto de equilíbrio almejado.

Por fim, a Margem de Contribuição Unitária (MCu) é o Preço de Venda Unitário (PVu) menos os Custos e Despesas Variáveis Unitários (CDVu).

Desse modo temos que:

$$\text{MCu} = \text{PVu} - \text{CDVu}$$

$$\text{MCu} = \text{R\$ 1.000,00} - \text{R\$ 600,00} = \text{R\$ 400,00}.$$

De posse de todas as informações necessárias, o PEC é a divisão dos gastos fixos pela MCu.

$$\text{PEC} = \frac{\text{Custos Fixos} + \text{Despesas Fixas}}{\text{Margem de Contribuição Unitária}}$$

$$\text{PEC} = \frac{\text{R\$ 126.000,00}}{\text{R\$ 400,00}}$$

$$\text{PEC} = 315 \text{ Unidades.}$$

Analisando as alternativas:

(A) 240.

Alternativa incorreta. Quem marcou isso pode ter considerado apenas parte dos gastos fixos ou errou no cálculo da MCu. Se usasse uma MCu de R\$ 525,00 (errada), chegaria a 240, mas isso não faz sentido com os dados do problema.

(B) 300.

Alternativa incorreta. Pode ter surgido de incluir a despesa antecipada de R\$ 4.000,00 nos gastos fixos (R\$ 126.000,00 + R\$ 4.000,00 = R\$ 130.000,00), mas mesmo assim o valor final do PEC seria de 325 unidades, e não 300 como na alternativa.

(C) 315.

Alternativa correta. Exatamente conforme o cálculo explicado acima.

(D) 375.

Alternativa incorreta. Quem marcou isso pode ter considerado a MCu como R\$ 336,00 (errado), talvez confundindo com outro método de rateio.

Gabarito: C

40. Acerca do Modelo de Determinação do Preço de Transferência, avalie as afirmativas a seguir.

I. No Modelo de Preço de Transferência Baseado em Custo Total Realizado (Full Cost), o bem/serviço é transferido pelo valor resultante do somatório dos custos totais incorridos (fixos e variáveis), dividido pelo volume de produção de um determinado período (custeio por absorção).

II. No Modelo de Preço de Transferência Baseado em Negociação entre os Gestores, o bem/serviço é transferido pelo preço vigente no mercado, que pode ser um preço médio.

III. No Modelo de Preço de Transferência Baseado em Custo de Oportunidade, o preço do bem/serviço transferido estrutura-se a partir da premissa de que deveria refletir o valor do benefício possível de ser auferido na melhor alternativa econômica de obtenção dos insumos demandados.

Está correto o que se afirma em

- A) I, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) I, II e III.

Comentários:

A questão aborda três modelos de preço de transferência, que são métodos utilizados para definir o valor de bens ou serviços transferidos entre departamentos ou divisões de uma mesma empresa. Cada afirmativa descreve um modelo específico, e nosso objetivo é avaliar sua precisão conceitual.

I. No Modelo de Preço de Transferência Baseado em Custo Total Realizado (*Full Cost*), o bem/serviço é transferido pelo valor resultante do somatório dos custos totais incorridos (fixos e variáveis) dividido pelo volume de produção de um determinado período (custeio por absorção).

Alternativa correta. Essa afirmativa está correta ao descrever que nesse modelo o preço de transferência corresponde à soma de todos os custos (fixos e variáveis) dividida pelo volume de produção. O *Full Cost* utiliza efetivamente o método de custeio por absorção, incorporando todos os gastos de produção no cálculo. Por exemplo, se uma divisão industrial incorre em R\$ 500.000,00 de custos totais para produzir 50.000 unidades, o preço de transferência unitário será de R\$ 10,00, independentemente das condições de mercado.

II. No Modelo de Preço de Transferência Baseado em Negociação entre os Gestores, o bem/serviço é transferido pelo preço vigente no mercado, que pode ser um preço médio.

Alternativa incorreta. Essa afirmativa contém um erro conceitual relevante. O modelo baseado em negociação entre gestores não necessariamente utiliza o preço de mercado como referência. Na realidade, este método estabelece valores por meio de acordos internos que podem considerar diversos fatores estratégicos, como capacidade ociosa, relações de poder organizacional ou objetivos corporativos globais. A caracterização do preço de mercado como elemento determinante é imprecisa, pois a negociação interna pode resultar em valores significativamente diferentes dos praticados externamente.

III. No Modelo de Preço de Transferência Baseado em Custo de Oportunidade, o preço do bem/serviço transferido estrutura-se a partir da premissa de que deveria refletir o valor do benefício possível de ser auferido na melhor alternativa econômica de obtenção dos insumos demandados.

Alternativa correta. Essa afirmativa está correta ao explicar que esse modelo considera o benefício potencial que poderia ser obtido na melhor alternativa disponível. O custo de oportunidade reflete o valor econômico que a organização deixa de auferir ao optar pela transferência interna em vez de explorar outras possibilidades no mercado. Por exemplo, se uma divisão poderia vender um componente no mercado por R\$ 150,00, mas opta por transferi-lo internamente por R\$ 120,00, os R\$ 30,00 da diferença representam o custo de oportunidade não realizado.

Dessa forma:

(A) I, apenas.

Alternativa incorreta. A alternativa está incompleta, pois exclui a afirmativa III, que também está correta.

(B) I e II, apenas.

Alternativa incorreta. A afirmativa II não está correta. Além disso, desconsidera o acerto da afirmativa III.

(C) I e III, apenas.

Alternativa correta. Está de acordo com o comentário e as exemplificações analisadas acima.

(D) I, II e III.

Alternativa incorreta. Essa é a opção mais problemática, pois agrega todas as afirmativas, incluindo a II que contém imprecisão conceitual.

Gabarito: C

41. Analise as contas do Balanço Patrimonial a seguir:

ATIVO	2023	PASSIVO	2023
Caixa	R\$ 5.000,00	Fornecedores	R\$ 15.000,00
Aplicações financeiras	R\$ 10.000,00	Impostos a pagar	R\$ 5.000,00
Contas a receber	R\$ 15.000,00	Empréstimos de curto prazo	R\$ 10.000,00
Estoques	R\$ 30.000,00	Empréstimos de longo prazo	R\$ 20.000,00
Imobilizado	R\$ 10.000,00	Patrimônio líquido	R\$ 80.000,00
Intangível	R\$ 50.000,00		
Investimentos	R\$ 10.000,00		
TOTAL	R\$ 130.000,00	TOTAL	R\$ 130.000,00

O Índice de Liquidez Seca e o Índice de Liquidez Corrente são, respectivamente, iguais a

- A) 2,00 e 1,00.
- B) 1,00 e 2,00.
- C) 1,00 e 2,60.
- D) 2,00 e 0,75.

Comentários:

Primeiramente, precisamos entender o que são os indicadores de liquidez. Os índices de liquidez medem a capacidade financeira da empresa em pagar os compromissos assumidos com seus credores. São calculados a partir das contas do Balanço Patrimonial.

Os principais indicadores são: (I) Liquidez Corrente; (II) Liquidez Imediata; (III) Liquidez Seca; e (IV) Liquidez Geral. A Liquidez Corrente (LC) procura mostrar a capacidade de pagamento dos compromissos de curto prazo da empresa.

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante (AC)}}{\text{Passivo Circulante (PC)}}$$

A Liquidez Imediata (LI) demonstra a capacidade de pagamento dos compromissos da empresa com os recursos prontamente disponíveis.

$$LI = \frac{\text{Disponibilidades (Caixa + Bancos + Aplicações de Liquidez Imediata)}}{\text{Passivo Circulante}}$$

A Liquidez Seca (LS) é similar a LC, mas exclui os estoques e as despesas antecipadas do seu cálculo, por possuírem menor liquidez.

$$LS = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques} - \text{Despesas Antecipadas}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Por fim, a Liquidez Geral (LG) retrata a visão mais ampla da liquidez da empresa, englobando tanto o curto quanto o longo prazo. Procura mostrar o grau de equilíbrio entre pagamentos e recebimentos futuros da empresa.

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

Agora, vamos resolver a questão passo a passo, calculando os índices de Liquidez Corrente (LC) e Liquidez Seca (LS) com base no balanço patrimonial fornecido.

Na composição do Ativo Circulante temos:

- Caixa: R\$ 5.000,00
- Aplicações financeiras (curto prazo): R\$ 10.000,00
- Contas a receber (curto prazo): R\$ 15.000,00
- Estoques: R\$ 30.000,00

Logo, o total do Ativo Circulante da empresa é de:

$$R\$ 5.000,00 + R\$ 10.000,00 + R\$ 15.000,00 + R\$ 30.000,00 = \mathbf{R\$ 60.000,00}.$$

Do outro lado do Balanço Patrimonial temos o Passivo Circulante composto por:

- Fornecedores: R\$ 15.000,00
- Impostos a pagar: R\$ 5.000,00
- Empréstimos de curto prazo: R\$ 10.000,00

Logo, o total do Passivo Circulante da empresa é de:

$$R\$ 15.000,00 + R\$ 5.000,00 + R\$ 10.000,00 = \mathbf{R\$ 30.000,00}.$$

Por fim, a Liquidez Corrente é calculada pela divisão entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante:

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante (AC)}}{\text{Passivo Circulante (PC)}}$$

$$LC = \frac{R\$ 60.000,00}{R\$ 30.000,00}$$

$$LC = \mathbf{R\$ 2,00}$$

Isso significa que a empresa possui R\$ 2,00 em ativos circulantes para cada R\$ 1,00 de dívidas de curto prazo.

Prosseguindo, para calcular a Liquidez Seca (LS) basta retirarmos do total do Ativo Circulante os Estoques, uma vez que não temos Despesas Antecipadas nessa questão.

R\$ 60.000,00 – R\$ 30.000,00 = **R\$ 30.000,00.**

Dessa forma, temos que:

$$LS = \frac{\text{Ativo Circulante (AC)} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante (PC)}}$$

$$LS = \frac{R\$ 60.000,00 - R\$ 30.000,00}{R\$ 30.000,00}$$

$$LS = R\$ 1,00$$

Isso significa que, sem considerar os estoques, que possuem menor liquidez, a empresa possui R\$ 1,00 para cobrir cada R\$ 1,00 de dívidas de curto prazo.

Analisando as alternativas temos que:

(A) 2,00 e 1,00.

Alternativa incorreta. Inverte os valores de LS e LC. O correto é LS = 1,00 e LC = 2,00.

(B) 1,00 e 2,00.

Alternativa correta. Reflete exatamente os cálculos realizados. LS = 1,00 e LC = 2,00.

(C) 1,00 e 2,60.

Alternativa incorreta. A LC está superestimada. Seria 2,60 apenas se o AC fosse R\$ 78.000,00, o que não condiz com os dados da questão.

(D) 2,00 e 0,75.

Alternativa incorreta. Nenhum dos índices calculados corresponde a esses valores. Uma LC de 0,75 indicaria insuficiência de ativos circulantes para cobrir dívidas de curto prazo, o que não é o caso.

Gabarito: B

42. A Lei Orçamentária Anual de cada ente federado deverá conter todas as receitas e despesas de todos os Poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

Esse princípio orçamentário é denominado

- A) Unidade.
- B) Universalidade.
- C) Exclusividade.
- D) Orçamento Bruto.

Comentários:

A questão aborda um dos princípios orçamentários previstos na legislação brasileira, especificamente o que determina a inclusão de todas as receitas e despesas dos entes federados (União, Estados, Municípios e DF) em sua Lei Orçamentária Anual (LOA).

Vamos analisar cada alternativa:

(A) Unidade.

Alternativa incorreta. O princípio da Unidade estabelece que deve existir um único orçamento para cada esfera de governo, consolidando todas as receitas e despesas em um único documento. A questão, no entanto, não se refere à consolidação em um único orçamento, mas sim à obrigatoriedade de incluir todos os itens (receitas e despesas) sem exceções. Portanto, essa não é a resposta correta.

(B) Universalidade.

Alternativa correta. O princípio da Universalidade determina que a Lei Orçamentária Anual (LOA) deve abranger todas as receitas e despesas dos Poderes, órgãos, fundos e entidades públicas, sem exclusões. Esse princípio está previsto no art. 2º, § 1º, da Lei 4.320/1964 e no art. 165, § 5º, da Constituição Federal de 1988, que exigem a inclusão completa de todas as previsões financeiras do setor público.

(C) Exclusividade.

Alternativa incorreta. O princípio da Exclusividade veda a inclusão, na Lei Orçamentária, de matérias estranhas à previsão de receitas e despesas (art. 165, § 8º, da CF/88). Ou seja, o orçamento não pode ser usado para tratar de outros temas (como criação de leis ou alterações administrativas). Como a questão não menciona essa restrição, mas sim a abrangência total das receitas e despesas, essa alternativa está incorreta.

(D) Orçamento Bruto.

Alternativa incorreta. O princípio do Orçamento Bruto estabelece que todas as receitas e despesas devem ser registradas pelos seus valores brutos (sem deduções), e não líquidos. Embora esse princípio também esteja

relacionado à transparência orçamentária, ele não se refere à obrigatoriedade de inclusão de todos os órgãos e entidades, como descreve a questão. Portanto, não é o conceito correto.

Gabarito: B

43. De acordo com a NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL - ESTRUTURA CONCEITUAL PARA ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL DE PROPÓSITO GERAL PELAS ENTIDADES DO SETOR PÚBLICO, as informações financeiras e não financeiras são relevantes quando

- A) permitem que os usuários compreendam o seu significado.
- B) retratam a substância da transação, a qual pode não corresponder, necessariamente, à sua forma jurídica.
- C) são capazes de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil.
- D) estão disponíveis aos usuários a tempo de serem úteis para fins de prestação de contas, responsabilização e tomada de decisão.

Comentários:

A questão aborda o conceito de relevância das informações contábeis no setor público, conforme estabelecido pela NBC TSP Estrutura Conceitual. Essa norma define critérios para que informações (financeiras e não financeiras) sejam consideradas relevantes para os usuários.

Vamos analisar cada alternativa:

(A) permitem que os usuários compreendam o seu significado.

Alternativa incorreta. Embora a clareza e a compreensibilidade sejam características importantes da informação contábil, esse critério está mais associado ao princípio da inteligibilidade, ou seja, a facilidade de entendimento, do que ao de relevância. A questão busca o conceito de relevância, que está ligado à capacidade de influenciar decisões, e não apenas à compreensão do significado.

(B) retratam a substância da transação, a qual pode não corresponder, necessariamente, à sua forma jurídica.

Alternativa incorreta. Esse critério se refere ao princípio da essência sobre a forma, que determina que as transações devem ser registradas de acordo com sua realidade econômica (substância), e não apenas com base em sua aparência legal. Apesar de ser um conceito importante, ele não define relevância, mas sim a representação fidedigna das operações.

(C) são capazes de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil.

Alternativa correta. De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual, a relevância está diretamente ligada à capacidade da informação de impactar decisões, auxiliando os usuários na prestação de contas, responsabilização e tomada de decisão. Esse conceito está alinhado com o § 3.6 da NBC TSP, que define que informações são relevantes quando podem afetar avaliações ou ações dos usuários.

Relevância

3.6 As informações financeiras e não financeiras são relevantes caso sejam capazes de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil. As informações financeiras e não financeiras são capazes de exercer essa influência quando têm valor confirmatório, preditivo ou ambos. A informação pode ser capaz de influenciar e, desse modo, ser relevante, mesmo se alguns usuários decidirem não considerá-la ou já estiverem cientes dela. (grifo nosso)

(D) estão disponíveis aos usuários a tempo de serem úteis para fins de prestação de contas, responsabilização e tomada de decisão.

Alternativa incorreta. Esse critério se refere à característica qualitativa da tempestividade, que é uma característica complementar à relevância, mas não a define, mas melhora sua qualidade. A informação pode ser relevante, mas, se não for disponibilizada em tempo hábil, perde sua utilidade. Como a questão busca o conceito de relevância, e não tempestividade, essa alternativa não é a correta.

Gabarito: C

44. Com relação aos usuários dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs), avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() Os RCPGs devem ser elaborados e divulgados, principalmente, para atender às necessidades de informações dos usuários dos serviços e dos provedores de recursos, quando estes detêm a prerrogativa de exigir que a entidade do setor público divulgue as informações que atendam às suas necessidades específicas.

() Os membros do Poder Legislativo são também usuários primários dos RCPGs e utilizam extensiva e continuamente os relatórios enquanto atuam como representantes dos interesses dos usuários de serviços e dos provedores de recursos.

() Alguns usuários dos serviços e alguns provedores de recursos que dependem dos RCPGs para obter informações que eles necessitam para os propósitos de prestação de contas e responsabilização e tomada de decisão podem não ser cidadãos, como agências bilaterais ou multilaterais.

De acordo com a NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL- ESTRUTURA CONCEITUAL PARA ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL DE PROPÓSITO GERAL PELAS ENTIDADES DO SETOR PÚBLICO, as afirmativas são, respectivamente,

- A) V – F – F.
- B) V – F – V.
- C) F – V – V.
- D) V – V – F.

Comentários:

A questão avalia o conhecimento sobre os usuários dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral (RCPGs) no setor público, conforme a NBC TSP Estrutura Conceitual. Vamos analisar cada afirmativa e justificar sua classificação como Verdadeira (V) ou Falsa (F):

() Os RCPGs devem ser elaborados e divulgados, principalmente para atender às necessidades de informações dos usuários dos serviços e dos provedores de recursos, quando detêm a prerrogativa de exigir que a entidade do setor público divulgue as informações que atendam às suas necessidades específicas.

Afirmativa falsa. De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual (item 3.5), os usuários primários dos RCPGs são:

- **Cidadãos e contribuintes** (usuários dos serviços públicos);
- **Provedores de recursos** (como investidores, credores e organismos internacionais).

Esses usuários não podem exigir informações que atendam às suas necessidades específicas.

() Os membros do Poder Legislativo são também usuários primários dos RCPGs e utilizam extensiva e continuamente os relatórios enquanto atuam como representantes dos interesses dos usuários de serviços e dos provedores de recursos.

Afirmativa verdadeira. A NBC TSP (item 3.5) classifica os legisladores (membros do Poder Legislativo) como usuários primários, pois atuam como representantes dos cidadãos e provedores de recursos, por exemplo, ao aprovar orçamentos e fiscalizar a execução. Eles dependem dos RCPGs para tomada de decisão, controle e fiscalização, utilizando-os de forma contínua.

() Alguns usuários dos serviços e alguns provedores de recursos que dependem dos RCPGs para obter informações que eles necessitam para os propósitos de prestação de contas e responsabilização e tomada de decisão podem não ser cidadãos, como, agências bilaterais ou multilaterais.

Afirmativa verdadeira. A NBC TSP (itens 3.5 e 3.6) reconhece que provedores de recursos incluem entidades como:

- **Organismos internacionais** (FMI, Banco Mundial);
- **Agências bilaterais/multilaterais** (BID, ONU).

Esses atores não são cidadãos, mas dependem dos RCPGs para avaliar concessão de empréstimos, auxílios ou acompanhar metas. A afirmativa está correta ao destacar essa abrangência.

Agora, vamos fazer os relacionamentos e ver a alternativa correta.

- (A) V – F – F. **Alternativa incorreta.**
- (B) V – F – V. **Alternativa incorreta.**
- (C) F – V – V. **Alternativa correta.**
- (D) V – V – F. **Alternativa incorreta.**

Gabarito: C

45. Em 2022, uma entidade tinha o seu desempenho financeiro analisado com base no Retorno sobre o Investimento. Em 2023, a administração da entidade determinou que o seu desempenho passasse a ser avaliado com base no EVA (Valor Econômico Agregado).

Uma vantagem dessa substituição é a incorporação, na avaliação,

- A) do custo de oportunidade.
- B) das receitas operacionais.
- C) das despesas operacionais.
- D) das receitas financeiras.

Comentários:

A questão compara duas métricas de desempenho financeiro: Retorno sobre o Investimento (ROI) e Valor Econômico Agregado (EVA), destacando uma vantagem específica da substituição do ROI pelo EVA.

Em síntese, a grande inovação e vantagem do EVA está mesmo em incorporar o conceito de custo de oportunidade, permitindo uma avaliação mais sofisticada e realista sobre se a empresa está de fato criando valor econômico para seus acionistas, considerando o retorno mínimo que estes esperam pelo risco assumido.

Vamos analisar cada alternativa:

(A) do custo de oportunidade.

Alternativa correta. Enquanto o ROI simplesmente calcula o retorno percentual sobre o investimento, o EVA vai além, considerando não apenas o lucro gerado, mas também o custo de capital investido. Isso significa que o EVA responde à pergunta crucial: "O negócio está gerando retorno suficiente para compensar o risco e o custo de oportunidade dos investidores?". Essa abordagem é muito mais completa para avaliação de criação de valor real.

(B) das receitas operacionais.

Alternativa incorreta. Não representa uma vantagem da substituição, pois tanto o ROI quanto o EVA já consideram naturalmente as receitas operacionais em seus cálculos. O lucro operacional é componente básico de ambas as métricas, portanto, essa não pode ser considerada uma vantagem diferencial do EVA.

(C) das despesas operacionais.

Alternativa incorreta. Despesas operacionais são igualmente consideradas em ambos os indicadores através do cálculo do lucro líquido ou NOPAT (no caso do EVA). A mudança de métrica não traz nenhum ganho específico em relação ao tratamento das despesas operacionais.

(D) das receitas financeiras.

Alternativa incorreta. Na verdade, o EVA deliberadamente exclui receitas financeiras de seu cálculo, focando apenas no desempenho operacional do negócio. O ROI pode incluir essas receitas no lucro líquido, mas isso não representa uma vantagem do EVA, muito pelo contrário. O EVA busca isolar o desempenho operacional puro, sem distorções de itens financeiros.

Gabarito: A

46. A Administração de uma empresa, na elaboração de seu plano estratégico, deve, na medida do possível, observar alguns aspectos de formalidade necessários dado a sua relevância e seu impacto nas operações da empresa.

A respeito desse tema, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() O Plano Estratégico deve ser executado pela Controladoria sob o comando da alta administração da empresa.

() Uma vez elaborado e aprovado, o Plano Estratégico não deve ser alterado ou ajustado.

() Planejamento Estratégico é a atividade que se ocupa da implementação do Plano Estratégico e assegura que os recursos necessários foram obtidos e também que estão sendo usados de maneira eficiente.

() A elaboração de um Planejamento Estratégico deve levar em consideração que todas as decisões são interdependentes, sejam elas simples ou complexas. Assim, um dos principais desafios dessa atividade é um ajustamento dessa cadeia sistêmica de decisões e a avaliação de suas consequências.

As afirmativas são, respectivamente,

- A) F – V – V – F.
- B) F – V – F – V.
- C) V – F – F – V.
- D) V – F – V – F.

Comentários:

Vamos analisar cada uma das afirmativas em relação ao planejamento estratégico empresarial:

() O Plano Estratégico deve ser executado pela Controladoria sob o comando da alta administração da empresa.

Afirmativa verdadeira. Na prática corporativa, a Controladoria frequentemente assume um papel central na execução do plano estratégico. Embora teoricamente toda a organização deva estar envolvida na implementação, a Controladoria geralmente coordena o processo de forma mais direta, acompanhando indicadores, monitorando resultados e garantindo o alinhamento com as diretrizes estabelecidas. A menção ao "comando da alta administração" reforça a veracidade da afirmação, pois mesmo com a atuação da Controladoria, a responsabilidade final sempre permanece com a alta gestão.

() Uma vez elaborado e aprovado, o Plano Estratégico não deve ser alterado ou ajustado.

Afirmativa falsa. Um dos princípios fundamentais do planejamento estratégico moderno é justamente sua flexibilidade. Em um ambiente de negócios dinâmico e mutável, o plano estratégico deve ser revisado periodicamente para se adaptar a novas circunstâncias do mercado, mudanças na economia, evoluções tecnológicas ou alterações nos recursos disponíveis. A rigidez na manutenção de um plano estratégico sem ajustes levaria a empresa a perder oportunidades ou não responder adequadamente a ameaças emergentes.

() Planejamento Estratégico é a atividade que se ocupa da implementação do Plano Estratégico e assegura que os recursos necessários foram obtidos e também que estão sendo usados de maneira eficiente.

Afirmativa falsa. Confunde planejamento estratégico com implementação estratégica. O planejamento estratégico propriamente dito refere-se à fase de formulação, ou seja, o estabelecimento de visão, missão, objetivos e estratégias macro. A implementação (execução estratégica) é uma fase posterior, que envolve a operacionalização do que foi planejado. A descrição fornecida na afirmativa aplica-se mais à gestão da implementação do que ao planejamento em si.

() A elaboração de um Planejamento Estratégico deve levar em consideração que todas as decisões são interdependentes, sejam elas simples ou complexas. Assim, um dos principais desafios dessa atividade é um ajustamento dessa cadeia sistêmica de decisões e a avaliação de suas consequências.

Afirmativa verdadeira. Captura a essência sistêmica do planejamento estratégico. Todas as decisões em uma organização estão interligadas e afetam múltiplas áreas. Um bom planejamento estratégico deve considerar essas interdependências e avaliar como mudanças em uma área impactam as demais. O grande desafio mencionado – “ajustar a cadeia sistêmica de decisões e avaliar consequências” – reflete a complexidade real do processo de planejamento em organizações modernas.

Agora, fazendo a conciliação com as alternativas temos que:

(A) F – V – V – F. **Alternativa incorreta.**

(B) F – V – F – V. **Alternativa incorreta.**

(C) V – F – F – V. **Alternativa correta.**

(D) V – F – V – F. **Alternativa incorreta.**

Gabarito: C

47. Uma empresa de auditoria independente precisou contratar o trabalho de um especialista na área de Tecnologia da Informação. Após receber as conclusões do especialista, foi constatado que esse trabalho era adequado para fins da auditoria. Com base na NBC TA 620 – UTILIZAÇÃO DO TRABALHO DE ESPECIALISTAS, assinale a afirmativa correta acerca da responsabilidade do auditor ao emitir a sua opinião.

- A) O auditor tem sua responsabilidade dividida com o especialista em todo o trabalho.
- B) O auditor é o único responsável por expressar opinião de auditoria, e essa responsabilidade não é reduzida pelo trabalho de especialista contratado pelo auditor.
- C) O auditor é responsável pela parte contábil, e o especialista, pelo trabalho que fez.
- D) O auditor, modificando sua opinião em virtude do trabalho do especialista, não terá nenhuma responsabilidade, sendo a responsabilidade transferida ao especialista.

Comentários:

A questão aborda um aspecto fundamental da NBC TA 620, que trata da utilização de trabalhos de especialistas em auditorias independentes. O contexto apresentado descreve uma situação comum na prática profissional, em que o auditor precisa recorrer a um especialista em Tecnologia da Informação para obter evidências adequadas sobre aspectos específicos do trabalho de auditoria.

Vamos à análise de cada alternativa:

(A) O auditor tem sua responsabilidade dividida com o especialista em todo o trabalho.

Alternativa incorreta. Sugere uma divisão de responsabilidades que não existe na norma. A NBC TA 620 não prevê qualquer compartilhamento ou divisão de responsabilidade entre auditor e especialista. O auditor pode utilizar as conclusões do especialista como evidência de auditoria, mas isso não cria uma responsabilidade conjunta pelo parecer final.

(B) O auditor é o único responsável por expressar opinião de auditoria, e essa responsabilidade não é reduzida pelo trabalho de especialista contratado pelo auditor.

Alternativa correta. Reflete exatamente o disposto na NBC TA 620. A norma estabelece claramente que, mesmo utilizando o trabalho de um especialista, o auditor mantém integralmente sua responsabilidade pela opinião de auditoria. Essa responsabilidade não é transferida nem compartilhada com o especialista. O auditor deve avaliar a adequação do trabalho do especialista, considerando sua competência, capacitação e independência, mas a responsabilidade final pelo parecer sempre permanece com o auditor.

(C) O auditor é responsável pela parte contábil, e o especialista, pelo trabalho que fez.

Alternativa incorreta. A afirmativa erra ao tentar delimitar áreas de responsabilidade de forma artificial. A norma não faz distinção entre "parte contábil" e "trabalho do especialista" como esferas separadas de responsabilidade.

O auditor é responsável por todo o trabalho de auditoria, incluindo a avaliação e a utilização adequada do trabalho do especialista, independentemente da área técnica envolvida.

(D) O auditor, modificando sua opinião em virtude do trabalho do especialista, não terá nenhuma responsabilidade, sendo a responsabilidade transferida ao especialista.

Alternativa incorreta. A alternativa propõe uma transferência de responsabilidade que é expressamente vedada pela norma. Mesmo que o auditor modifique sua opinião com base no trabalho do especialista, isso não isenta o auditor de sua responsabilidade profissional. A norma é clara em afirmar que o uso de especialista não reduz a responsabilidade do auditor, muito menos a transfere para terceiros.

Gabarito: B

48. No exercício de 2024, uma sociedade empresária foi incluída em um Plano de Refinanciamento de Impostos. O fato foi apropriadamente divulgado nas demonstrações contábeis. Mesmo sendo divulgado o Plano de Refinanciamento de Impostos, o auditor julgou que o assunto é de fundamental importância para o entendimento pelos usuários das demonstrações contábeis.

Assim, o auditor independente incluirá, em seu relatório,

- A) uma ressalva.
- B) um fato relevante.
- C) um parágrafo de ênfase.
- D) um parágrafo de outros assuntos.

Comentários:

Essa questão aborda uma situação típica da prática de auditoria, onde o profissional precisa avaliar como tratar adequadamente, em seu relatório, uma informação que já foi divulgada nas demonstrações contábeis da empresa auditada, mas que considera de fundamental importância para os usuários. O caso concreto trata de um Plano de Refinanciamento de Impostos, que foi corretamente divulgado nas demonstrações, mas que o auditor entende como crucial para a compreensão adequada da situação financeira da empresa pelos usuários das demonstrações contábeis.

Segundo as normas de auditoria, quando o auditor deseja chamar a atenção para uma questão já adequadamente divulgada nas demonstrações contábeis, mas que considera particularmente importante para o entendimento dos usuários, ele deve utilizar um parágrafo de ênfase em seu relatório. Esse parágrafo não modifica a opinião do auditor, mas destaca algo que já está presente nas demonstrações, reforçando sua relevância.

Dessa forma, vamos às alternativas:

(A) uma ressalva.

Alternativa incorreta. Uma ressalva é utilizada quando há uma limitação no alcance da auditoria ou uma discordância com a administração que, embora material, não é tão grave a ponto de justificar uma abstenção de opinião ou opinião adversa. No caso apresentado, não há indicação de problemas na divulgação ou discordâncias, apenas a necessidade de enfatizar um ponto já divulgado.

(B) um fato relevante.

Alternativa incorreta. Nas normas de auditoria, os fatos relevantes geralmente se referem a eventos subsequentes importantes que ocorreram após a data das demonstrações contábeis, mas antes da data do relatório do auditor. No caso em questão, o refinanciamento de impostos não é um evento subsequente, mas sim uma informação já incluída nas demonstrações.

(C) um parágrafo de ênfase.

Alternativa correta. O parágrafo de ênfase é o instrumento adequado para situações em que o auditor deseja destacar uma matéria já divulgada nas demonstrações contábeis, mas que considera de fundamental importância para os usuários.

(D) um parágrafo de outros assuntos.

Alternativa incorreta. Esse tipo de parágrafo normalmente é utilizado para comunicar informações que não estão relacionadas diretamente com as demonstrações contábeis auditadas, como outros requisitos de relatórios ou informações adicionais solicitadas por órgãos reguladores. No caso apresentado, a informação está diretamente relacionada às demonstrações contábeis e merece destaque específico, não sendo mera informação adicional.

Gabarito: C

49. Julgue as afirmativas a seguir, com base na NBC TP 01 (R1) - PERÍCIA CONTÁBIL.

I. Concluídos os trabalhos periciais, o perito nomeado deve apresentar laudo pericial contábil, e o assistente técnico deve oferecer seu parecer pericial contábil, obedecendo aos respectivos prazos legais e/ou contratuais.

II. O assistente técnico não pode validar o laudo pericial quando o documento tiver sido elaborado por leigo ou profissional de outra área, devendo, nesse caso, oferecer o parecer pericial contábil sobre a matéria periciada.

III. Mesmo quando assinado em conjunto por peritos, a responsabilidade acerca do laudo pericial contábil é exclusiva do perito nomeado, não sendo passível a assunção de responsabilidade solidária pelos demais peritos assinantes no documento.

IV. As respostas aos quesitos devem ser objetivas, completas e não lacônicas.

Estão corretas as afirmativas

- A) III e IV, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e IV, apenas.

Comentários:

A questão avalia o conhecimento sobre as regras aplicáveis à elaboração de laudos periciais contábeis e pareceres técnicos, conforme a NBC TP 01 (R2). Cada afirmativa deve ser confrontada com os dispositivos normativos para determinar sua correção.

I. Concluídos os trabalhos periciais, o perito nomeado deve apresentar laudo pericial contábil, e o assistente técnico deve oferecer seu parecer pericial contábil, obedecendo aos respectivos prazos legais e/ou contratuais.

Afirmativa falsa. O item 36 da norma estabelece que o assistente técnico "pode", não "deve", oferecer parecer técnico contábil, pois sua atuação é facultativa, dependendo da contratação pelas partes. A obrigatoriedade "deve" aplicar-se apenas ao perito nomeado, que é responsável pelo laudo pericial.

36. Concluídos os trabalhos periciais, o perito contábil deve apresentar laudo pericial contábil, e o assistente técnico pode oferecer seu parecer técnico contábil, obedecendo aos respectivos prazos legais e/ou contratuais (grifo nosso)

II. O assistente técnico não pode validar o laudo pericial quando o documento tiver sido elaborado por leigo ou profissional de outra área, devendo, nesse caso, oferecer o parecer pericial contábil sobre a matéria periciada.

Afirmativa verdadeira. O item 38 da norma proíbe expressamente que o assistente técnico valide laudos elaborados por não contadores. Nesses casos, ele deve emitir um parecer técnico independente, preservando a integridade do processo pericial. Desse modo, a norma visa evitar a chancela de trabalhos realizados por profissionais não habilitados, garantindo a qualidade técnica dos documentos.

38. É defeso ao assistente técnico validar, ratificar ou subscrever laudo pericial quando o documento tiver sido elaborado por leigo ou profissional de outra área, devendo oferecer o parecer técnico contábil sobre a matéria periciada.

III. Mesmo quando assinado em conjunto por peritos, a responsabilidade acerca do laudo pericial contábil é exclusiva do perito nomeado, não sendo passível a assunção de responsabilidade solidária pelos demais peritos assinantes no documento.

Afirmativa falsa. A NBC TP 01 (R2) não trata especificamente de responsabilidade solidária entre peritos. O item 33 menciona que o perito nomeado responde pelos trabalhos da equipe técnica, mas não exclui a possibilidade de responsabilidade compartilhada se outros peritos contábeis (registrados no CRC) assinarem o laudo.

33. A execução da perícia, quando incluir a utilização de equipe técnica, deve ser realizada sob a orientação e supervisão do perito contábil, que assume a responsabilidade pelos trabalhos quanto às prerrogativas exclusivas e compartilhadas.

IV. As respostas aos quesitos devem ser objetivas, completas e não lacônicas.

Afirmativa verdadeira. O item 43 da norma exige que as respostas aos quesitos sejam objetivas e completas, evitando vagueza ou superficialidade "lacônicas". Essa diretriz assegura clareza e utilidade do laudo para os julgadores e partes envolvidas. Dessa forma, a norma busca precisão técnica e transparência na comunicação dos resultados periciais.

43. A linguagem adotada pelo perito contábil deve ser clara, concisa, evitando o prolixo e a tergiversação, possibilitando aos julgadores e às partes o devido conhecimento da prova técnica e interpretação dos resultados obtidos. As respostas aos quesitos devem ser objetivas, completas e não lacônicas. Os termos técnicos devem ser inseridos no laudo pericial contábil e no parecer técnico contábil, de modo a se obter uma redação que qualifique o trabalho pericial, respeitadas as Normas Brasileiras de Contabilidade.

Assim, analisando alternativas temos que:

- (A) III e IV, apenas. **Alternativa incorreta.**
- (B) I e II, apenas. **Alternativa incorreta.**
- (C) I e III, apenas. **Alternativa incorreta.**
- (D) II e IV, apenas. **Alternativa correta.**

Gabarito: D.

50. A Norma Brasileira de Contabilidade Profissional – Perito (NBC PP 01) estabelece as diretrizes e os requisitos para a atuação dos contadores como peritos, incluindo qualificações, deveres, responsabilidades, normas de conduta e as situações que podem acarretar impedimento ou suspeição.

Analise as afirmativas a seguir, com base na NBC PP 01, e assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

() Em casos de impedimento ou suspeição, o perito contábil tem a opção de continuar no caso desde que obtenha o consentimento expresso de todas as partes envolvidas e da autoridade competente.

() A NBC PP 01 permite que o perito utilize documentos externos aos autos processuais como elementos de prova, desde que previamente acordado com as partes e autorizado pelo juiz ou autoridade competente.

() O perito contábil deve elaborar a proposta de honorários periciais considerando não apenas os custos e o tempo necessário para a execução dos trabalhos, mas também levando em conta a relevância e o risco envolvidos no objeto da perícia.

As afirmativas são, respectivamente,

- A) F – F – V.**
- B) V – F – F.**
- C) F – V – F.**
- D) V – V – V.**

Comentários:

A questão aborda três aspectos fundamentais da atuação do perito contábil, conforme a NBC PP 01: (I) situações de impedimento ou suspeição; (II) utilização de documentos externos como prova; e (III) elaboração de proposta de honorários. Cada afirmativa será analisada à luz da norma para determinar sua veracidade.

() Em casos de impedimento ou suspeição, o perito contábil tem a opção de continuar no caso desde que obtenha o consentimento expresso de todas as partes envolvidas e da autoridade competente.

Afirmativa falsa. A NBC PP 01 não abre exceções para situações de impedimento ou suspeição. O perito contábil não pode continuar atuando no caso mesmo com consentimento das partes ou da autoridade competente. Essas situações são absolutas e demandam afastamento imediato do profissional para preservar a imparcialidade e a ética da perícia.

() A NBC PP 01 permite que o perito utilize documentos externos aos autos processuais como elementos de prova, desde que previamente acordado com as partes e autorizado pelo juiz ou autoridade competente.

Afirmativa falsa. A NBC PP 01 não menciona explicitamente a possibilidade da utilização de documentos externos, muito menos que para utilizar tais documentos seria necessário um acordo prévio entre as partes. Na verdade, os requisitos normativos para um laudo pericial são previstos no art. 473 do Código de Processo Civil:

Art. 473. O laudo pericial deverá conter:

I - a exposição do objeto da perícia;

II - a análise técnica ou científica realizada pelo perito;

III - a indicação do método utilizado, esclarecendo-o e demonstrando ser predominantemente aceito pelos especialistas da área do conhecimento da qual se originou;

IV - resposta conclusiva a todos os quesitos apresentados pelo juiz, pelas partes e pelo órgão do Ministério Público.

Dessa forma, a afirmação analisada é falsa, pois não encontra fundamento nem na norma técnica nem no ordenamento processual civil vigente.

() O perito contábil deve elaborar a proposta de honorários periciais, considerando não apenas os custos e o tempo necessário para a execução dos trabalhos, mas também levando em conta a relevância e o risco envolvidos no objeto da perícia.

Afirmativa verdadeira. A terceira afirmativa está correta e reflete integralmente o disposto no item 49 da NBC PP 01.

49. Na elaboração da proposta de honorários, o perito deverá considerar os seguintes fatores: a relevância, o vulto, o risco, a complexidade, a quantidade de horas, o pessoal técnico, o prazo estabelecido, a forma de recebimento e os laudos interprofissionais, entre outros fatores.

Ainda de acordo com a norma, a **relevância** é entendida como a importância da perícia no contexto social e sua essencialidade para dirimir as dúvidas de caráter técnico contábil, suscitadas em demanda judicial ou extrajudicial (item 50); e o **risco** compreende a possibilidade de os honorários periciais não serem integralmente recebidos, o tempo necessário ao recebimento, bem como a antecipação das despesas necessárias à execução do trabalho (item 52).

Essa abordagem multidimensional garante que os honorários sejam justos e proporcionais ao trabalho realizado.

Portanto, temos que:

- (A) F – F – V. **Alternativa correta.**
- (B) V – F – F. **Alternativa incorreta.**
- (C) F – V – F. **Alternativa incorreta.**
- (D) V – V – V. **Alternativa incorreta.**

Gabarito: A



Estratégia
CFC

LISTA DE QUESTÕES

01. Um cartaz, na porta de um supermercado, dizia:

“Compre hoje! Amanhã pode estar mais caro!”

Esse cartaz

- A) aconselha o cliente a economizar.
- B) dá ordem ao cliente para ganhar tempo.
- C) chama a atenção do cliente para a possível falta de produtos.
- D) pretende ensinar o cliente a controlar seu orçamento

02. Um famoso escritor falou sobre a leitura:

“A leitura é para a mente o que a ginástica é para o corpo.”

Com essa frase, o autor quer dizer que

- A) exercícios físicos devem ser feitos todos os dias.
- B) a leitura, como a ginástica, deve ser feita diariamente.
- C) a leitura enriquece o nosso conhecimento.
- D) exercícios físicos e leitura fortalecem o corpo.

03. Uma caixa contém seis bolas brancas e quatro bolas azuis, todas do mesmo tamanho.

Se sortearmos ao acaso 3 dessas bolas, sem reposição, a probabilidade de que todas sejam brancas é igual a

- A) $1/3$.
- B) $1/4$.
- C) $1/5$.
- D) $1/6$.

04. Em 2023, uma universidade tradicional que, até então, só ofertava cursos presenciais de graduação, resolveu se arriscar em um novo projeto. Tratava-se da abertura de seu primeiro curso 100% à distância a ser disponibilizado ao mercado. Para tal, ainda em 2023, foram investidos R\$ 100.000,00 para a estruturação do referido curso.

Além disso, foram estimadas despesas e receitas anuais conforme dados apresentados na sequência:

Ano	Receitas	Despesas
2024	R\$ 50.000,00	R\$ 35.000,00
2025	R\$ 65.000,00	R\$ 30.000,00
2026	R\$ 80.000,00	R\$ 30.000,00
2027	R\$ 90.000,00	R\$ 20.000,00
2028	R\$ 90.000,00	R\$ 20.000,00

Considerando as informações apresentadas, é possível determinar que o *payback* simples ocorreu em

- A) 2025.
- B) 2026.
- C) 2027.
- D) 2028.

05. Avalie se os princípios da Administração Pública incluem:

- I. a legalidade;
- II. a moralidade;
- III. a livre concorrência;
- IV. a publicidade.

São de fato princípios da Administração Pública os itens

- A) I e II, apenas.
- B) II, III e IV, apenas.
- C) I, II e IV, apenas.
- D) I, II, III e IV.

06. Entre as limitações ao poder de tributar, previstas na Constituição Federal de 1988, estão os princípios gerais do Direito Tributário que, além de estabelecer limites ao poder de tributar, garantem segurança jurídica e justiça fiscal. Sobre esse tema, assinale a afirmativa correta.

- A) O princípio da anterioridade nonagesimal ou noventena estabelece que nenhum tributo pode ser cobrado antes de decorridos 90 dias da data da publicação da sua instituição ou majoração, exceto as contribuições sociais, que podem ser exigidas imediatamente.
- B) O princípio da legalidade tributária determina que nenhum tributo pode ser instituído ou majorado sem previsão em lei complementar.
- C) O princípio da isonomia garante tratamento igualitário a todos que se encontram em situação equivalente, sendo proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.
- D) O princípio da irretroatividade veda a aplicação da lei a ato ou fato pretérito, ainda que a lei seja expressamente interpretativa.

07. A empresa Alfa Indústria Ltda. realizou, ao final do mês de julho, o levantamento de suas obrigações tributárias, verificando os seguintes tributos devidos:

- **ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços):** incidente sobre as operações de vendas realizadas no período.
- **ISS (Imposto sobre Serviços):** devido pelos serviços prestados.
- **IRPJ (Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas):** apurado sobre a renda tributável do exercício.

Com base nessas informações, a contabilidade da empresa elaborou um demonstrativo das obrigações tributárias a pagar.

De acordo com os conceitos de obrigação tributária e tributo, assinale a afirmativa correta.

- A) O ISS e o ICMS são impostos de mesma competência tributária, pois ambos são devidos aos Estados.
- B) A obrigação tributária principal consiste no pagamento do tributo devido, enquanto a obrigação tributária acessória está relacionada a deveres instrumentais, como a emissão de notas fiscais e declarações ao Fisco.
- C) O IRPJ, por ser um imposto sobre a renda, é classificado como um tributo indireto, pois seu ônus pode ser repassado ao consumidor.
- D) O fato gerador do ICMS ocorre quando a empresa apura seus lucros ao final do exercício contábil.

08. De acordo com o CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO CONTADOR em seu item 3:

“Este código de ética profissional do contador se aplica também ao _____, no exercício de suas prerrogativas profissionais.”

A lacuna fica corretamente preenchida por

- A) empresário contábil.
- B) técnico em contabilidade.
- C) administrador de empresas.
- D) gestor financeiro.

09. A NBC PG 01 tem por objetivo fixar a conduta do contador, quando no exercício da sua atividade e nos assuntos relacionados à profissão e à classe.

Com base na NBC PG 01, é correto afirmar que o contador pode

- A) se utilizar de posição ocupada em entidades de classe para benefício próprio ou para proveito pessoal.
- B) fazer afirmações desproporcionais sobre os serviços que oferece, sua capacitação ou sobre a experiência que possui.
- C) se apropriar de trabalhos, iniciativas ou de soluções encontradas por colegas, dos quais não tenha participado, apresentando-os como próprios.
- D) indicar, em qualquer modalidade ou veículo de comunicação, os títulos, as especializações, os serviços oferecidos, os trabalhos realizados e a relação de clientes, quando ela for autorizada por eles.

10. Para que um passivo se qualifique para reconhecimento, é necessário haver não somente uma obrigação presente, mas também a probabilidade de saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar essa obrigação.

No caso de uma Provisão, o reconhecimento se dá quando:

- (a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- (b) seja provável uma necessária saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

Em relação ao reconhecimento de um PASSIVO CONTINGENTE, de acordo com a NBC TG 25 (R2), é correto afirmar que

- A) não é reconhecido e nem divulgado em notas explicativas.
- B) não é reconhecido, mas é divulgado em notas explicativas.
- C) é reconhecido e divulgado em notas explicativas.
- D) é reconhecido, mas não é divulgado em notas explicativas.

11. Um supermercado funciona na região sul do país. Em maio de 2024, devido às fortes chuvas, o supermercado perdeu todo o seu estoque. Nas demonstrações contábeis mensais, em 31/05/24, o supermercado optou por baixar todo o estoque, mesmo sem ter recebido um laudo oficial, de modo a tornar as demonstrações mais úteis aos tomadores de decisões. A informação apresenta a seguinte característica qualitativa:

- A) neutralidade.
- B) materialidade.
- C) verificabilidade.
- D) tempestividade.

12. De acordo com a NBC TG Estrutura Conceitual - ESTRUTURA CONCEITUAL PARA RELATÓRIO FINANCEIRO, as demonstrações contábeis consolidadas fornecem informações sobre os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas

- A) apenas das controladas.
- B) apenas da controladora.
- C) da controladora e de suas controladas, como entidades independentes.
- D) da controladora e de suas controladas, como uma única entidade que reporta.

13. De acordo com a NBC TG Estrutura Conceitual - ESTRUTURA CONCEITUAL PARA RELATÓRIO FINANCEIRO, patrimônio líquido é a participação nos ativos da entidade após

- A) a dedução de seus passivos.
- B) a dedução de suas despesas.
- C) o acréscimo de suas receitas.
- D) o acréscimo de seus passivos.

14. Segundo a NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL, para a representação dos relatórios financeiros ser fidedigna, ela precisa ser

- A) completa, neutra e isenta de erros.
- B) confiável, tempestiva e com erros mínimos.
- C) tempestiva, útil e comparável.
- D) consistente, completa e compreensível.

15. Segundo a NBC TG 26 (R5) - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, quando da elaboração de demonstrações contábeis, a administração deve avaliar a capacidade de a entidade continuar em operação no futuro previsível, o que significa que as demonstrações contábeis devem ser elaboradas no pressuposto da

- A)** continuidade, a menos que a administração tenha a intenção de liquidar a entidade ou cessar seus negócios, ou ainda não possua uma alternativa realista senão a descontinuidade de suas atividades.
- B)** competência, sendo os itens reconhecidos como ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas, inclusive para a demonstração de fluxo de caixa.
- C)** materialidade e agregação, tendo a entidade que apresentar conjuntamente nas demonstrações contábeis cada classe material de itens semelhantes, aglutinando os de natureza ou função distinta mesmo que sejam materiais.
- D)** compensação de valores, ativos e passivos ou receitas e despesas devem ser compensados, exceto quando permitido exclusivamente por norma.

16. Sobre a classificação e a mensuração de ativos não circulantes mantidos para a venda, de acordo com a NBC TG 31 (R4) - ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA E OPERAÇÃO DESCONTINUADA, analise as seguintes afirmativas:

- I. Os ativos não circulantes mantidos para a venda, desde que satisfeitos os critérios de classificação, são realocados para o ativo circulante da entidade.**
- II. A classificação, a apresentação e a mensuração requeridas pela NBC TG 31 aplicáveis a ativo não circulante classificado como mantido para venda também se aplicam a ativo não circulante que seja classificado como destinado a ser distribuído aos sócios na sua condição de proprietários.**
- III. O ativo não circulante mantido para venda será mensurado pelo maior entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda.**

Está correto o que se afirma em

- A)** I, somente.
- B)** I e II, somente.
- C)** I, II e III.
- D)** II, somente.

17. A NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL descreve uma série de conceitos utilizados para a elaboração de relatórios financeiros para fins gerais.

Relacione cada elemento a seguir com sua correta definição, segundo a Estrutura Conceitual.

Elemento	Definição
a. Despesa	I. Aumentos nos ativos, ou reduções nos passivos, que resultam em aumento no patrimônio líquido.
b. Patrimônio Líquido	II. Reduções nos ativos, ou aumentos nos passivos, que resultam em reduções no patrimônio líquido.
c. Receita	III. Participação residual nos ativos da entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os elementos a, b e c correspondem, respectivamente, às definições

- A) II – III – I.
- B) I – III – II.
- C) II – I – III.
- D) I – II – III.

18. De acordo com a NBC TG 25 (R2) - PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES, provisão é um passivo de prazo incerto ou de valor incerto.

Considere que a sociedade empresária Beta tenha recebido laudo de seu advogado sobre um provável pagamento de processo trabalhista, entretanto, com mensuração ainda não confiável.

Nesse caso, o seu reconhecimento nas demonstrações financeiras:

- A) deve se dar como apropriação por competência no balanço patrimonial.
- B) deve ocorrer como provisão trabalhista no balanço patrimonial.
- C) não deve realizar reconhecimento de provisão trabalhista no balanço patrimonial nem divulgar em nota explicativa.
- D) não deve realizar reconhecimento de provisão trabalhista no balanço patrimonial, mas divulgar em nota explicativa como passivo contingente.

19. De acordo com a NBC TG 09 (R1) - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO, a referida Demonstração (DVA) está relacionada com informações econômicas e com a comunicação de elementos ambientais, sociais e de governança (ASG), e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela entidade e sua distribuição, durante determinado período.

Nesse sentido, considerando que a sociedade empresária “B” possui reversão de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, essa informação deve ser apresentada, em sua DVA, do seguinte modo:

- A) em remuneração de capitais próprios, na segunda parte da DVA.
- B) em remuneração de capitais de terceiros, na segunda parte da DVA.
- C) em valor adicionado recebido em transferência, na primeira parte da DVA.
- D) em riqueza criada pela própria entidade, na primeira parte da DVA.

20. A Demonstração do Valor Adicionado proporciona aos usuários das demonstrações contábeis informações relativas à riqueza criada pela entidade em determinado período e à forma como tais riquezas foram distribuídas.

Na distribuição do valor adicionado, o total de “Remuneração de capitais próprios” deve ser igual

- A) às reservas de lucro reportadas no Balanço Patrimonial.
- B) ao pagamento de dividendos reportado na Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- C) ao resultado líquido do exercício reportado na Demonstração do Resultado do Período.
- D) à distribuição de dividendos reportada na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

21. Uma loja que vende produtos de escritório apresentava os seguintes saldos em 31/12/2023:

• Custo da mercadoria vendida (inclui os valores dos impostos recuperáveis):	R\$ 80.000,00
• Despesa de depreciação dos ativos imobilizados:	R\$ 15.000,00
• Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa:	R\$ 6.000,00
• Perdas por desvalorização dos ativos imobilizados:	R\$ 10.000,00
• Receita de contrato com clientes:	R\$ 200.000,00

Assinale a opção que indica o saldo do valor adicionado líquido produzido pela loja, apresentado em sua Demonstração do Valor Adicionado em 31/12/2023.

- A) R\$ 89.000,00.
- B) R\$ 114.000,00.
- C) R\$ 104.000,00.
- D) R\$ 194.000,00.

22. De acordo com a NBC TG 25 (R2) - PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES, a entidade deve divulgar, em notas explicativas, para cada classe de passivo contingente na data do balanço, uma breve descrição da natureza do passivo contingente, a menos que a possibilidade de ocorrer qualquer desembolso na liquidação seja

- A) remota.
- B) possível.
- C) provável.
- D) possível e provável.

23. A sociedade empresária Solar administra a carreira de influenciadores digitais.

As empresas interessadas em divulgar o seu produto ou serviço por meio dos influenciadores devem pagar para a Solar R\$ 20.000,00 por um pacote que consiste em oito inserções em redes sociais, sendo quatro ao mês.

Em 01/05/2024, a Cia Yellow assinou contrato e pagou, à vista, R\$ 20.000,00 para a Cia Solar. Foram realizadas quatro inserções em junho e quatro em julho. A Cia Yellow estimou que, por conta da divulgação, o seu faturamento aumentou em R\$ 15.000,00 em agosto e em R\$ 18.000,00 em setembro.

De acordo com o Regime de Competência, a despesa com a divulgação deve ser reconhecida pela Cia Yellow do seguinte modo:

- A) R\$ 20.000,00 em maio.
- B) R\$ 10.000,00 em junho e R\$ 10.000,00 em julho.
- C) R\$ 10.000,00 em agosto e R\$ 10.000,00 em setembro.
- D) R\$ 5.000,00 em cada um dos meses de junho a setembro.

24. Em 01/09/2024, uma sociedade empresária localizada em Belo Horizonte adquiriu aparelhos de informática de Manaus por R\$ 40.000,00. O frete para a entrega por caminhão era de R\$ 2.000,00. No entanto, para receber os aparelhos mais rápido, a sociedade empresária solicitou a entrega por avião e pagou o valor de R\$ 5.500,00 pelo frete.

A instalação dos aparelhos no escritório custou R\$ 1.000,00. Ainda, foram gastos R\$ 2.000,00 com testes para verificar se os aparelhos estavam funcionando corretamente.

O valor dos aparelhos de informática a serem registrados no ativo imobilizado da sociedade empresária é de

- A) R\$ 43.000,00.
- B) R\$ 45.000,00.
- C) R\$ 46.500,00.
- D) R\$ 48.500,00.

25. Em janeiro de 2025, um artista, que possui uma empresa, estava em um evento estratégico em um resort na Bahia. Ao voltar da viagem, descobriu que um influenciador digital, que também estava no evento, divulgou fotos e vídeos do artista em redes sociais.

A empresa do artista entrou na justiça por quebra de privacidade contra o resort e contra o influenciador, pedindo, respectivamente, R\$ 10.000,00 e R\$ 15.000,00.

Os advogados da empresa do artista julgaram que as chances de ganho das causas eram, respectivamente, remota e possível.

Com base no julgamento dos advogados, a empresa deve apresentar, em suas demonstrações contábeis, um ativo contingente

- A) igual a zero.
- B) de R\$ 10.000,00.
- C) de R\$ 15.000,00.
- D) de R\$ 25.000,00.

26. A Cia Lua atua no setor de comércio de relógios e tem 20 empregados. Todos os anos, na primeira semana de janeiro, a empresa contrata uma equipe de médicos para ir ao escritório realizar exames de rotina em seus empregados.

Em janeiro de 2025, os gastos com os médicos foram de R\$ 6.000,00. Do valor, 20% são pagos pelos empregados, enquanto o restante é pago pela empresa.

O impacto do atendimento médico na Demonstração do Resultado da Cia Lua em janeiro de 2025, de acordo com o Regime de Competência, foi de

- A) -R\$ 400,00.
- B) -R\$ 500,00.
- C) -R\$ 4.800,00.
- D) -R\$ 6.000,00.

27. Em fevereiro de 2025, um hotel adquiriu um televisor de 98 polegadas para que os seus hóspedes assistissem à cerimônia do Oscar, em março. O preço do televisor era de R\$ 40.000,00.

Na data da compra foi acordado com o fornecedor que o pagamento seria realizado por Pix e, em decorrência, o hotel obteve uma redução de 5% sobre o preço original.

Assinale a opção que indica a contrapartida da diminuição de R\$ 38.000,00 na conta “Disponibilidades”, nas demonstrações contábeis do hotel.

- A) Ativo imobilizado de R\$ 38.000,00.
- B) Ativo imobilizado de R\$ 40.000,00 e receita financeira de R\$ 2.000,00.
- C) Ativo imobilizado de R\$ 40.000,00 e outras receitas de R\$ 2.000,00.
- D) Ativo imobilizado de R\$ 40.000,00 e retificação do ativo imobilizado de R\$ 2.000,00.

28. Uma empresa de doces e bolos possui em 31/12/X0 os seguintes saldos em seu Balanço Patrimonial:

- Caixa e equivalentes de caixa: R\$ 100.000,00;
- Empréstimos a pagar de curto prazo: R\$ 250.000,00;
- Financiamentos a pagar de longo prazo: R\$ 330.000,00;
- Imobilizado: R\$ 450.000,00;
- Intangível: R\$ 320.000,00;
- Estoques: R\$ 250.000,00;
- Capital Social: R\$ 540.000,00.

Com base nesses saldos, o valor do ativo não circulante da empresa é

- A) R\$ 770.000,00.
- B) R\$ 350.000,00.
- C) R\$ 1.020.000,00.
- D) R\$ 450.000,00.

29. A empresa ABC S.A. comprou materiais, em agosto de X1, com a finalidade de utilizá-los em suas atividades.

O pagamento foi realizado em novembro de X1, e os materiais foram utilizados na prestação de serviços em setembro de X1.

Esses materiais devem ser reconhecidos como despesa no mês de

- A) novembro de X1.
- B) setembro de X1.
- C) agosto de X1.
- D) dezembro de X1.

30. Relacione as contas contábeis do balanço patrimonial apresentadas a seguir com seus respectivos grupos contábeis.

- 1. Empréstimos a pagar após 12 meses.
- 2. Contas a receber em 5 meses.
- 3. Contas a pagar em 3 meses.
- 4. Imóveis para uso por 10 anos.

() Ativo Circulante.

() Ativo Não Circulante.

() Passivo Circulante.

() Passivo Não Circulante.

A relação correta, na ordem apresentada, é

- A) 4 – 2 – 1 – 3.
- B) 2 – 4 – 3 – 1.
- C) 3 – 1 – 2 – 4.
- D) 1 – 3 – 4 – 2.

31. Assinale a opção que contempla apenas componentes do Patrimônio Líquido, descritos na Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores.

- A) Capital Social – Investimentos – Ações em Tesouraria.
- B) Capital Social – Dividendos Obrigatórios a Pagar – Ajustes de Avaliação Patrimonial.
- C) Reservas de Capital – Reservas de Lucros – Ações em Tesouraria.
- D) Ajustes de Avaliação Patrimonial – Capital Social – Debêntures.

32. A companhia investidora Alfa S.A., obrigada legalmente a elaborar demonstrações financeiras consolidadas, possui a seguinte participação societária nas empresas:

Investida	% de participação de Alfa S.A.	PL da investida em 31/12/2023
Kappa (controlada)	90	R\$ 1.000.000,00
Sigma (controlada)	70	R\$ 700.000,00
Zeta (coligada)	25	R\$ 600.000,00
Delta (sem influência significativa)	15	R\$ 900.000,00

Com base exclusivamente nas informações acima, o montante registrado na conta de participação de acionistas não controladores no balanço consolidado da investidora Alfa S.A. em 31/12/2023 deverá ser de

- A) R\$ 100.000,00.
- B) R\$ 310.000,00.
- C) R\$ 760.000,00.
- D) R\$ 1.525.000,00.

33. Uma empresa adquiriu uma máquina e registrou na contabilidade os seguintes dispêndios:

- Preço de aquisição: R\$ 500.000,00;
- Imposto de importação: R\$ 50.000,00 (não recuperável);
- Preparação do local: R\$ 100.000,00;
- Custo com materiais consumido na realização de testes de funcionamento: R\$ 50.000,00;
- Honorários dos técnicos que realizaram os testes: R\$ 60.000,00;
- Vida útil estimada: 10 anos;
- Valor residual: R\$ 100.000,00.

De acordo com a NBC TG 27 (R4) - ATIVO IMOBILIZADO, o custo da máquina, ou seja, o valor contábil de registro inicial desse imobilizado, será de

- A) R\$ 500.000,00.
B) R\$ 550.000,00.
C) R\$ 650.000,00.
D) R\$ 760.000,00.

34. Uma empresa adquiriu uma máquina em 01/01/2020 pelo custo total de R\$ 240.000,00. No registro inicial da máquina no imobilizado, a empresa estimou a vida útil da máquina em 8 anos, sem valor residual. Na data da aquisição, a empresa iniciou a depreciação pelo método linear.

Em 31/12/2024, a empresa reavaliou a vida útil para 10 anos, aumentando em 2 anos a vida útil inicialmente estimada. Além disso, verificou que o valor residual da máquina passou a ser de R\$ 40.000,00.

Com base exclusivamente nos dados acima apresentados, o valor anual da despesa de depreciação a ser contabilizada a partir das alterações ocorridas em 31/12/2024 deve ser de

- A) R\$ 40.000,00.
B) R\$ 30.000,00.
C) R\$ 18.000,00.
D) R\$ 10.000,00.

35. A Indústria Cadeiras Maceió Ltda. produz e comercializa cadeiras de escritório. No mês de setembro de X4, a empresa produziu 30.000 cadeiras e não possuía estoque inicial. No mês, vendeu 24.000 unidades a um preço unitário de R\$ 100,00. Os custos variáveis totais, incluindo matéria-prima, mão de obra direta e outros custos variáveis, somaram R\$ 1.800.000,00. Os custos fixos, compostos principalmente por aluguel da fábrica, depreciação do maquinário e salários fixos dos supervisores da produção, totalizaram R\$ 200.000,00. As despesas fixas, como gastos com administração e vendas, somaram R\$ 100.000,00.

Com base nessas informações, o lucro obtido com as vendas, aplicando o método de custeio variável, foi de

- A) R\$ 660.000,00.
- B) R\$ 960.000,00.
- C) R\$ 700.000,00.
- D) R\$ 300.000,00.

36. Em janeiro de 2024, uma fábrica que produz bolas de futebol incorreu nos seguintes gastos: aluguel do imóvel e das máquinas: R\$ 30.000,00; embalagens indispensáveis ao produto final: R\$ 2.000,00; matéria-prima: R\$ 10.000,00; seguro do imóvel: R\$ 5.000,00.

Assinale a opção que indica os custos fixos da fábrica no mês.

- A) R\$ 5.000,00.
- B) R\$ 30.000,00.
- C) R\$ 35.000,00.
- D) R\$ 45.000,00.

37. Leia o fragmento a seguir: “Departamento é a unidade _____ administrativa para a Contabilidade de Custos, representada, na maioria dos casos, por pessoas e máquinas, em que se desenvolvem atividades _____.”

Assinale a opção cujos itens completam corretamente as lacunas do fragmento.

- A) padrão – heterogêneas
- B) mínima – homogêneas
- C) máxima – complementares
- D) padrão – complementares

38. Gasto pode ser definido como o sacrifício financeiro necessário para obter um produto ou serviço, representado pela entrega ou promessa de entrega de ativos. Assim, custos, despesas, investimentos e desembolsos são tipos de gastos.

Em relação ao tema, analise as afirmativas a seguir.

- I. Custo é um gasto diretamente relacionado a um bem ou serviço utilizado na produção de outros bens e serviços.
- II. Despesa é um gasto com bens ou serviços consumidos direta ou indiretamente para obtenção de receitas.
- III. Investimento é um gasto que se tornou um item do patrimônio líquido em função da expectativa de geração futura de caixa para a entidade ou em função de sua vida útil.
- IV. Desembolso é um gasto que ocorre quando bens ou serviços são consumidos de forma anormal e/ou involuntária que afetam diretamente o resultado da entidade.

Estão corretas as afirmativas

- A) III e IV, apenas.
- B) I, II e III, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.

39. Em 01/01/2024, uma loja de teclados apresentava os seguintes saldos em seu balanço patrimonial:

- Disponibilidades: R\$ 60.000,00;
- Estoque: R\$ 240.000,00;
- Patrimônio Líquido: R\$ 300.000,00.
- O estoque era composto por 400 unidades de teclado, sendo que cada uma era vendida por R\$ 1.000,00.
- No primeiro semestre de 2024, os gastos fixos, considerando a loja e o escritório, foram os seguintes:
- Aluguel: R\$ 36.000,00;
- Depreciação: R\$ 30.000,00;
- Salários: R\$ 60.000,00.

Além disso, foi paga, antecipadamente, uma despesa de R\$ 4.000,00 relacionada ao segundo semestre do ano.

O ponto de equilíbrio contábil da loja, em unidades, no primeiro semestre de 2024, foi de

- A) 240.
- B) 300.
- C) 315.
- D) 375.

40. Acerca do Modelo de Determinação do Preço de Transferência, avalie as afirmativas a seguir.

I. No Modelo de Preço de Transferência Baseado em Custo Total Realizado (Full Cost), o bem/serviço é transferido pelo valor resultante do somatório dos custos totais incorridos (fixos e variáveis), dividido pelo volume de produção de um determinado período (custeio por absorção).

II. No Modelo de Preço de Transferência Baseado em Negociação entre os Gestores, o bem/serviço é transferido pelo preço vigente no mercado, que pode ser um preço médio.

III. No Modelo de Preço de Transferência Baseado em Custo de Oportunidade, o preço do bem/serviço transferido estrutura-se a partir da premissa de que deveria refletir o valor do benefício possível de ser auferido na melhor alternativa econômica de obtenção dos insumos demandados.

Está correto o que se afirma em

- A) I, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) I, II e III.

41. Analise as contas do Balanço Patrimonial a seguir:

ATIVO	2023	PASSIVO	2023
Caixa	R\$ 5.000,00	Fornecedores	R\$ 15.000,00
Aplicações financeiras	R\$ 10.000,00	Impostos a pagar	R\$ 5.000,00
Contas a receber	R\$ 15.000,00	Empréstimos de curto prazo	R\$ 10.000,00
Estoques	R\$ 30.000,00	Empréstimos de longo prazo	R\$ 20.000,00
Imobilizado	R\$ 10.000,00	Patrimônio líquido	R\$ 80.000,00
Intangível	R\$ 50.000,00		
Investimentos	R\$ 10.000,00		
TOTAL	R\$ 130.000,00	TOTAL	R\$ 130.000,00

O Índice de Liquidez Seca e o Índice de Liquidez Corrente são, respectivamente, iguais a

- A) 2,00 e 1,00.
- B) 1,00 e 2,00.
- C) 1,00 e 2,60.
- D) 2,00 e 0,75.

42. A Lei Orçamentária Anual de cada ente federado deverá conter todas as receitas e despesas de todos os Poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

Esse princípio orçamentário é denominado

- A) Unidade.
- B) Universalidade.
- C) Exclusividade.
- D) Orçamento Bruto.

43. De acordo com a NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL - ESTRUTURA CONCEITUAL PARA ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL DE PROPÓSITO GERAL PELAS ENTIDADES DO SETOR PÚBLICO, as informações financeiras e não financeiras são relevantes quando

- A) permitem que os usuários compreendam o seu significado.
- B) retratam a substância da transação, a qual pode não corresponder, necessariamente, à sua forma jurídica.
- C) são capazes de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil.
- D) estão disponíveis aos usuários a tempo de serem úteis para fins de prestação de contas, responsabilização e tomada de decisão.

44. Com relação aos usuários dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs), avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() Os RCPGs devem ser elaborados e divulgados, principalmente para atender às necessidades de informações dos usuários dos serviços e dos provedores de recursos, quando detêm a prerrogativa de exigir que a entidade do setor público divulgue as informações que atendam às suas necessidades específicas.

() Os membros do Poder Legislativo são também usuários primários dos RCPGs e utilizam extensiva e continuamente os relatórios enquanto atuam como representantes dos interesses dos usuários de serviços e dos provedores de recursos.

() Alguns usuários dos serviços e alguns provedores de recursos que dependem dos RCPGs para obter informações que eles necessitam para os propósitos de prestação de contas e responsabilização e tomada de decisão podem não ser cidadãos, como agências bilaterais ou multilaterais.

De acordo com a NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL- ESTRUTURA CONCEITUAL PARA ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL DE PROPÓSITO GERAL PELAS ENTIDADES DO SETOR PÚBLICO, as afirmativas são, respectivamente,

- A) V – F – F.
- B) V – F – V.
- C) F – V – V.
- D) V – V – F.

45. Em 2022, uma entidade tinha o seu desempenho financeiro analisado com base no Retorno sobre o Investimento. Em 2023, a administração da entidade determinou que o seu desempenho passasse a ser avaliado com base no EVA (Valor Econômico Agregado).

Uma vantagem dessa substituição é a incorporação, na avaliação,

- A) do custo de oportunidade.
- B) das receitas operacionais.
- C) das despesas operacionais.
- D) das receitas financeiras.

46. A Administração de uma empresa, na elaboração de seu plano estratégico, deve, na medida do possível, observar alguns aspectos de formalidade necessários dado a sua relevância e seu impacto nas operações da empresa.

A respeito desse tema, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() O Plano Estratégico deve ser executado pela Controladoria sob o comando da alta administração da empresa.

() Uma vez elaborado e aprovado, o Plano Estratégico não deve ser alterado ou ajustado.

() Planejamento Estratégico é a atividade que se ocupa da implementação do Plano Estratégico e assegura que os recursos necessários foram obtidos e também que estão sendo usados de maneira eficiente.

() A elaboração de um Planejamento Estratégico deve levar em consideração que todas as decisões são interdependentes, sejam elas simples ou complexas. Assim, um dos principais desafios dessa atividade é um ajustamento dessa cadeia sistêmica de decisões e a avaliação de suas consequências.

As afirmativas são, respectivamente,

- A) F – V – V – F.**
- B) F – V – F – V.**
- C) V – F – F – V.**
- D) V – F – V – F.**

47. Uma empresa de auditoria independente precisou contratar o trabalho de um especialista na área de Tecnologia da Informação. Após receber as conclusões do especialista, foi constatado que esse trabalho era adequado para fins da auditoria. Com base na NBC TA 620 – UTILIZAÇÃO DO TRABALHO DE ESPECIALISTAS, assinale a afirmativa correta acerca da responsabilidade do auditor ao emitir a sua opinião.

- A) O auditor tem sua responsabilidade dividida com o especialista em todo o trabalho.**
- B) O auditor é o único responsável por expressar opinião de auditoria, e essa responsabilidade não é reduzida pelo trabalho de especialista contratado pelo auditor.**
- C) O auditor é responsável pela parte contábil, e o especialista, pelo trabalho que fez.**
- D) O auditor, modificando sua opinião em virtude do trabalho do especialista, não terá nenhuma responsabilidade, sendo a responsabilidade transferida ao especialista.**

48. No exercício de 2024, uma sociedade empresária foi incluída em um Plano de Refinanciamento de Impostos. O fato foi apropriadamente divulgado nas demonstrações contábeis. Mesmo sendo divulgado o Plano de Refinanciamento de Impostos, o auditor julgou que o assunto é de fundamental importância para o entendimento pelos usuários das demonstrações contábeis.

Assim, o auditor independente incluirá, em seu relatório,

- A) uma ressalva.
- B) um fato relevante.
- C) um parágrafo de ênfase.
- D) um parágrafo de outros assuntos.

49. Julgue as afirmativas a seguir, com base na NBC TP 01 (R1) - PERÍCIA CONTÁBIL.

I. Concluídos os trabalhos periciais, o perito nomeado deve apresentar laudo pericial contábil, e o assistente técnico deve oferecer seu parecer pericial contábil, obedecendo aos respectivos prazos legais e/ou contratuais.

II. O assistente técnico não pode validar o laudo pericial quando o documento tiver sido elaborado por leigo ou profissional de outra área, devendo, nesse caso, oferecer o parecer pericial contábil sobre a matéria periciada.

III. Mesmo quando assinado em conjunto por peritos, a responsabilidade acerca do laudo pericial contábil é exclusiva do perito nomeado, não sendo passível a assunção de responsabilidade solidária pelos demais peritos assinantes no documento.

IV. As respostas aos quesitos devem ser objetivas, completas e não lacônicas.

Estão corretas as afirmativas

- A) III e IV, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e IV, apenas.

50. A Norma Brasileira de Contabilidade Profissional – Perito (NBC PP 01) estabelece as diretrizes e os requisitos para a atuação dos contadores como peritos, incluindo qualificações, deveres, responsabilidades, normas de conduta e as situações que podem acarretar impedimento ou suspeição.

Analise as afirmativas a seguir, com base na NBC PP 01, e assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

() Em casos de impedimento ou suspeição, o perito contábil tem a opção de continuar no caso desde que obtenha o consentimento expresso de todas as partes envolvidas e da autoridade competente.

() A NBC PP 01 permite que o perito utilize documentos externos aos autos processuais como elementos de prova, desde que previamente acordado com as partes e autorizado pelo juiz ou autoridade competente.

() O perito contábil deve elaborar a proposta de honorários periciais considerando não apenas os custos e o tempo necessário para a execução dos trabalhos, mas também levando em conta a relevância e o risco envolvidos no objeto da perícia.

As afirmativas são, respectivamente,

- A) F – F – V.
- B) V – F – F.
- C) F – V – F.
- D) V – V – V.

GABARITO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	X	D	B	C	C	B	B	D	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	D	A	A	A	B	A	D	D	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	A	B	D	A	C	A	A	B	B
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	B	D	D	A	C	B	C	C	C
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
B	B	C	C	A	C	B	C	D	A

O que você achou deste e-book?

Sua opinião é muito importante para nós! Conte-nos como foi sua experiência de estudo com este e-book.

<https://forms.gle/S8Ct7pU8QpDFKAEKA>

Conheça nossos pacotes para o exame de suficiência do CFC!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/q7217r>



Estratégia

CFC

